GABINETE

DE TRANSIÇÃO

GOVERNAMENTAL

REL AT ÓRIO FINAL



GABINETE

DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

RELATÓRIO FINAL

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022 BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2022



## COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

### Coordenador-Geral do Gabinete de Transição Governamental

Geraldo Alckmin

### Coordenação Executiva

Floriano Pesaro

### Coordenação de Articulação Política

Gleisi Hoffmann

### Coordenação de Organização da Posse

Rosângela Lula da Silva

### Coordenação de Grupos Técnicos

Aloizio Mercadante

### Assessoria Jurídica

Jorge Rodrigo Araújo Messias Márcio Elias Rosa

### Equipe de organização e redação do Relatório Final

Bruno Moretti Clarice Costa Calixto

Cristian Jesus da Silva Fernanda Machiaveli Janira Trípodi Borja

José Celso Pereira Cardoso Jr. Marco Antonio de Oliveira Marcos Rogerio de Souza Pedro Mäder G. Coutinho Rubens Diniz

Tania Maria de Oliveira William Nozaki (org.)

# SUMÁRIO

[INTRODUÇÃO **6**](#_TOC_250015)

RADIOGRAFIA DO DESMONTE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS **11**

[Desenvolvimento social e garantia de direitos **13**](#_TOC_250014)

Desenvolvimento social **13**

Educação **15**

Saúde 16

Trabalho **18**

Previdência Social **19**

Cidades **21**

Cultura **22**

Esporte **24**

Direitos Humanos **24**

Mulheres **25**

Igualdade Racial **27**

Juventude **28**

Povos Indígenas **29**

Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade

Socioambiental e Climática **31**

Economia **31**

Indústria, Comércio Exterior e Serviços **32**

Infraestrutura **33**

Comunicações **34**

Ciência, Tecnologia e Inovação **35**

Minas e Energia **36**

Agricultura, Pecuária e Abastecimento **37**

Desenvolvimento Agrário **38**

Desenvolvimento Regional **39**

Meio Ambiente **40**

Pesca 41

Turismo **42**

[Defesa da Democracia, Reconstrução do Estado e da Soberania **43**](#_TOC_250013)

` Centro de Governo **43**

Planejamento, Orçamento e Gestão **45**

Justiça **46**

Transparência, Integridade e Controle **47**

Participação Social **49**

Comunicação Social **49**

Relações Exteriores **50**

[MAPEAMENTO DAS EMERGÊNCIAS FISCAIS E ORÇAMENTO PÚBLICO **52**](#_TOC_250012)

[Mapeamento das Principais Emergências Orçamentárias **53**](#_TOC_250011)

Ações para Reconstrução do Orçamento Público: PEC do

Bolsa Família e Ajustes para PLOA 2023 **54**

[SUGESTÕES DE MEDIDAS PARA REVOGAÇÃO E REVISÃO **57**](#_TOC_250010)

[Revogações e Revisões na Área da Política Pública de Armas **57**](#_TOC_250009)

Revogações e Revisões na Área da Política Pública do Meio Ambiente **58**

[Revisão de Atos que Impuseram Sigilo Indevido de 100 Anos](#_TOC_250008)

[em Documentos de Acesso Público **59**](#_TOC_250007)

[Revogações de atos que avançam em processos de desestatização **60**](#_TOC_250006)

Revogações e Revisões de Atos que Prejudicam Direitos

Sociais e Econômicos **60**

[Revogações e Revisões de Atos Contrários aos Direitos de Crianças, Adolescentes e da Juventude **61**](#_TOC_250005)

Revogações e Revisões na Área das Políticas Públicas de Cultura **62**

Revogações e Revisões de Atos Contrários à Igualdade Racial **62**

Revogações e Revisões de Atos que Limitam o Direito de

Participação Social **63**

[PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS MINISTÉRIOS **65**](#_TOC_250004)

[Nova Dinâmica de Centro de Governo **66**](#_TOC_250003)

[Nova Estrutura de Ministérios **67**](#_TOC_250002)

[CONCLUSÃO **71**](#_TOC_250001)

[GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL **73**](#_TOC_250000)

# INTRODUÇÃO

hora de resgatar a esperança. O desejo popular expresso pelo resultado das urnas elegeu um projeto de reconstrução e transformação nacional. Nosso horizonte é a criação de um país justo, inclusivo, sustentável, criativo, democrático e soberano para todos os brasileiros e brasileiras. Trata-se de um grande desafio e uma obra de mui- tos, a esperança da nossa gente será o motor das mudanças que iremos realizar nos

É

próximos anos.

O relatório final do Gabinete de Transição da Presidência da República é o ponto de partida para este novo ciclo. Trata-se do registro histórico de um amplo processo de consulta e construção coletiva dos princípios orientadores da agenda do novo governo eleito. O presente texto sintetiza a real situação em que o País se encontra. A ampla ra- diografia aqui realizada lança luz sobre o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas durante os quatro anos do governo Bolsonaro.

A produção deste relatório foi orientada pelo compromisso fundamental com a trans- parência, a participação e o diálogo social, presente desde a campanha eleitoral. O trabalho do Gabinete de Transição deu continuidade à mobilização realizada pela Coligação Brasil da Esperança ao longo de 2022. A construção programática para as saídas da grave crise que o Brasil atravessa foi realizada a partir de um amplo e par- ticipativo processo público, no qual foram recebidas mais de 13 mil contribuições, durante a campanha presidencial, por meio de uma plataforma digital especialmen- te criada para essa finalidade. Outra iniciativa de grande relevância foi a participação de representantes de cerca de 500 organizações em mais de 50 Mesas de Diálogo realizadas no âmbito da construção do programa de governo.

Em consonância com esse compromisso, o Gabinete de Transição inovou ao incorporar a participação social ao processo de transição governamental, com a criação de Grupos Técnicos (setoriais e transversais) para a elaboração deste documento. Ao longo de 34 dias de intenso trabalho, entre 08/11/2022 e 12/12/2022 cerca de mil pessoas estive- ram envolvidas nas atividades de 32 Grupos Temáticos, cujo esforço se somou ao do Conselho Político e ao do Conselho de Participação Social do Gabinete de Transição.

Essa intensa mobilização foi marcada pela pluralidade de visões de mundo e pela diver- sidade regional, de gênero e raça, além de um forte viés técnico. A riqueza de olhares

e percepções contribuiu para a construção de um abrangente mapa situacional do Estado brasileiro e de suas políticas públicas.

O resultado é uma fotografia contundente da situação dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal. Ela mostra a herança socialmente perversa e politicamente antidemocrática deixada pelo governo Bolsonaro, principalmente para os mais pobres. A desconstrução institucional, o desmonte do Estado e a desorganiza- ção das políticas públicas são fenômenos profundos e generalizados, com impactos em áreas essenciais para a vida das pessoas e os rumos do País. Isso tem tido conse- quências graves para a saúde, a educação, a preservação ambiental, a geração de em- prego e renda, e o combate à pobreza e à fome, entre outras.

O governo Bolsonaro chega ao fim do mandato em meio a uma ameaça real de colap- so dos serviços públicos. Os livros didáticos que deverão serão usados no ano letivo de 2023 ainda não começaram a ser editados; faltam remédios no Farmácia Popular; não há estoques de vacinas para o enfrentamento das novas variantes da COVID-19; faltam recursos para a compra de merenda escolar; as universidades corriam o risco de não concluir o ano letivo; não existem recursos para a Defesa Civil e a prevenção de aciden- tes e desastres. Quem está pagando a conta deste apagão é o povo brasileiro.

Este relatório, portanto, delineia o caminho para as primeiras medidas que o novo governo deverá adotar, com sugestões de atos normativos a serem revogados ou reformulados, a partir de janeiro de 2023, a exemplo das legislações que flexibilizam o controle e compra de armas, o garimpo em terras indígenas e a lei de acesso à in- formação, entre outras.

O Conselho Político do Gabinete de Transição contribuiu de modo efetivo na constru- ção da proposta de Emenda Constitucional do Bolsa Família, além de debater e pavi- mentar o caminho para o início do novo governo eleito.

O presente relatório também apresenta uma nova estrutura ministerial, mais adequada à agenda do novo governo eleito e ao seu compromisso com a reconstrução e trans- formação do País. Essa nova estrutura contempla, ainda, a necessidade de recuperação e otimização de órgãos da administração pública direta e indireta, de maneira a criar condições mais apropriadas à implementação de políticas públicas e à melhoria dos serviços prestados à população.

Por fim, este relatório oferece à Presidência da República, aos novos Ministros e Minis- tras e ao governo em geral um ponto de partida para a reconstrução e a transforma- ção do país. O projeto para o qual foram reunidas tantas contribuições é o do respeito à vida, à democracia, à justiça, à inclusão social. É o projeto do emprego digno, do salário decente, da comida no prato de todos os brasileiros e brasileiras, da proteção previdenciária, dos direitos e oportunidades para todas e todos. É o projeto da valo- rização da saúde, da educação, da preservação ambiental, do respeito às mulheres,

à população negra e à diversidade brasileira. É o projeto da ciência e tecnologia, da inovação, da reindustrialização, do desenvolvimento sustentável e da reintegração soberana do Brasil no mundo.

Ao final do ano em que o País celebra o Bicentenário da Independência, vemos devolvi- da ao povo brasileiro a oportunidade de voltar a sonhar e de construir uma vida melhor para nossa gente. É a oportunidade de um reencontro histórico com um projeto de Nação alicerçado no compromisso com a paz, o diálogo, a democracia, a inclusão e a justiça social.

INOVAÇÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO:

A EXPERIÊNCIA DOS GRUPOS TÉCNICOS

E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO MÉTODO

A alternância de poder é elemento central da democracia. Um processo de transição institucionalizado e orientado por normas e procedimentos claros cria as condições necessárias para que o governo eleito possa ter conhecimento da situação dos ser- viços públicos e da máquina pública e implementar mais rapidamente as diretrizes e propostas que foram referendadas nas urnas pelo voto popular.

A institucionalização do processo de transição de governo foi inaugurado na passa- gem de poder de Fernando Henrique Cardoso para Lula, em 2002, com a criação de um arcabouço legal e de um conjunto de regras que permitiram uma passagem de poder ordenada e republicana. Na ocasião, foram estabelecidas regras, prazos e proce- dimentos para disciplinar o processo democrático de transição governamental. Além de pôr à disposição da equipe de transição do governo eleito recursos, infraestrutura e cargos da Administração Federal, custeados pelo Tesouro Nacional, o governo de FHC viabilizou o acesso a informações indispensáveis para o início da atuação do novo go- verno. Havia um claro intuito de não apenas disciplinar aquela passagem de poder, mas também de conferir caráter institucional ao processo, de maneira a assegurar futuras transições governamentais.

Agora, o Gabinete de Transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-

-presidente Geraldo Alckmin inova ao incorporar e trazer a participação social para o centro do processo de transição de 2022. Foram criados 32 Grupos Técnicos (GTs), de maneira a contemplar a participação de diversos setores sociais e grupos de interesse nas suas respectivas áreas de atuação. Também participaram da Transição profissionais com reconhecida trajetória e conhecimento técnico, além de parlamentares com atua- ção nas diversas temáticas sob análise. A composição dos GTs teve como diretriz a va- lorização da diversidade regional, de gênero e de raça, de maneira a estimular olhares diversos e plurais para um diagnóstico mais abrangente possível.

Os Grupos Técnicos foram organizados por temas: 1) Agricultura, Pecuária e Abas- tecimento; 2) Centro de Governo; 3) Cidades; 4) Ciência, Tecnologia e Inovação; 5)

Comunicações; 6) Comunicação Social; 7) Cultura; 8) Desenvolvimento Agrário; 9)

Desenvolvimento Regional; 10) Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 11) Di- reitos Humanos; 12) Economia; 13) Educação; 14) Esportes; 15) Igualdade Racial; 16) Indústria, Comércio e Serviços; 17) Infraestrutura; 18) Inteligência Estratégica; 19) Jus- tiça e Segurança Pública; 20) Juventude; 21) Meio Ambiente; 22) Minas e Energia; 23) Mulheres; 24) Pesca; 25) Planejamento, Orçamento e Gestão; 26) Povos Originários;

27) Previdência Social; 28) Relações Exteriores; 29) Saúde; 30) Trabalho; 31) Transpa- rência, Integridade e Controle; e, 32) Turismo.

Os GTs tiveram a missão de produzir relatórios com informações acerca do funciona- mento e da atuação de praticamente todos os órgãos da administração pública fe- deral. Os 32 relatórios setoriais produzidos pelos GTs serão entregues aos respectivos ministros tão logo sejam indicados e empossados, alguns destes documentos con- têm informações reservadas pela LAI e LGPD, como no caso de Defesa e Inteligência. Os documentos produzidos, elaborados com base nesse princípio orientador, cum- priram dois objetivos básicos. Em primeiro lugar, formular diagnósticos setoriais em suas respectivas áreas de abrangência, cujos principais resultados estão sintetizados neste Relatório Final da Transição. Em segundo lugar, reunir e sistematizar informa- ções essenciais para o início do trabalho dos próximos Ministros e de suas equipes, incluindo principais emergências orçamentárias, alertas acerca de programas e polí- ticas que demandam ação imediata, atos normativos que devem ser revogados ou reformulados, avaliação de programas e políticas de cada área de atuação governa- mental, e sugestões de estruturas organizacionais mais adequadas para os desafios do novo governo.

Historicamente, esses diagnósticos eram elaborados por equipes de transição compos- tas basicamente por servidores públicos requisitados e por profissionais indicados pelo novo governo. O Gabinete de Transição não apenas inovou ao incorporar a participa- ção social nas discussões promovidas pelos GTs, como também estimulou o envolvi- mento desses atores políticos no processo de construção das análises acerca do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. A pluralidade de demandas e de perspectivas que emergiram nas reuniões dos Grupos Técnicos permitiu a produção de diagnósticos mais representativos e socialmente orientados.

Além dos membros designados formalmente para composição dos GTs, cada Grupo contou com participação de servidores e colaboradores voluntários, que contribuíram com seus olhares, experiências e conhecimentos específicos. Adicionalmente, mui- tos GTs promoveram escutas e rodadas de reuniões com organizações da sociedade civil, representantes de entidades, movimentos sociais, sindicatos e associações de trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações internacio- nais, entre outros.

Foi o caso, por exemplo, do GT de Igualdade Racial, que realizou webinário nacional para colher sugestões e contribuições para o trabalho do grupo, com participação de 1200 pessoas. O GT de Meio Ambiente também realizou plenária com a sociedade civil,

que contou com a participação de mil pessoas. Além dessas reuniões e escutas, foram recebidos diversos insumos para as discussões dos GTs, em forma de cartas abertas, ofícios, relatórios e listas de alertas que compõem um repositório de diretrizes, orienta- ções e sugestões de ações emanadas da sociedade para o novo governo eleito.

Todo esse trabalho realizado com comprometimento político e competência técnica foi empreendido sem que houvesse reajuste no orçamento disponível para a transi- ção governamental, apesar dos valores defasados os recursos não foram integralmente executados e o custo desta transição será exponencialmente menor do que a anterior. Dos 50 cargos disponíveis foram utilizados apenas 22, a ampla maioria do trabalho foi voluntário, o que evidencia a disposição republicana de centenas de brasileiros e brasi- leiras para a reconstrução do país.

Além dos Grupos Técnicos, o Gabinete de Transição criou outras duas instâncias de participação, que também contribuíram para a pluralidade do processo: o Conselho Político e o Conselho de Participação Social. O Conselho Político auxiliou na coordenação dos trabalhos do Gabinete, analisando o cenário geral e dando contribuições acerca dos desafios políticos, como no caso da elaboração e tramitação da PEC do Bolsa Fa- mília. O Conselho de Participação Social, por sua vez, reuniu mais de 50 entidades e contribuiu com a formulação da futura política nacional de participação social e sua relação com a sociedade civil.

A despeito de toda a mobilização realizada em torno dos Grupos Técnicos, o Gabinete de Transição não utilizou integralmente os recursos públicos à sua disposição. Houve economia de recursos. A maior parte dos servidores, profissionais, representantes da sociedade civil e outros envolvidos nos GTs colaboraram de maneira não-remunerada, sob a forma de prestação de serviço público relevante.

Nesse momento, em que a democracia e a participação estiveram ameaçadas e desa- fiadas, o fortalecimento institucional do processo de transição de governo, com a parti- cipação efetiva de diversos setores sociais, é instrumento indispensável à promoção do diálogo social e à valorização das práticas democráticas, tão essenciais para o desenho e implementação das políticas públicas para a construção de um Brasil mais plural, de- mocrático, justo, inclusivo e solidário.

# RADIOGRAFIA

DO DESMONTE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

presenta-se aqui uma caracterização geral do processo de desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas em âmbito federal, considerando as contribui- ções reunidas nos relatórios setoriais elaborados pelo GTs da Transição de Governo.

A

A herança do governo Bolsonaro é a desorganização do Estado e o desmonte dos ser- viços públicos essenciais. Esses processos foram contínuos, abrangentes e sistemáticos, sendo parte do seu projeto político-ideológico de redução e enfraquecimento institu- cional do Estado. O desmonte respondeu a uma lógica de menos direitos para a maio- ria, e mais privilégios para uma minoria.

Durante o governo Bolsonaro, sob a égide da EC 95/2016, exacerbou-se um processo de enrijecimento dos gastos reais primários, no que diz respeito ao desfinanciamento das políticas públicas de saúde, previdência e assistência social, dentre outras. No en- tanto, para atender suas necessidades de sustentação política, em quatro anos o atual governo furou o teto de gastos por cinco vezes, gerando gastos no valor de cerca de R$ 800 bilhões.

As consequências são bastante perniciosas, não apenas no que diz respeito às estru- turas do Estado, mas também no que toca ao comprometimento de direitos e polí- ticas públicas de modo geral. Ao final, é a própria população brasileira, em especial a parcela mais vulnerável, a que mais vem sofrendo com a ausência ou precarização dos serviços públicos.

O legado dos quatro anos do governo Bolsonaro é perverso. Ele deixa para a população o reingresso do Brasil no mapa da fome: hoje são 33,1 milhões de brasileiros que pas- sam fome e 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país, vive com algum grau de insegurança alimentar.

Os cortes no orçamento da saúde para 2023 são da casa de R$ 10,47 bilhões, o que inviabiliza programas e ações estratégicas do SUS, tais como: farmácia popular, saúde indígena, e o programa HIV/AIDS. Isto sem contar a fila dos atendimentos especializa- dos que cresceram de forma vertiginosa após a pandemia.

Na educação, o governo Bolsonaro mostrou seu descompromisso com o futuro. Cortou deliberadamente recursos, não contratou a impressão de livros didáticos, colocando em risco a qualidade do ano letivo em 2023. E contribuindo para am- pliar a evasão escolar que cresceu com a pandemia, o governo Bolsonaro congelou durante quatro anos em R$ 0,36 centavos por aluno a parte da União para a me- renda escolar.

Sob o governo Bolsonaro, o Brasil bateu recordes de feminicídios, as políticas de igual- dade racial sofreram severos retrocessos, produziu-se um desmonte das políticas de ju- ventude e os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados na história recente do país.

Na estrutura ocupacional no setor público federal, o assédio institucionalizado, a pre- carização laboral, a redução de pessoal, os sete anos sem reajuste para o funcionalismo tornaram mais precário o serviço prestado à população.

A falta de planejamento impediu a modernização da gestão pública, com o esvazia- mento completo do PPA e suas estruturas e funções de gestão e burocracias correlatas.

A dimensão da participação social em âmbito governamental sofreu paralisações e re- trocessos institucionais. Em praticamente todas as três grandes áreas de políticas públi- cas para o desenvolvimento nacional – Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática, e Defesa da Democracia e Reconstrução do Estado e da Soberania –, houve claro retrocesso par- ticipativo e o desmonte dos principais instrumentos e mecanismos de relacionamento Estado/Sociedade.

Quanto ao legado do governo Bolsonaro no âmbito das políticas ambientais e climáti- cas, é notório o rebaixamento organizacional e a falta de compromissos com os acor- dos internacionais. A destruição ambiental nos dois últimos anos foi a maior em 15 anos. Em quatro anos, o governo Bolsonaro destruiu 45 mil km² com desmatamento só na Amazônia.

O programa de desestatização caracterizou-se por decisões erráticas que implicaram em: desnacionalização patrimonial e perda de soberania nacional; desarticulação dos investimentos públicos indutores e multiplicadores dos investimentos privados e do próprio crescimento econômico. Os consumidores de energia elétrica poderão pagar uma conta que pode chegar a R$ 500 bilhões nos próximos anos, em razão de uma série de ações tomadas pelo governo Bolsonaro no setor elétrico.

No tocante às relações federativas, o governo Bolsonaro foi responsável pela maior crise do sistema federativo desde a redemocratização. A União provocou desunião. Observou-se o enfraquecimento dos elos federativos em torno das principais polí- ticas setoriais da área de Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos. O exemplo maior foi o papel desarticulador do Governo Federal no enfrentamento da pande- mia da COVID-19.

No que diz respeito à relação entre os três poderes e o respeito aos preceitos constitu- cionais, a Presidência da República adotou atitude de enfrentamento aos demais Po- deres, bem como ação contínua de afronta aos marcos legais do regime democrático.

No tocante à Política Externa Brasileira, o governo isolou o país de seus vizinhos e dos âmbitos multilaterais, e não pagou cotas a organismos internacionais, deixando o país sem voto nestes fóruns. Sob a égide de Bolsonaro, constata-se um profundo rebaixa- mento e desprestígio internacional do Brasil no concerto das nações.

Na sequência, com base nas contribuições provenientes dos GTs setoriais, será possível compreender a extensão e a complexidade desse processo de desmonte do Estado brasileiro e o quanto ele é nefasto para a população, em particular a mais necessitada.

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A volta do flagelo da fome ao País é o indicador mais relevante do desmonte das po- líticas de desenvolvimento social ocorrido nos últimos quatro anos. Um futuro com comida na mesa e mais dignidade para as 33 milhões de pessoas em situação de grave insegurança alimentar demandam a imediata retomada do conjunto de políticas públi- cas que o Brasil implementou com sucesso nos governos do PT.

Para isso, o novo governo eleito terá que reverter o quadro atual, no qual as políticas de transferência de renda, os programas de segurança alimentar e nutricional, e a oferta de serviços sociais estão completamente desorganizadas e contam com previsão orça- mentária reduzida ou, por vezes, quase inexistentes.

A implementação improvisada do Auxílio Brasil desarranjou todo o sistema de transferência de renda em funcionamento há quase vinte anos e trouxe caos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em razão de sucessivas mudanças, o programa perdeu o foco, tratou de maneira igual os desiguais e levou milhões de pessoas para filas nas portas dos serviços socioassistenciais. As condicionalidades em saúde e educação foram alteradas e estão fragilizadas. Por exemplo, o total de crianças menores de sete anos com acompanhamento vacinal passou de 68% em 2019 para 45% em 2022.

Apenas 60% dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais estão atualizados. O Cadastro também está desfigurado: das cerca de 40 milhões de famílias inscritas, 13,9 milhões compõem arranjos unipessoais. Isso tem impacto não apenas na concessão do Auxílio Brasil, mas também em outros 30 programas que utilizam o Cadastro, in- clusive os programas de transferência de renda de Estados e Municípios. O governo Bolsonaro incluiu milhares de pessoas do CadUnico e ameaçou retirar em função da má gestão e da falta de recursos.

Dados do Ministério da Cidadania informam que R$ 9,5 bilhões de empréstimos consig- nados para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram concedidos nas vésperas da eleição. A Caixa o fez sem respeitar a lei das estatais, com taxas de juros exorbitantes, nenhum dos grandes bancos do país aderiram ao programa dado seu risco, o que foi viabilizado por medida provisória, convertida na Lei 14.431/2022. Assim, um a cada seis beneficiários do Auxílio Brasil contraiu o emprésti- mo consignado. Essas pessoas terão até 40% do valor de seu benefício comprometido, mesmo que não permaneçam no programa. A medida, claramente eleitoreira, vai na contramão das políticas de proteção social, colocando em risco benefícios futuros.

O SUAS viu o seu financiamento minguar, com uma redução de 96% em seu orça- mento para 2023, comparado ao de 2022, que já era bem menor do que o de 2018. O orçamento previsto para o financiamento do SUAS é de apenas R$ 50 milhões no PLOA. Este valor não é suficiente sequer para um mês de funcionamento dos equipamentos de proteção básica e especial e das unidades de acolhimento. Há risco real de paralisa- ção do SUAS.

A rede física de equipamentos é praticamente a mesma de 2016 e a oferta de serviços socioassistenciais encolheu justamente no momento em que se observou o empo- brecimento do País. O número de pessoas em situação de rua aumentou nas grandes e pequenas cidades, mas os Centros Pop estão concentrados apenas nas cidades de grande porte e tem sido insuficiente a quantidade de equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social.

A maior parte das alterações dos programas de transferência de renda e dos serviços socioassistenciais foi feita sem qualquer tipo de pactuação com órgãos colegiados, como o Conselho Nacional de Assistência Social e a Comissão Tripartite, e houve gran- de fragilização da relação com Estados e Municípios. A rede SUAS está sobrecarrega- da, com sistemas administrativos defasados, alta rotatividade de profissionais e baixos salários, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais.

A fila de espera para o BPC conta hoje com mais de 580 mil pessoas e o tempo médio para a concessão do benefício passou de 78 para 311 dias, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em relação à política de segurança alimentar e nutricional, houve um completo des- mantelamento. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi desativado e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) não teve nenhum papel relevante durante todo esse período. Quase todos os progra- mas tiveram orçamento reduzido, dependentes cada vez mais de emendas parlamen- tares para garantir alguma execução.

O Programa Cisternas, que já atendeu mais de 1 milhão de famílias com tecnologias so- ciais de acesso à água, não chegará em 2022 nem próximo a 1 mil cisternas entregues.

O Programa Fomento Rural teve orçamento reduzido e desvios de função. Foram ado- tados mecanismos de compra ineficientes para a aquisição de cestas básicas e existe um passivo enorme de prestação de contas, a partir de 2023. Por outro lado, os equi- pamentos públicos de segurança alimentar, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, centrais de distribuição de alimentos da agricultura familiar, vêm sendo desmontados e os recursos são irrisórios para 2023.

Diante do desmonte verificado, a tarefa de reconstruir toda a rede de proteção social representa um enorme desafio. Será necessário retomar a atuação coordenada entre os ministérios para promover o desenvolvimento social com redução da pobreza e das desigualdades e a erradicação da fome no País.

EDUCAÇÃO

Desde o início do governo Bolsonaro a política de educação foi negligenciada, tratada como instrumento para a guerra cultural e com aparelhamento ideológico. Trocas de ministros, denúncias de corrupção, crises na oferta dos serviços públicos foram a tônica.

Nos governos Lula I e II, houve um forte investimento em educação, com iniciativas de creche a pós-graduação. Antigos programas foram ampliados e aperfeiçoados, e novos foram criados. As conquistas observadas neste período foram comprometidas a partir de 2016, intensificando-se durante o governo Bolsonaro o processo de desmonte das políticas educacionais, bem como os ataques às universidades, institutos federais, pro- fessores e estudantes.

De 2019 a 2022, o Ministério da Educação (MEC) e suas autarquias sofreram retroces- sos institucionais, orçamentários e normativos, observando-se falta de planejamento; descontinuidade de políticas relevantes; desarticulação com os sistemas de ensino es- taduais e municipais e da rede federal de ensino; incapacidade de execução orçamen- tária; e omissões perante os desafios educacionais. Além disso, houve indícios graves de corrupção que precisam ser investigados.

O descaso com a educação atingiu diversos programas, como os de alimentação es- colar, construção de creches e escolas, organização curricular, ampliação do tempo in- tegral, iniciação à docência, entre outros. As poucas iniciativas adotadas foram tardias, beneficiaram um limitado número de estudantes e estiveram desconectadas das ne- cessidades reais, como no caso da estratégia de formação de professores por meio de plataformas de educação a distância, sem coordenação nacional, incentivo e valoriza- ção dos educadores.

Em consonância com a forte tradição de participação social na área de educação, des- taca-se a importância da recriação de uma série de comitês e comissões que foram extintos desde 2019, como o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Também constituem desa- fios a retomada de comissões paralisadas, a exemplo do CGProuni; o aperfeiçoamento

de conselhos em funcionamento, como o Conselho de Acompanhamento e de Con- trole Social do Fundeb; e a criação de novos conselhos, como o Conselho Consultivo de Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior, com ampla participação de organizações que militam na área educacional.

Outras questões preocupantes dizem respeito ao não cumprimento das metas do Pla- no Nacional de Educação (PNE) e a não instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), cuja implementação é urgente. Também merecem atenção a implementação da Base Nacional Comum Curricular; a reforma do ensino médio; a concessão de bolsas de pós-graduação, iniciação à docência, iniciação científica e ensino médio e técnico; as políticas de cotas para estudantes do ensino superior; a educação profissional e tecno- lógica; a estrutura das autarquias vinculadas ao MEC; e as ações do INEP, como o Censo Escolar e o SAEB.

É importante lembrar que, nos últimos anos, as políticas e os programas educacionais foram afetados por sucessivos e sistemáticos cortes de recursos. O valor previsto no or- çamento de 2023, descontadas as transferências obrigatórias aos entes subnacionais para a educação básica, é inferior em R$ 18,5 bilhões à média do valor comprometido no período 2015-2021, e inferior em R$ 9,2 bilhões ao de 2021, que já havia sido o pior ano de toda a série. É urgente, portanto, recompor o orçamento do MEC, considerando as prioridades do novo governo e as principais emergências orçamentárias identificadas.

Um ponto que merece destaque é que, nos últimos anos, o MEC implementou diver- sas ações educacionais alinhadas a uma pauta atrasada e com uma visão divergente das políticas que, comprovadamente, asseguram uma educação pública de qualidade a todas e todos. As normas educacionais mais recentes refletem esse movimento de ideologização, precarização e constrangimento da educação pública.

Além da necessidade de revogação de normas em desconformidade com um projeto de educação pública, gratuita, laica e democrática – sem gerar insegurança jurídica e desorganização das redes de ensino –, é indispensável recuperar a capacidade ope- racional em áreas críticas para a execução das políticas, seja no FNDE, no MEC ou em outras autarquias, a exemplo das áreas de licitação, empenho, contratos, pagamento e tecnologia da informação, sob risco de comprometer ações de grande relevância, como o ENEM e o SISU, alem da dificuldade de recursos para o pagamento de bolsas como evidencia o caso da CAPES.

SAÚDE

A primeira constatação na área de saúde é que o País ainda convive com uma grave crise sanitária. Além das quase 700 mil mortes pela COVID-19, a pandemia exacerbou o quadro de deterioração da saúde, na contramão de melhorias substantivas que esta- vam em curso no país, com base na Constituição de 1998, a qual definiu a saúde como direito universal e possibilitou a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) para a sua efetivação.

Desde 2016, observa-se a piora generalizada em indicadores de saúde, tais como: 1) re- dução da taxa de coberturas vacinais, com alto risco de reintrodução de doenças como a poliomielite; 2) queda acentuada de consultas, cirurgias, procedimentos diagnósti- cos e terapêuticos realizados pelo SUS, na atenção básica, especializada e hospitalar, atrasando o início do tratamento de doenças crônicas, tais como cânceres e doenças cardiovasculares, entre outras; 3) retorno de internações por desnutrição infantil pro- vocadas pela fome; 4) estagnação na trajetória de queda da mortalidade infantil; e 5) aumento de mortes maternas.

O grave quadro sanitário brasileiro decorre de um conjunto de retrocessos insti- tucionais, orçamentários e normativos que levaram ao desmonte das políticas de saúde e que afetaram o funcionamento de diversas áreas do SUS. A degradação da autoridade sanitária nacional e do papel de coordenação e articulação do Ministério da Saúde (MS) foram fatores chave na desestruturação de políticas e programas até então bem-sucedidos, como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), Mais Mé- dicos, Farmácia Popular, IST-Aids e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Também foram seriamente afetados os serviços que compõem as redes as- sistenciais do SUS: Atenção Básica, Saúde Mental, Saúde da Mulher, Urgência, Pessoa com deficiência, entre outros.

De 2018 a 2022, estima-se que as perdas do SUS, em decorrência da EC 95/2016, che- garam a quase R$ 60 bilhões, descontando-se os gastos autorizados por Medida Provi- sória relacionados à COVID-19. Além disso, para 2023, a saúde sofreu o impacto da de- sorganização provocada pela proposta de orçamento do governo, com consequências deletérias para programas como o Farmácia Popular, o Mais Médicos/ Médicos pelo Brasil, o Saúde Indígena, entre outros. Também é altíssimo o risco de colapso de servi- ços essenciais por falta de financiamento federal e por comprometimento da compra de insumos essenciais, incluindo vacinas e medicamentos em geral.

Diante desse quadro crítico, é urgente recuperar o orçamento da área de saúde, bem como estabelecer medidas de resgate da autoridade sanitária e da capacidade técnica do MS para a coordenação nacional, tripartite e participativa da gestão do SUS. Isso é essencial para que as demais prioridades da área possam ser efetivadas, como o resgate das altas coberturas vacinais por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI); o fortalecimento da capacidade de resposta à COVID-19 e outras Emergências de Saúde Pública; e o enfrentamento das filas na atenção especializada.

Nesse sentido, é premente um esforço concentrado nacional para reduzir as filas de espera para diagnósticos e tratamentos de doenças cardiovasculares, cânceres, cirur- gias de baixa e média complexidade, todas muito afetadas pela pandemia. Esse esfor- ço deve estar articulado a ações estruturantes para a reorganização da Atenção Básica resolutiva e integrada nas diferentes regiões do País. Também é importante conferir prioridade à recuperação das áreas de Saúde Mental, da Mulher, da Criança e do Ado- lescente, da população indígena, bem como a adoção de uma diretriz antirracista na política nacional de saúde no Brasil.

O mesmo olhar deve recair sobre alguns programas bem-sucedidos, que foram des- mantelados nos últimos anos. É o caso da recuperação do Farmácia Popular, como par- te da Assistência Farmacêutica do SUS; da retomada do estímulo ao desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde; e da transformação digital do SUS. Da mesma maneira, é urgente a verificação das condições de suporte, insumos e contra- tos em geral, seriamente comprometidas sob o governo Bolsonaro. Estas medidas são fundamentais para a retomada do desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro - público, universal, integral e gratuito.

Com relação aos colegiados de participação social, que foram desarticulados e desacre- ditados, impõe-se o resgate do compromisso com o fortalecimento do Conselho Na- cional de Saúde (CNS), indispensável ao controle social e à gestão participativa no SUS; a retomada das conferências nacionais de saúde; e a recriação de diversas instâncias de participação social, como o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) e a Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde.

TRABALHO

A situação atual da área de trabalho e emprego reflete o descaso e a ação deliberada do governo Bolsonaro em subordinar a sua atuação à agenda ultraliberal da área econômica, aprofundar o processo de flexibilização da proteção ao trabalho, desmontar e combater a organização sindical, e coibir as práticas de negociação tripartite e diálogo social.

Mesmo com a recriação, em 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), não se alterou o caráter secundário e subordinado conferido às questões trabalhistas. Além da estrutura precária do MTP, alguns instrumentos de gestão continuam nas mãos do Ministério da Economia, do qual o MTP depende para contratos administrativos e até mesmo para a gestão de pessoas.

Alterar esse quadro de degradação institucional é indispensável para que as políticas de trabalho voltem a ter centralidade no processo de desenvolvimento do País. Isso passa pela reestruturação da área como unidade institucional autônoma, bem como pelo restabelecimento da parceria com Estados e Municípios e a reorganização de estrutu- ras descentralizadas que compõem o sistema público de trabalho, emprego e renda, sucateadas nos últimos anos.

Da mesma forma, o orçamento destinado às políticas na área do trabalho foi continua- mente reduzido na gestão Bolsonaro, chegando a irrisórios R$ 397 milhões, em 2022. Ao mesmo tempo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem registrado se- guidos superávits, deixou de cumprir a sua finalidade constitucional no financiamento das políticas de trabalho. Outra importante fonte de recursos, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), foi também enfraquecida e descapitalizada.

Todas as políticas ativas de emprego estão fragilizadas em decorrência do contínuo subfinanciamento a que foram submetidas, nos últimos quatro anos. O sistema público

de intermediação de mão de obra está sucateado, com limitada capacidade de apoiar a recolocação de trabalhadores, e a mudança no sistema de repasse de recursos para os estados, por meio do modelo fundo a fundo, ainda não se completou.

Na área de qualificação social e profissional, o quadro é de ausência completa de polí- tica. O Pronatec foi abandonado e o Programa Novos Caminhos não saiu do papel, ou se limitou a ações pontuais e discutíveis, como o Caminho Digital. Registrou-se ainda a paralisia da política de aprendizagem profissional, fundamental para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e para a inserção profissional de jovens, praticamente zerando as oportunidades nesse âmbito.

O governo Bolsonaro também não poupou a inspeção do trabalho. Houve perda de autonomia normativa, técnica, financeira e de gestão nos últimos quatro anos. Quase metade do quadro de auditores fiscais do trabalho autorizados em lei estão vagos. E o orçamento destinado às funções de fiscalização é insuficiente para a manutenção das unidades regionais, responsáveis pelas ações de fiscalização.

A reversão deste quadro é necessária para assegurar o enfrentamento aos descumpri- mentos da legislação trabalhista, a garantia de direitos de saúde e segurança no traba- lho, o cumprimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência, o combate às fraudes e a todas as formas de discriminação no emprego e na ocupação, bem como o fortalecimento das políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e do tra- balho escravo que eram, até recentemente, referência mundial.

Entusiasta da reforma trabalhista de 2017, o governo Bolsonaro avançou ainda mais na desmonte da legislação do trabalho, utilizando todos os instrumentos normativos à sua disposição para flexibilizar a regulação laboral e enfraquecer as entidades sindicais. Frente ao aumento do trabalho por meio de plataformas digitais, não houve qualquer iniciativa para proporcionar um mínimo de proteção trabalhista e previdenciária. Tam- bém foi abandonada a política de valorização do salário mínimo, instrumento funda- mental para a elevação da renda do trabalho, a redução das desigualdades e a dinami- zação da economia.

Outros problemas recorrentes foram a perseguição a lideranças sindicais e a asfixia fi- nanceira de suas entidades, prevalecendo uma política antissindical, o esvaziamento de fóruns tripartites e a recusa ao diálogo social. Além disso, o Brasil assumiu posições regressivas em matéria trabalhista na área internacional, abandonou o diálogo sobre trabalho no âmbito da cooperação Sul-Sul e se juntou a países que buscam enfraque- cer a OIT e seus mecanismos de regulação.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social e a Seguridade Social são um dos mais importantes mecanismos de proteção e desenvolvimento social do País. Os benefícios monetários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sustentam, direta ou indiretamente, mais de 90 mi-

lhões de brasileiros e a Seguridade é fonte de renda para cerca de 140 milhões de ci- dadãos. Atualmente, 78% dos idosos têm nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) uma de suas principais fontes de rendimento familiar.

Os avanços sociais expressos na Constituição de 1988 proporcionaram a inclusão dos idosos rurais e urbanos, o combate ao êxodo rural, o apoio à agricultura familiar, a pro- moção da economia regional, especialmente por seu papel redistributivo nos municí- pios mais pobres. Reduziram também a desigualdade de renda e a situação de pobreza dos mais velhos. As medidas adotadas pelo Governo Federal, a partir de 2016, amea- çam essas conquistas e colocam o novo governo diante do desafio de reconstruir a Seguridade Social e a Previdência Social.

Um dos principais desafios neste âmbito consiste no enfrentamento da dramática exclusão do RGPS, que se ampliou nos últimos anos. Isso requer crescimento econô- mico e geração de emprego com carteira assinada. Também é necessária a revisão dos marcos regressivos das reformas trabalhista e previdenciária, que criaram regras de acesso ao Regime Geral equivalentes ou mesmo superiores às praticadas por países desenvolvidos e que desconsideram a dramática realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, merecem especial atenção as questões relativas à inclusão previden- ciária dos cerca de 50% dos trabalhadores que não participaram do mercado formal de trabalho durante a maior parte ou de toda a sua vida laboral; que não conseguem integralizar as carências contributivas mínimas para a aposentadoria; e que não se en- quadram nas exigências para o acesso ao BPC. Outro ponto importante diz respeito à atenção às vítimas da COVID-19 e suas famílias, que sofreram perda de renda em decorrência da pandemia.

O enfrentamento adequado destes desafios remete a outro problema: a desestrutura- ção institucional do setor, iniciada em 2016, que sob o governo Bolsonaro culminou na extinção do Ministério da Previdência e a transferência de suas atribuições para a Secre- taria de Previdência do Ministério da Economia. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi transferido para o extinto Ministério do Desenvolvimento Social, e, depois, para o Ministério da Economia e o Ministério do Trabalho e Previdência. A Dataprev e a perícia médica continuaram vinculadas ao Ministério da Economia.

Assistiu-se também a uma política que se traduziu no represamento de direitos para a redução forçada de gastos, com graves consequências administrativas e sociais. Os casos mais paradigmáticos foram: a redução do quadro de servidores do INSS; o fechamento de agências físicas; a desatualização cadastral que limita a concessão automática de direitos; a precariedade do serviço de teleatendimento; a migração do atendimento presencial para canais remotos; as dificuldades com o uso dos canais online; as limitações técnicas do canal digital; e o uso de automati- zação na concessão de benefícios com base em protocolos imprecisos, levando a indeferimentos desnecessários.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) também sofreram mudanças em de- corrência da última reforma previdenciária, a qual trouxe o risco de financeirização dos planos de benefícios e menor proteção previdenciária, com prejuízos aos servidores públicos. O novo governo terá que reorganizar as regras de funcionamento desse seg- mento, em sintonia com as melhorias introduzidas nos regimes próprios no período de 2003 a 2015. Também é necessária a melhoria na gestão do RPPS, com a implantação de um Sistema Integrado de Dados e do eSocial, o tratamento mais adequado da Com- pensação Previdenciária (COMPREV), além de outras medidas de natureza tributária, sobre normas gerais aplicáveis a todos os entes federados e acerca do Regime de Pre- vidência Complementar do setor público - Funpresp.

Nos últimos anos, houve ainda a tentativa de sucateamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com ataques sistemáticos à imagem e à credibilidade do sistema e de seus dirigentes, e o favorecimento dos bancos e seguradoras. Tiveram lugar diversas resoluções do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC), para flexibilizar os direitos dos participantes, facilitar a retirada de patrocínio, alterar be- nefícios e critérios de reajuste de assistidos por esses planos, instituir planos com baixo nível de contribuição e benefícios reduzidos, dentre outras medidas que punem os participantes e assistidos em vez de proteger seus direitos, como é dever do Estado.

Em suma, é extensa a lista de questões e demandas que deverão exigir máxima atenção do ponto de vista legislativo, orçamentário e de garantia de direitos aos cidadãos, tanto no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), como também dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e do Regime de Previdência Complementar (RPC).

CIDADES

O Ministério das Cidades foi essencial para a formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a implementação do Estatuto das Cidades. De 2003 a 2016, o governo investiu R$ 715 bilhões nas políticas urbanas (média de R$ 50 bilhões por ano), com destaque para o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que contratou 4,2 milhões de moradias até 2016, sendo 1,6 milhão para famílias de baixíssima renda.

A partir de 2016, o investimento na área foi drasticamente reduzido, tendência que se aprofundou sob o governo Bolsonaro, quando foram extintos o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades. No PLOA de 2023, registra-se uma redução de recursos para o setor urbano da ordem de 90% em relação a 2022, o que deverá provocar a paralisa- ção de obras em andamento com recursos do Orçamento Geral da União.

O MCMV foi transformado no programa Casa Verde Amarela, que zerou as contrata- ções para a baixa renda, afetando sobretudo a população mais carente e vulnerável em termos habitacionais. O corte de recursos destinados à produção habitacional e às obras de infraestrutura urbana, além dos prejuízos às famílias e às cidades, representa uma perda de oportunidade para a promoção do crescimento econômico. O recurso público aplicado no setor contribui para um ciclo virtuoso, que aumenta a arrecadação

tributária, gera emprego e renda e movimenta a cadeia da construção civil e outros setores da economia. Os programas de habitação têm potencial de gerar 1,5 milhão de empregos anuais, considerando a média do MCMV, observada no período 2009-2022, além de responder às necessidades habitacionais da população de baixa renda.

Na habitação, os reflexos do desmonte são percebidos no aumento em mais de 32 mil pessoas em situação de rua, somente nos últimos dois anos, totalizando mais de 178 mil pessoas; nas mais de 1 milhão de pessoas despejadas ou ameaçadas de despejo, durante a pandemia; no déficit habitacional de 5,9 milhões de domicílios; e nos mais de 5,1 milhões de domicílios em aglomerados subnormais (IBGE 2019).

Na área de mobilidade urbana, foi interrompida a expansão dos sistemas de média e alta capacidades de transporte público. Há uma crise de demanda e esgotamento do atual modelo de remuneração dos serviços pela tarifa, com sucessivos aumentos das tarifas e perda da capacidade de pagamento dos usuários. Esse cenário foi agra- vado pela pandemia: o déficit estimado entre a receita e os custos operacionais dos prestadores, no período de março/20 a junho/21, correspondeu a R$ 16,7 bilhões, nos sistemas ônibus, e R$ 12,5 bilhões, nos sistemas sobre trilhos (ANTP). Assim, houve a deterioração das condições de mobilidade urbana nas cidades, com o sucateamento das infraestruturas de transporte urbano.

A gestão de riscos e prevenção a desastres climáticos também foi desarticulada, mes- mo diante de um cenário de aumento de eventos climáticos extremos. Houve ainda uma redução de 99,5% na previsão orçamentária para saneamento, em 2023, o que deve afetar obras em andamento, o início de obras aprovadas e/ou licitadas pela CAIXA, e a retomada de obras paralisadas nos últimos anos.

Diante do claro desmonte das políticas públicas até então conduzidas pelo Ministério das Cidades, o novo governo se vê diante da necessidade de redesenhar e retomar os programas considerados necessários à reconstrução da política habitacional do País, tendo como diretriz a redução das desigualdades urbanas e a promoção da transição ecológica nas cidades.

CULTURA

A área da cultura foi um dos principais alvos do desmonte promovido pelo governo Bolsonaro, com impactos negativos sobre o orçamento destinado à pasta, as estru- turas públicas de gestão da cultura, o acesso e o exercício dos direitos culturais, e as atividades artísticas e dos trabalhadores da cultura. O governo Bolsonaro amplificou o discurso de criminalização das artes e da cultura, com impactos agudos sobre artistas, trabalhadoras e trabalhadores do setor cultural.

O governo Bolsonaro promoveu o maior retrocesso dos últimos 20 anos na execução do orçamento destinado à cultura. A partir da extinção do Ministério da Cultura (MinC), em 2019, o governo federal reduziu em quase metade a execução orçamentária da

área cultural, que já era declinante. Desde 2016, houve uma perda de 85% no orçamen- to da administração direta e de 38% no da administração indireta. O Fundo Nacional de Cultura (FNC), principal mecanismo de financiamento governamental do setor, teve seu orçamento reduzido em 91%. O corte foi tão acentuado que a maior parte do que restou foi canalizada para manutenção, tornando inviável qualquer atividade finalística.

As estruturas públicas de gestão da cultura também foram destruídas ou desmontadas. O MinC deixou de existir em 2019, passando a ser uma Secretaria Especial vinculada, primeiro, ao Ministério da Cidadania e, depois, ao Ministério do Turismo. Ao mesmo tempo, a estrutura de cargos exclusiva da cultura foi absorvida por outras áreas gover- namentais e se reduziu para pouco mais de um terço da que existia em 2016.

Além da drástica redução de tamanho, a Secretaria virou as costas para a área cultural, cancelando editais, extinguindo políticas, descontinuando projetos, reduzindo siste- maticamente o seu orçamento, perseguindo servidoras/es, sucateando instituições e publicando atos normativos autoritários que violam direitos e a diversidade cultural. O Sistema Nacional de Cultura foi negligenciado, tendo sido parcialmente desmantelado.

Como consequência do desmonte das políticas culturais, quadro agravado pela pan- demia de COVID-19, a economia criativa e da cultura foi duramente impactada, provo- cando desemprego, fechamento de empreendimentos, precarização e vulnerabiliza- ção de trabalhadores e trabalhadoras do setor. A perda do setor cultural estimada para o biênio 2020-2021 foi de R$ 69 bilhões.

As estimativas de participação do setor cultural na economia brasileira, em 2019, va- riavam de 1,2% a 2,7% do PIB, sendo que o conjunto de ocupados no setor cultural representava 5,8% do total (5,5 milhões de pessoas), atuando em mais de 300 mil em- presas. Com a pandemia, o faturamento do setor se aproximou de zero, já que as únicas atividades que continuaram faturando foram as relacionadas a serviços digitais, como streaming de vídeo e música.

Enquanto outros governos lançavam pacotes de auxílio aos seus setores culturais, quem assumiu essa tarefa no Brasil foi a oposição, com a Lei Aldir Blanc. Somente ao final de 2022, o setor deverá retomar o patamar de geração de riqueza de 2019. Mesmo assim, o cenário ainda é incerto, dada a omissão e inoperância do governo Bolsonaro na área.

Com relação à participação social, o diagnóstico da área cultural reforça a tendência geral de restrição e redução da participação de setores da sociedade nas políticas públi- cas. Dos 25 colegiados associados às políticas culturais, 10 foram extintos; 3 estão para- lisados ou aguardando composição; 1 está ativo, mas com problemas na formalização e na composição; e apenas 11 (41%) estão em funcionamento.

Enfim, é inegável o papel que a Cultura deverá ter durante o novo governo, seja como área fundamental de apoio e estímulo à diversidade de manifestações culturais do

povo brasileiro; seja como meio para propiciar o mais amplo acesso aos bens e serviços culturais; seja, enfim, como instrumento indispensável ao fomento da produção cultu- ral e à promoção de uma economia da cultura, como parte da estratégia de retomada de desenvolvimento sustentável do País.

ESPORTE

O governo Bolsonaro interrompeu uma longa trajetória de valorização das políticas pú- blicas para o esporte no País. Desde 2003, o setor vinha experimentando a ampliação de recursos e da capacidade de organização e execução de políticas públicas, além de ter ganhado maior relevância no debate público, principalmente com a realização dos dois maiores eventos esportivos do mundo no País, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A extinção do Ministério do Esporte, que se tornou uma Secretaria Especial e foi ab- sorvida pelo Ministério da Cidadania, levou ao rebaixamento da pauta do esporte, à redução de seu orçamento e à perda de relevância no âmbito do governo federal. O orçamento do esporte caiu de R$ 3,4 bilhões em 2016 para R$ 890 milhões em 2022. A PLOA 2023 prevê apenas R$ 193 milhões para o esporte.

Políticas e programas voltados para a prática desportiva foram descontinuados ou per- deram importância. É o caso do Programa Segundo Tempo e do Programa de Mo- dernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). A carência de infraestrutura esportiva nos municípios é um diagnóstico conhecido, que motivou a inclusão do esporte nos programas de investimento dos governos Lula e Dilma. Essa política de investimento em infraestrutura esportiva também foi paralisada. Da mesma forma, a Secretaria passou ao largo do crescente debate acerca dos atos discriminatórios ocorridos em atividades desportivas.

Sem uma visão estratégica clara para o setor, a Secretaria do Esporte realizou ações frag- mentadas e isoladas, sem capacidade de incluir a agenda do esporte nas prioridades do País, em que pese o potencial econômico do setor e o papel que o esporte pode desem- penhar na educação, saúde, inclusão social e bem-estar físico e mental das pessoas.

O diagnóstico da área sinaliza para a necessidade de reinserir o fomento ao esporte na agenda nacional, com a recuperação ou redesenho de programas que já demons- traram a sua relevância para o esporte brasileiro, e, especialmente, com a ampliação e democratização da prática esportiva, sobretudo no ambiente escolar, promovendo assim uma cultura de paz.

DIREITOS HUMANOS

No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos di- reitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos. O Ministério da Mulher, da Família e

dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos, e no desmon- te de políticas públicas arduamente conquistadas, até 2015.

O MMFDH foi instrumentalizado para o cumprimento da tarefa de subverter o significa- do histórico dos direitos humanos, por meio do uso deturpado de estruturas e recursos públicos; da celebração de parcerias com entidades estranhas a agenda do Ministério; e do comprometimento de áreas já consolidadas de enfrentamento a violações de di- reitos humanos.

A condução do Disque 100 é exemplo desse desmonte. Além de ter sido fragilizado pela péssima gestão contratual, o Disque 100 foi aparelhado para assediar a educado- res e a estabelecimentos comerciais que exigiam certificado vacinal contra COVID-19, atendendo denúncias de sujeitos identificados com a chamada “escola sem partido” e com o negacionismo da crise sanitária recente. Toda a rede de proteção, antes acionada para dar resposta a denúncias de violações, foi desarticulada. Os dados do Disque 100, que são fonte de informações para o desenvolvimento de políticas públicas, deixaram de ser divulgados.

As estruturas de participação social foram o alvo preferencial do desmonte ou descon- figuração de políticas públicas no governo Bolsonaro. Na pasta dos direitos humanos, foram desarticulados ao menos 14 colegiados com participação social efetiva, sendo 12 alterados, com o objetivo de precarizar ou desconfigurar a participação da socieda- de, e dois simplesmente extintos por revogação normativa sumária.

O orçamento dedicado às políticas de direitos humanos reforçam o cenário de des- prezo pelo setor. A despesa discricionária em 2022 chegou ao valor de R$ 238 milhões, aproximadamente um terço da LOA 2015. A PLOA 2023 replica o estado de penúria do orçamento, elevando o desmonte das políticas da área a um patamar crítico.

Além dos cortes, houve baixa execução orçamentária. Até o início de dezembro de 2022, apenas 40% do orçamento da área havia sido empenhado e cerca de 21% haviam sido executados. O cenário orçamentário-financeiro da pasta indica a inviabilidade da política de direitos humanos, caso não haja recomposição orçamentária a partir de 2023.

Essas três principais dimensões do desmonte - o revisionismo do significado histórico dos direitos humanos, as restrições à participação social e a precarização orçamentária

-, culminaram na descontinuidade de políticas públicas importantes para a promoção e defesa de direitos humanos, como foi o caso do “Plano Viver Sem Limite” e das políti- cas para a população LGBTQIA+ e para a população em situação de rua.

MULHERES

A dimensão do desmonte provocado pelo governo Bolsonaro nas políticas para as mu- lheres é a expressão de um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher. Tal

projeto começa na esfera simbólica, mas tem consequências concretas na desorgani- zação e no esvaziamento das políticas públicas, na desidratação do orçamento, na de- sestruturação institucional e, consequentemente, na perda de direitos e até da própria vida das brasileiras.

No primeiro semestre de 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios, registrando cerca de 700 casos no período. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro; mais de 230 mil brasileiras sofreram agressões físicas por violência domés- tica. Os dados são do mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Embora todas as mulheres estejam expostas a essas violências, fica evidente o racismo: as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídios e 89% das vítimas de violên- cia sexual.

Essas tragédias ocorrem no mesmo compasso do desmonte das políticas de enfrenta- mento à violência contra a mulher. No caso do programa “Mulher Viver Sem Violência”, os principais eixos que garantiam a capacidade de execução foram retirados da legisla- ção, desobrigando o Estado de cumpri-los. O orçamento do programa foi desidratado em 90% e a construção de Casas da Mulher Brasileira foi paralisada.

O Disque 180 foi desmantelado. Esse serviço foi transferido para a Ouvidoria de Direitos Humanos e, com isso, seu papel de orientação, informação, denúncia e gestão de infor- mação da rede de atendimento no País ficou restrito apenas a denúncias. O orçamento para esse serviço, em 2023, é de apenas R$ 6 milhões, o que implica a paralisação do Disque-180 já nos primeiros meses do novo governo.

No governo Bolsonaro, o feminicídio foi gravemente intensificado pela flexibilização da posse e do porte do uso de armas. De 2019 a março de 2022, mais de 400 mil no- vas armas de fogo foram registradas no País, segundo dados da Polícia Federal. Deste total, mais de 96% estão em nome de homens e 4% em nome de mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, quando consideramos que mais da metade dos casos de violência contra as mulheres são cometidos por companheiros, ex-com- panheiros, pais ou padrastos e dentro de casa, podemos dizer que isso eleva tanto o grau de escala de opressão, silenciamento e repressão sobre as mulheres, como o grau de letalidade dos homens sobre elas.

Os recursos direcionados para financiar as políticas públicas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, de 2015 a 2022, demonstram a dinâmica orçamentária perversa ini- ciada em 2016, com fortes cortes no orçamento da pasta. O PLOA 2023 traz uma redu- ção de 90% no orçamento da área quando comparado ao orçamento de 2015.

O cenário trágico de desmantelamento das políticas para as mulheres também foi in- tensificado pela gestão irresponsável da pandemia de COVID-19. Para as trabalhadoras domésticas, a pandemia representou o aumento do risco à própria saúde, a queda na renda e a perda de direitos. Elas foram as primeiras a serem infectadas e as mais impac- tadas pela COVID-19.

A formalização dos vínculos laborais dessa categoria começou a declinar após 2016, ten- dência agravada na pandemia. Mesmo diante do aumento da fome, da perda de renda e direitos, o MMFDH não viabilizou ação alguma para incentivar e implementar a PEC das trabalhadoras domésticas, deixando-as ainda mais desprotegidas e vulneráveis.

A fome e a insegurança alimentar também afetam desproporcionalmente mulheres, negras e negros: um em cada cinco lares chefiados por mulheres não tem o que comer no dia a dia. Nos domicílios em que a responsável é negra ou negro, a fome aumentou de 10,4% para 18%. A fome em famílias com crianças quase dobrou.

Para além do aumento do desemprego generalizado, a taxa de desalento entre as mu- lheres é mais que o dobro do que entre os homens. A sobrecarga doméstica, as tarefas de cuidado e a falta de oferta de serviços públicos como creche prejudicam o retorno da mulher ao mercado de trabalho.

Ou seja, mesmo diante de um contexto de retomada econômica, se não houver políticas efetivas com recortes de gênero e raça, elas são as últimas a serem incorpo- radas – principalmente em postos mais precários, desvalorizados e informais.

IGUALDADE RACIAL

As políticas de promoção da igualdade racial sofreram severos retrocessos durante o governo Bolsonaro: estrangulamento orçamentário; desmonte de estruturas executi- vas e colegiadas relativas à temática; descumprimento de dispositivos legais; descon- tinuidade de programas; ausência de monitoramento das ações; e desarticulação de agendas intersetoriais.

Com relação ao orçamento, houve uma drástica redução de 93% desde 2015, o que re- flete um processo mais amplo de esvaziamento orçamentário das políticas de promo- ção da igualdade racial no conjunto das ações relacionadas à temática, em diferentes órgãos e entes da Administração Pública Federal. Entre os principais cortes, destacam-

-se a redução no programa de regularização fundiária de territórios quilombolas pelo INCRA, o estrangulamento das ações finalísticas da Fundação Cultural Palmares e as previsões irrisórias para a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.

O desmonte orçamentário é também político. A antiga Secretaria Especial de Promo- ção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi rebaixada para a condição de secretaria nacional dentro do MMFDH, com o consequente enfraquecimento das estruturas institucionais dedicadas à gestão do setor.

Em um balanço geral acerca do percurso dos programas e ações em curso nos últimos anos, avalia-se que dos 18 programas/ações que compunham o repertório prioritário da SEPPIR, em 2015, seis foram descontinuados, cinco desmantelados, seis enfraqueci- dos e um deles não passou por qualquer aprimoramento.

Entre os principais desmontes constatados, destacam-se:

**|** ausência de monitoramento da Lei de Cotas do Ensino Superior (12.711/2012) e da Lei de Cotas de Ingresso para o Serviço Público (12.990/2014);

**|** ausência de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Lei so-

bre o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (10.639/03 –

11.645/08);

**|** desarticulação do esforço intersetorial da Agenda Social Quilombola e enfra- quecimento das ações componentes da Agenda, resumindo-se o Programa

Brasil Quilombola a ações pontuais e assistencialistas, em descumprimento inclusive das determinações judiciais da ADPF 742 (Quilombolas e pandemia);

**|** paralisação dos esforços de regularização fundiária de territórios quilombo-

las, com falta de recursos, falta de pessoal e paralisia decisória no INCRA;

**|** descontinuidade de ações fundamentais para enfrentamento à violência letal contra a juventude negra;

**|** enfraquecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;

**|** desmantelamento dos esforços de articulação intersetorial das agendas

para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Terreiros e dos

Povos Ciganos;

**|** tentativa de destruição da Fundação Cultural Palmares por meio de medi- das administrativas e manobras discursivas que visavam a ruptura do órgão

com sua própria missão institucional.

JUVENTUDE

Com relação à política nacional para a juventude, o governo Bolsonaro representou o desmonte e o enfraquecimento de sua capacidade de articulação com as demais polí- ticas públicas e de diálogo com a sociedade civil.

O setor perdeu orçamento de maneira crítica e sistemática desde 2016, o que se agra- vou durante o governo Bolsonaro. O pico de investimentos na área aconteceu no pe- ríodo de 2005 a 2014. Desde então, a área sofreu sucessivos cortes orçamentários. Isso acarretou a desarticulação, a descontinuidade e o desmonte de políticas, programas e iniciativas importantes destinadas à população jovem.

Chama atenção o fato de que o Plano Plurianual (PPA) atual não contém um Pro- grama e Ação Orçamentária específicos para a juventude. A questão fica ainda mais evidente ao se analisar a execução orçamentária, em que se observa um padrão decrescente, tendo havido queda de quase 95% na execução orçamentária ao final dos últimos quatro anos.

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), atualmente incorporada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), conta com uma estrutura organizacional precária, com baixa capacidade de articulação política, de diálogo com setores organi-

zados e de execução de políticas públicas. Ela tem exercido um papel lateral e desvin- culado de quaisquer objetivos estratégicos. Comparado ao papel político desempe- nhado pela SNJ em períodos anteriores, percebe-se uma diminuição drástica em sua relevância na estrutura da Administração Federal.

Muitos programas voltados para a juventude foram esvaziados e desarticulados, a partir de 2016, com especial ênfase no governo Bolsonaro. É o caso do Estação da Juven- tude, que foi sendo paulatinamente diminuído e desfigurado. Também é o caso do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, descontinuado em 2017, apesar de seus resultados positivos. Programas de outros se- tores, voltados para a juventude, também sofreram revezes, como é o caso do Projo- vem Urbano, atrelado ao Ministério da Educação, que perdeu estrutura e orçamento nos últimos quatro anos.

POVOS INDÍGENAS

Os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados e ignorados na história recente do Brasil como no governo Bolsonaro. Os cortes orçamentários; o desmonte das estrutu- ras administrativas; a completa paralisação dos processos demarcatórios, somados ao aumento das invasões de terras e territórios indígenas; além da ausência de ações de prevenção e enfrentamento durante a crise sanitária da COVID-19, representam um desmonte sem precedentes na política indigenista brasileira.

A invasão das terras e territórios indígenas se acentuou exponencialmente nesse período, em razão de políticas de incentivo à grilagem e à exploração ilícita e indevi- da de recursos naturais por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas, pescadores, caça- dores ilegais e narcotraficantes. Isso produziu um aumento expressivo de conflitos e violências contra os povos indígenas. Ameaças e mortes de lideranças e defensores indígenas (e não indígenas) têm sido crescentes em razão da impunidade, como mostrou o caso do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, na região do Vale do Javari, que chocou o país e provocou grande e com- preensível comoção internacional.

Outra consequência dessa política devastadora é a grave situação de calamidade que vem se perpetuando na Terra Indígena Yanomami, onde vivem, em 371 comunidades, mais de 28,1 mil indígenas, incluindo povos indígenas isolados. Configura-se, ali, uma situação de emergência humanitária, com violências sistemáticas, mortes de crianças e mulheres, destruição ambiental e adoecimento. O garimpo ilegal avançou 46% nessa região, em 2021.

A criminosa omissão do Estado na fiscalização das terras indígenas afetou os po- vos originários em todas as regiões. Ao paralisar completamente as demarcações, o governo Bolsonaro agravou o contexto de insegurança e as violações de cerca de 40% da população indígena, que vive em pouco mais de 1% do total da superfície demarcada atualmente no Brasil. Além de expor povos indígenas a situações de vio-

lência e racismo, esse cenário contribui para a aceleração da destruição ambiental e a degradação dos biomas.

Durante o governo de Bolsonaro, o Brasil registrou as maiores taxas de desmatamento na Amazônia, desde 2006. Em contrapartida, as terras indígenas continuam apresen- tando os menores índices de desmatamento na Amazônia Legal, com taxas que repre- sentam apenas 1% do total desmatado na região.

Soma-se a isso o fato de que as terras indígenas são áreas protegidas que abrigam a maior parte da biodiversidade do planeta, e que as populações que nelas habitam detêm o conhecimento milenar e ancestral sobre formas de manejo e relacionamento com o universo não-humano. Por isso, a paralisação das demarcações e demais ações de proteção das terras indígenas não só compromete seriamente a vida dos povos indígenas, em especial a dos isolados, mas também coloca em risco a sua própria sub- sistência na Terra.

Esse cenário devastador foi acompanhado e intensificado pela desorganização e des- monte das estruturas administrativas relacionadas às políticas públicas indigenistas. Nos últimos cinco anos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi desmantelada e so- freu drástica redução orçamentária. Nota-se que apenas 30% do orçamento do órgão financiou atividades finalísticas. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, apresentado ao Congresso Nacional, o orçamento da Funai sofreu corte de R$ 34 mi- lhões. Para 2023, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) conta com a previsão do menor orçamento do órgão desde sua criação, tendo sofrido redução de 59% em relação ao orçamento de 2022.

A nomeação de profissionais sem experiência nos assuntos indígenas para ocupar car- gos na FUNAI, bem como o aparelhamento do órgão por representantes de setores contrários aos direitos indígenas, contribuíram para a desestruturação total da política indigenista pública.

Políticas conquistadas ao longo de décadas nas áreas de gestão territorial e ambiental, saúde, educação, agricultura familiar e cultura foram sucateadas. Povos indígenas que vivem fora de seus territórios ou em terras não-regularizadas, retomadas ou mesmo em contexto urbano, foram relegados à invisibilidade e total desassistência.

As instâncias representativas dos povos indígenas foram excluídas dos espaços de par- ticipação e controle social de políticas públicas, em razão da extinção ou paralisação do funcionamento de diversos Conselhos Participativos criados e implementados até 2016, incluindo o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

A gestão irresponsável da pandemia de COVID-19 levou à morte de mais de mil indíge- nas, pertencentes a 165 povos, pelo coronavírus. Dentre essas, destaca-se a morte de anciães e anciões, detentoras/es do conhecimento tradicional de seus povos, impac- tando na transmissão e continuidade desses saberes e tradições ancestrais.

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA

ECONOMIA

No campo econômico, o legado dos últimos anos foi marcado por baixo cresci- mento, inflação alta, perda de poder de compra do salário e perda de credibilidade do arcabouço fiscal, que culminou em uma proposta irrealista de lei orçamentária para 2023.

O crescimento médio do PIB, no período 2019-2021, foi próximo de 1% ao ano até 2021. Na média, a expectativa é que o governo Bolsonaro termine o seu mandato com um crescimento médio próximo a 1,5%, inferior inclusive à média verificada no go- verno Temer. Para o próximo ano, a expectativa de crescimento do Brasil é de 0,6%, enquanto no resto do mundo é de 2,7%.

A inflação acumulada no Brasil durante o governo Bolsonaro supera 26%, uma das maiores do mundo, atrás apenas da inflação da Argentina, Rússia e Turquia. Em dois dos quatro anos de governo, o Brasil terá estourado o limite superior da meta de infla- ção. Mesmo com as custosas desonerações para reduzir o preço dos combustíveis, a inflação acumulada em 12 meses é de 5,9%.

Em parte, o repique inflacionário pode ser explicado pela desvalorização cambial verificada no período. No governo Bolsonaro, a taxa de câmbio do real com o dólar saiu de R$ 4/ 1 US$ em 2019 para R$ 5,6/ 1 US$ em 2021. Atualmente está próxima de R$ 5,3/ 1 US$.

Na esteira do baixo crescimento e da elevada inflação, o salário mínimo praticamente não teve ganho real. O rendimento médio real caiu nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, saindo de R$ 2.471,00 para R$ 2.265,00, em 2021. O rendimento real per ca- pita de todas as fontes, em 2021, foi de R$ 1.353,00, também o menor da série histórica. Em 2019, o salário mínimo comprava 2 cestas básicas, agora compra 1,6.

Por fim, o atual governo deixa um legado de perda de credibilidade na política fiscal e orçamentária. Após alterar por cinco vezes o arcabouço fiscal vigente para permitir gastos que totalizam R$ 800 bilhões acima do originalmente previsto pelo teto de gastos, o governo Bolsonaro apresentou uma proposta de lei orçamentária irrealista para 2023, incapaz de garantir a continuidade das políticas públicas necessárias à garantia da cidadania da população. Ao final de 2022, os sinais de escassez de re- cursos para a manutencao dos servicos públicos essenciais e para o funcionamento da máquina pública se fazem visíveis, como nos casos do atraso no pagamento de bolsas de estudo, corte de verbas para educação e falta de recursos para emissão de novos passaportes.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

Ao longo dos últimos anos o País atravessou severo período de desindustrialização e ausência de políticas de desenvolvimento de um modo geral, o que implicou um de- créscimo persistente da participação da indústria de transformação no PIB nacional. Além disso, o desmonte da política nacional de exportações no governo atual também impactou fortemente na redução da participação da indústria de transformação no total das exportações brasileiras, caindo de 66% em 2016 para cerca de 50% em 2022. Esse cenário se agravou com os efeitos da pandemia e da nova geopolítica mundial sobre a desindustrialização e foi amplificado pela ausência de políticas industriais e de comércio exterior para virar o jogo e transformar uma ameaça em oportunidades para o setor produtivo do país.

A falsa premissa de que os mercados são autorreguláveis, sem a necessidade de ações coordenadas dos agentes públicos e privados, levou a equívocos de orientação e con- dução de políticas que foram danosas ao setor produtivo, deixando-o mais frágil e vulnerável à competição. A fragilidade se deu em termos financeiros e tecnológicos, resultando em uma grande estagnação da produtividade, especialmente no amplo universo de empresas da indústria de transformação.

Como o sistema industrial moderno é altamente complexo, envolvendo cadeias de valor de centenas de atividades de comércio e serviços integrados às atividades indus- triais propriamente ditas, o efeito contágio de fragilidades financeiras e tecnológicas no núcleo da indústria afeta todo sistema produtivo e de inovação. As repercussões foram especialmente graves nos segmentos de bens de capital e serviços altamente especializados de exportação e geração de conhecimento. Foram afetadas as áreas de comércio exterior, de *funding* e financiamento para investimento - especialmente pela descapitalização intencional do BNDES -, de apoio à produção e serviços e de proteção sistemática à população mais vulnerável.

Essas ações (ou falta de outras) dificultaram uma retomada econômica pós-pandemia ambientalmente responsável, que propiciasse empregos formais e mais bem remu- nerados. Dado o tamanho econômico do Brasil, a criação de oportunidades poderia ser facilitada pela exploração do potencial de investimentos em infraestrutura e inova- ção tecnológica por meio de uma ação coordenada entre os setores público-privado, principalmente em um cenário internacional que abre novas janelas de oportunidades com a propagada Indústria 4.0 e a sustentabilidade.

Portanto, a recriação do MDIC deve ser a primeira ação concreta do novo governo para reverter o quadro no setor produtivo e na inserção externa brasileira, de maneira a im- pulsionar a inovação tecnológica, o aumento de produtividade e competitividade, e a promoção de uma economia verde e limpa, não apenas na indústria, mas também no comércio e serviços. A missão precípua de novo MDIC é reindustrializar Brasil e promo- ver uma inserção internacional mais competitiva.

INFRAESTRUTURA

Na Infraestrutura Logística, os principais retrocessos a serem revertidos pelo novo go- verno são a brutal queda do investimento público e a falta de mecanismos de gover- nança dos programas de investimentos estratégicos para o País, nos mesmos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimentos em Logísticas (PIL).

A queda brutal do investimento e o desmantelamento dos mecanismos de planeja- mento - somados à implementação de modelos de concessão voltados apenas para criar oportunidades de negócios privados, sem dar sustentabilidade aos projetos e reais benefícios aos usuários -, fizeram com que a infraestrutura logística perdesse capacida- de e se degradasse ao longo dos últimos anos.

Todos os modais tiveram redução de gastos e precisam de um esforço de recompo- sição de suas médias históricas de investimentos. Sem isso, é impossível implementar um programa de investimento que entregue ao País uma infraestrutura condizente com os desafios do desenvolvimento econômico e com geração de milhões de em- pregos de qualidade.

O investimento público em transportes atingiu seu pico em 2011, com a autorização de R$ 35,8 bilhões do orçamento federal. Em 2023, o montante previsto no orçamento é de apenas R$ 6,8 bilhões, míseros 19% do valor autorizado dez anos antes.

A gestão das rodovias encontra-se em patamar de manutenção, que não repõe o desgaste observado, resultando em péssimas condições de tráfego nas vias públicas. Também têm sido frequentes as notícias de desabamentos de pontes e deslizamen- tos, revelando a baixa resiliência climática e estrutural das rodovias. Da mesma forma, recursos ínfimos foram aplicados na ampliação da malha rodoviária, com resultados medíocres, como a entrega de pontes de madeira e pequenos trechos de duplicação ou construção de rodovias.

Na área de ferrovias, os retrocessos são ainda mais contundentes. As obras públicas no setor restringem-se a duas pequenas obras de segurança ferroviária em áreas urbanas e apenas alguns segmentos do trecho II da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, mesmo assim em ritmo muito lento.

Na área de portos, os recursos destinados às intervenções necessárias se restringem às receitas das próprias empresas, por determinação imposta na Lei de Diretrizes Orça- mentárias. Com isso, apenas as companhias que dispõem de receitas estão autorizadas a realizar investimentos, deixando os portos de menor competitividade sem capacida- de de realizar intervenções.

No setor aeroportuário, a maior parte dos aeroportos de médio e grande porte estão concedidos ao setor privado, processo iniciado em 2011. Nos últimos anos,

porém, o governo perdeu a capacidade de fazer obras de melhoria e ampliação dos aeroportos remanescentes.

O setor aquaviário, por sua vez, não conta com um programa de gestão das hidrovias e de instalações portuárias que seja consistente com a necessidade do País, principal- mente quando se considera como objetivo estratégico o estabelecimento de uma ma- triz de transporte ambientalmente sustentável.

É preciso considerar a possibilidade de reavaliação de modelos de concessão, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias, o modelo de privatização das auto- ridades portuárias com exploração dos portos organizados, e a regulamentação das autorizações ferroviárias.

É necessária, ainda, a adoção de medidas para a retomada de obras paralisadas, bem como a implementação de novos projetos. De igual maneira, se faz necessário adequar as previsões orçamentárias e capacidade de investimento no setor, fator indispensável para a recuperação e melhoria da infraestrutura logística do País, o crescimento econô- mico sustentável e a geração de emprego e renda..

COMUNICAÇÕES

A situação atual do Ministério das Comunicações denota a ausência de centralidade conferida ao setor, nos últimos anos, apesar de seu papel estruturante das relações po- líticas, econômicas e sociais contemporâneas.

No âmbito da radiodifusão, o governo Bolsonaro atuou para reduzir a pluralidade e a diversidade nos meios de comunicação. Como exemplo, houve diminuição conside- rável de editais para radiodifusão educativa e comunitária, além da não conclusão dos processos de outorga do Canal da Cidadania.

Nos últimos quatro anos, assistiu-se ao desmonte do sistema de comunicação pública, previsto na Constituição Federal. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi reduzi- da ao papel de mera produtora de conteúdos governamentais, com a mobilização de suas rádios, agência e emissora de TV para essa finalidade. Casos de censura também foram denunciados por trabalhadores, evidenciando a instrumentalização política que privou a população brasileira do direito de acesso à informação pelos canais públicos de comunicação.

No campo das telecomunicações, as políticas continuaram focadas na expansão da infraestrutura, sem a existência de iniciativas que busquem reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de telecomunicações e garantam o pleno acesso da população de menor renda à Internet, com dispositivos adequados e pacotes de serviços menos limitados em termos de volume de dados e utilização.

Além disso, nos últimos quatro anos, não houve qualquer formulação de ações es- tratégicas sobre as comunicações, apesar da crescente centralidade dos meios e

ambientes digitais na sociedade e na atual fase de desenvolvimento econômico, ignorando a percepção internacional sobre o tema, cada vez mais associado à geo- política, à democracia, à redução das desigualdades e à necessidade de medidas para enfrentar a crise climática.

Como resultado dessa visão restrita das telecomunicações, o governo Bolsonaro tam- bém incluiu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Em- presa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) no Programa Nacional de Desestatização.

A atuação governamental na área de comunicações foi, assim, presidida por uma lógica privatista, de instrumentalização dos meios públicos de comunicação, e de ausência completa de políticas públicas de inclusão digital e de promoção do acesso à informa- ção, especialmente para a população de baixa renda.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O governo Bolsonaro também desmantelou o sistema científico e tecnológico nacio- nal. Em meio a um discurso oficial de negação da Ciência, o sistema federal de fomento da área de CT&I entrou em virtual colapso. As instâncias de diálogo entre o governo federal e seus parceiros nas áreas de ciência, tecnologia e inovação foram desvirtuados ou esvaziados, substituídos pela imposição unilateral de prioridades e programas por meio decretos ou portarias, em geral para tentar legitimar um quadro de retração de investimentos ou para atender interesses isolados de ocupantes de cargos na cadeia de comando do Ministério da área. Como resultado, houve grande pulverização de iniciativas e sobreposição de ações, com relevância e impacto limitados.

Dado o grau de desmonte nessa área, impõe-se a necessidade de reorganização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). É necessário, em primeiro lugar, recompor e ampliar o financiamento de CT&I, garantindo a liberação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja Secretaria Executiva é exercida pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A destinação desses recursos deve se voltar para projetos nacionais estruturantes e mobilizadores, em complemento (e não substituição) à recuperação e ampliação do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e de suas unidades e agências, especialmente os recursos próprios do Conselho Nacional de Desenvolvi- mento Científico e Tecnológico (CNPq).

É necessário combinar e integrar variados atores e instrumentos na estruturação de uma Estratégia Nacional de CT&I, concebida como política de Estado de longo prazo, apoiada em incentivos à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), crédito e investimento para tecnologias críticas, formação de recursos humanos, subvenções e uso do poder de compra governamental. Para isso, é fundamental remontar a estrutura organizativa do MCTI, tendo por objetivo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico

nacional, além da redução das desigualdades sociais brasileiras. É necessário, igualmen- te, recompor e revitalizar as instâncias de diálogo e participação da sociedade civil na construção das políticas públicas para a área, como o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) e o Conselho Diretor do FNDCT, além de realizar nova Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação cuja última edição ocorreu em 2010.

No contexto de expansão acelerada da sociedade do conhecimento, a área de Ciência, Tecnologia e Inovação torna-se um pilar central para a reconstrução, a reindustrializa- ção e o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País.

MINAS E ENERGIA

De forma geral, nos últimos quatro anos, a política de minas e energia sofreu um forte desmonte regulatório, combinado com uma abertura de mercado, que, em última ins- tância, reduziu o espaço de atuação estatal. Essa redução ocorreu de várias formas, seja pela menor regulação dos setor, como caso da mineração e do setor de combustíveis, seja pela transferência patrimonial de ativos públicos para o setor privado, a exemplo da privatização da Eletrobrás e da venda de refinarias da Petrobras.

No setor de minas, foram promulgadas medidas, por meio de portarias e decretos, para desregulamentar o setor e fomentar atividades predatórias, como o Código de Mineração e a Política Pró-Minerais Estratégicos. A reversão desse quadro demanda uma nova organização institucional, concentrada na resolução de questões graves no setor. É necessário incentivar o desenvolvimento do conhecimento geológico e da mineração, tendo claro, porém, o potencial para geração de conflitos na área de mineração, pelos seus impactos ambientais e sobre os valores culturais e modos de vida próprios das populações de regiões onde estão ou devem se instalar grandes empreendimentos.

Na energia elétrica, a principal preocupação diz respeito à mitigação das consequên- cias negativas da privatização da Eletrobrás sobre as tarifas do setor elétrico, em função do processo de “descotização” e da concentração de poder de mercado em uma em- presa privada. Causam, igualmente, preocupação e impacto negativo sobre as tarifas as emendas inseridas na lei de privatização da Eletrobrás. Tornou-se obrigatória a con- tratação de termelétricas caras e desnecessárias, o que criou uma reserva de mercado para as pequenas centrais hidroelétricas e levou à renovação de contratos de usinas antigas, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Também inquieta e deve ser foco de atenção a perda por parte da União da capacidade de influenciar os rumos da Eletrobrás, apesar de continuar a ser o maior acionista da empresa.

Na indústria de petróleo, gás e biocombustíveis, as medidas de abertura e as constantes mudanças de políticas do setor geraram uma série de distorções. De modo geral, tais medidas caminharam no sentido de reduzir a participação da Petrobras no abasteci- mento e no mercado de gás natural, bem como de reduzir a previsibilidade em relação

às ações de descarbonização. É o caso dos programas Renovabio e do percentual de mistura dos biocombustíveis, que tiveram suas metas e objetivos alterados de maneira frequente.

Para os próximos anos, o cenário tende a se agravar, uma vez que ainda está em curso um conjunto amplo de desinvestimentos da Petrobras, bem como iniciati- vas de desregulamentação e descoordenação, como o Abastece Brasil. Além disso, o Renovabio continua a reduzir suas metas de descarbonização e há previsão de maior abertura do setor de biocombustíveis, o que pode fragilizar ainda mais a indústria brasileira.

Diante desse cenário, as atenções do novo governo devem se voltar para as leis, decre- tos e outros atos normativos que representam um risco de perpetuação do desmonte da área de minas e energia, bem como para a necessidade de medidas de reconstrução das políticas públicas do setor, especialmente nas áreas de mineração, energia elétrica, petróleo, gás e biocombustíveis - todas elas de grande importância para a retomada do desenvolvimento sustentável do País.

AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Nos últimos quatro anos, houve uma redução de 31% no orçamento discricionário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O descaso ambiental do governo Bolsonaro prejudicou a imagem da agropecuária brasileira e seus investimen- tos em sustentabilidade. Os estoques públicos de alimentos foram reduzidos, no caso do arroz em 95%, havendo um déficit de capacidade de armazenamento de 89 mi- lhões de toneladas no Brasil.

A pesquisa agropecuária foi fragilizada: a Embrapa perdeu 27% de seus recursos. Houve postergação na adoção de maiores percentuais de biocombustíveis. O seguro rural tor- nou-se insuficiente para as necessidades dos agricultores e a área de plantio de arroz, feijão e mandioca são hoje as menores da série histórica. O desmonte também foi sen- tido nas ações de defesa agropecuária, com redução real de 31% no orçamento para sanidade e qualidade de insumos. A política agrícola, por sua vez, sofreu as consequên- cias do aumento nas taxas de juros, sendo que o financiamento de tratores que pagava 7,5%, em 2018, hoje está pagando 12%. Na área de comércio internacional, o número de adidos agrícolas é inferior às necessidades de abertura de mercado.

No rol de questões na área de agricultura, pecuária e abastecimento que devem me- recer atenção especial, destacam-se: o enfrentamento de emergências em de defesa agropecuária (peste suína clássica, influenza, aftosa, monilíase, mosca da carambola, fusário 4 da banana, médicos veterinários temporários); a implementação do Plano Na- cional de Fertilizantes; o financiamento para armazenamento e compra de máquinas; o fortalecimento da área de sustentabilidade da produção, do INCRA e da plataforma de gestão territorial; a continuidade da digitalização dos serviços da área; e o fortalecimen- to da atuação dos adidos agrícolas.

Além disso, é importante considerar a necessidade de fortalecimento da participação social nos conselhos e estruturas do MAPA, especialmente no que diz respeito às cha- madas políticas transversais, como o combate ao desmatamento ilegal, a segurança hídrica e a governança fundiária.

Para enfrentar as emergências postas, impõe-se o enfrentamento das atuais restrições orçamentárias, de maneira a assegurar recursos para: o Plano Safra, nas linhas de cus- teio e investimento; o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO); a assistência técnica e extensão rural; as aquisições do governo federal; a transferência de tecnologia agropecuária; o cadastro ambiental rural; a manutenção e modernização da Embrapa; o cooperativismo; a agricultura orgânica; e a Conab.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A irresponsabilidade do governo federal no âmbito das políticas públicas voltadas à agricultura familiar afetou, de forma desigual, os diferentes sujeitos que produzem ali- mentos, relegando ao esquecimento mulheres, jovens, povos indígenas e comunida- des tradicionais envolvidas com a atividade agrícola.

O desmonte das políticas públicas nessa área passou, também, pela reformulação de seus marcos legais, visando à privatização dos territórios de povos indígenas e de co- munidades tradicionais, aliada à eliminação da participação e controle social e ao ata- que aos direitos socioambientais. Sob esse aspecto, Executivo e Legislativo se uniram no Congresso Nacional em defesa de projetos de lei que visam flexibilizar o registro de agrotóxicos (PL 6.299/2002) e a regularização fundiária por meio de autodeclaração (PL 2633/2020 e PL 510/2021).

A desestruturação teve impacto negativo na produção agrícola, principalmente na pro- dução local e nos circuitos curtos. Isso prejudicou o acesso a alimentos e elevou o seu preço, culminando em alterações de hábitos alimentares, diante do menor poder de compra dos consumidores e da queda na oferta de alimentos saudáveis. Mesmo no caso do crédito e do seguro, que tiveram seus valores aumentados, a concentração e a desigualdade de acesso permitiram que esses benefícios fossem aproveitados pela maior parte das agricultoras e agricultores com menores condições.

À exceção dos recursos orçamentários e não orçamentários relacionados ao crédito e ao seguro produtivo – cada vez mais concentrados em menos agricultores, menos produtos e um número menor de estados –, os demais recursos foram reduzidos em geral a menos de 10% dos valores históricos deflacionados do fim do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma, algumas vezes chegando a menos de 1%. A situação é ainda pior na PLOA 2023.

A Constituição de 1988 define a diretriz acerca do cumprimento da função social da propriedade rural, bem como o regime de destinação de terras públicas compatível com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. Apesar disso, o go-

verno Bolsonaro não mediu esforços para esvaziar, descaracterizar e subverter tanto a aplicação do texto constitucional quanto o funcionamento do INCRA no cumprimento de sua missão institucional.

De forma perversa, não houve destinação de novas áreas públicas para a reforma agrária e caminhou-se a passos lentos até mesmo no assentamento de famílias em áreas já obti- das. Além disso, o governo Bolsonaro propagou a ideia de que entregou títulos de domí- nio de terra, quando na verdade trata-se apenas de documentos provisórios e precários.

Esse ciclo contribuiu para levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome da ONU. A pobreza aumentou em 22,7%, de 2020 a 2021 (ou em mais 11,6 milhões de pessoas), e a extre- ma pobreza em 48,2% (ou em mais 5,8 milhões de pessoas), pelos critérios do Banco Mundial. Ao fim, são 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) na pobre- za, das quais 17,9 milhões (8,4% da população) vivem em extrema pobreza. Também se observou um aumento estimado de 38% da população de rua, de 2019 para 2022.

Diante desse quadro, é central implementar programas e ações que tanto reconheçam o trabalho do produtor agrícola quanto fortaleçam a autonomia econômica, social, cul- tural e ambiental destes, além de preservar seus modos de vida nos campos, florestas e águas. É preciso também garantir estrutura, equipe e orçamento para assistência técni- ca específica, acesso à terra, território e água, fortalecimento da organização produtiva e dos quintais agroecológicos com crédito e fomento produtivo, acesso à cidadania, à cultura, à educação e a seus documentos básicos, bem como o enfrentamento de diferentes formas de violência e discriminação, como a vivida pelas mulheres, pelas juventudes e pelas diversidades sexuais e de gênero.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é produto de uma fusão mal pla- nejada das antigas estruturas do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades, ocorrida em 2019.

Principal macropolítica formulada no extinto Ministério da Integração, a Política Nacio- nal de Desenvolvimento Regional encontra-se hoje desprestigiada e, por isso, incapaz de cumprir um papel orientador. Os Fundos de Desenvolvimento Regionais tiveram suas estruturas de governança desmontadas e seus conselhos deliberativos esvaziados. A desarticulação entre as fontes de financiamento (fundos e orçamento fiscal da União) e as políticas e planos nacionais de desenvolvimento regional afetam a capacidade de enfrentamento das desigualdades regionais, o que fica evidenciado pelo fato de 80% do montante destinado a Estados e Municípios ter sido direcionado a municípios com alto nível de desenvolvimento econômico.

O MDR é um dos órgãos mais dependentes de emendas parlamentares para man- ter-se em funcionamento e realizar investimentos, o que agrava a fragmentação de suas intervenções, já historicamente marcadas pelas dificuldades de coordenação horizontal e vertical.

Desde 2020, quando as emendas de relator se somaram às de bancada, individuais e de comissões, um volume relevante do orçamento passou a ser aplicado em ações locais sem relação com os objetivos das políticas públicas. O MDR tem sido um dos principais destinatários e executores dessas emendas, o que, em contrapartida, tem subtraído recursos das obras e projetos estruturantes para o desenvolvimento regional e compro- metido o orçamento discricionário do Ministério.

O orçamento previsto para 2023 é de R$ 3,5 bilhões, cerca de 45% da dotação atua- lizada de 2022. Diante da significativa redução do valor do PLOA no próximo ano, é evidente a necessidade de complementação orçamentária para a execução de projetos estruturantes do Ministério, especialmente nas áreas de recursos hídricos, defesa civil e irrigação, sob risco de paralisação de obras e ações prioritárias para o desenvolvimento regional.

MEIO AMBIENTE

Nos últimos quatro anos, as instituições federais de conservação ambiental e uso sus- tentável de recursos ecológicos passaram por um processo inédito de intimidação. O objetivo foi claro: geração de riqueza monetária para poucos em prejuízo do direito constitucional de todos ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

O governo Bolsonaro promoveu um desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios, espaços de controle e participação social, e órgãos e ins- tituições públicas ligadas à preservação das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético e da agenda climática e ambiental.

Como consequência, as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado atingiram picos nunca vistos há 15 anos. Houve aumento de 60% do desmatamento na Amazô- nia durante o governo Bolsonaro, a maior alta percentual que já ocorreu em um man- dato presidencial, desde o início das medições por satélite, em 1988.

Houve também graves danos à população e prejuízos de reputação do setor produtivo nacional, ocasionando a imposição de barreiras aos produtos brasileiros no comércio internacional, a restrição de acesso a crédito, a perda de credibilidade do Brasil perante o resto do mundo, além do comprometimento da soberania nacional em relação à Amazônia. As comunidades e povos tradicionais foram perseguidos ou esquecidos, em total desconhecimento acerca de sua importância para a proteção da biodiversidade brasileira e a atração de financiamentos e doações internacionais com foco em susten- tabilidade ambiental e social.

O desmonte das políticas ambientais está expresso na escassez de recursos para o se- tor, na falta de pessoal e de gestão competente da área. Dos R$ 4,6 trilhões de despesas previstas no orçamento de 2022, menos de R$ 3 bilhões foram utilizados para políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de instituições vinculadas à pasta.

Não obstante, o Fundo Amazônia conta hoje com mais de R$ 3,3 bilhões paralisados, conforme alerta do STF e de relatórios da sociedade civil.

O quadro de servidores do IBAMA, ICMBio, SFB e MMA encontra-se com 2.103 cargos existentes vagos. Enquanto o IBAMA tinha 1.800 servidores atuando na fiscalização am- biental em 2008, agora são apenas cerca de 700, nem todos em campo. Houve efetivo aparelhamento e ocupação de cargos gerenciais e de direção sem capacidade técnica e política de atuação na área de proteção e gestão ambiental. São contundentes os casos de perseguição e assédio aos servidores dos órgãos.

Apenas 0,4% do Cadastro Ambiental Rural foi validado, o que compromete a implemen- tação do Código Florestal. Além disso, o CAR não registra informações essenciais sobre a situação ambiental das propriedades, conforme alertado pelo TCU. Para completar, o sistema de lavratura de autos eletrônicos foi desmontado e os processos tramitando em papel. Vale destacar também as medidas deliberadas para aumentar a impunidade para criminosos ambientais.

O desmonte das políticas ambientais foi reforçado com o esvaziamento da agenda am- biental por meio da transferência de estruturas e órgãos vinculados ao MMA a outros ministérios e pela desestruturação da governança colegiada e aguda restrição à parti- cipação social.

A criação de Unidades de Conservação foi paralisada no nível federal. Como se não bastasse, os anúncios do governo de retificação, cancelamento e mudança de cate- goria das UCs já existentes incentivaram a invasão e a destruição de muitas delas. O desmatamento incentivado pelo Governo se traduz em redução significativa da rica biodiversidade, bem como na queda dos níveis de captura de carbono nas contas do inventário nacional de gases de efeito estufa.

O Brasil perdeu seu protagonismo na agenda internacional sobre clima, florestas, biodi- versidade, povos indígenas e populações tradicionais, água, Amazônia, oceano, energia limpa e descarbonização das cadeias produtivas. Precisamos voltar a ocupar assento privilegiado e credibilidade na discussão global sobre as questões socioambientais.

Agora, o grande desafio é reverter o cenário deixado pelo governo Bolsonaro. A transi- ção para a economia de baixo carbono é entendida como uma vantagem competitiva para o País, que tem condições de gerar negócios, produtos e serviços com menores emissões de carbono, além de oferecer soluções para as necessidades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Nosso desafio é o da reconstrução do desmonte das instituições e o reencontro do País com seu futuro como potência ambiental.

PESCA

A Pesca e Aquicultura é uma atividade com grande relevância socioeconômica, res- ponsável por alimentar mais de 2 milhões de pessoas na pesca artesanal, pelo trabalho

de mais de 300 mil famílias de aquicultores, 10 mil trabalhadores na indústria e uma produção de 1,5 milhões de toneladas de pescado.

O desmonte provocado pelo atual governo atingiu fortemente a atividade, especialmen- te a pesca artesanal e a aquicultura familiar. O orçamento, que em 2015, último ano do Ministério da Pesca, foi de R$ 655 milhões, não superou R$ 19 milhões em 2022. Todos os programas tiveram uma redução acima de 70% em sua dotação, com impactos na prestação de serviços básicos e ampliação das consequências nefastas com a falta de investimentos para segmentos sensíveis como a pesca artesanal e a aquicultura familiar

Com isso, as políticas públicas e as ações de fomento à atividade foram aniquiladas dei- xando milhares de famílias de pescadores e aquicultores desassistidos, além de com- prometer a prestação de serviços básicos ao setor.

Em relação aos programas e ações descontinuados, recomenda-se retomar programas como o de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, de infraestrutura, da com- pra de pescado através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa de Subsídio ao Óleo Diesel, além de criar melhores condições de acesso às linhas de crédito para pescadores e aquicultores. É preciso revisar e corrigir deficiências graves do Registro Geral da Pesca, do Sistema de Recadastramento de Pescadores (SISRGP), do Programa de Monitoramento de Embarcações por Satélite (PREPS) e de Mapas de Bordo. Além disso, recomenda-se reestruturar o modelo de gestão da pesca, reformulando os Comitês de Gestão - CPGs com objetivo de ampliar a participação dos pescadores artesanais.

É preciso recriar o Ministério da Pesca e Aquicultura, com estrutura enxuta, operacional e permeável à participação, como medida de caráter estratégico para o desenvolvi- mento do setor. O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE deve ser reati- vado e a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesquei- ros (Rede Pesca Brasil) reestruturada, visando ampliar a participação do setor.

Em relação aos pontos de alerta, faz-se necessária atenção especial para o Sistema de Recadastramento de Pescadores (SIS-RGP 4.0), para problemas relacionados ao Seguro Defeso, para a urgência de realização da Estatística Pesqueira e para a Reestruturação do Modelo de Gestão da Pesca, consubstanciada no Programa Rede Pesca Brasil.

TURISMO

A brutal descontinuidade de políticas públicas pelo governo Bolsonaro no Ministério do Turismo e na Embratur, nos últimos anos, impactou negativamente o turismo brasi- leiro. O legado que se recebe é de um turismo que perdeu quase todas as conquistas obtidas nas últimas duas décadas, desde a criação do Ministério do Turismo e a trans- formação da Embratur na instituição responsável pelo marketing, promoção e apoio à comercialização do Brasil no mercado internacional, em 2003.

O Ministério do Turismo dispõe de previsão orçamentária total de R$ 691,9 milhões para 2023, incluindo Turismo e Cultura. Desses, R$ 372,9 milhões são recursos destina-

dos às emendas de relator geral. Dos R$ 319 milhões restantes, estão incluídos gestão, pessoal e os programas de Turismo e de Cultura. Com a possível separação das pas- tas, há que se fazer uma reestruturação orçamentária e de governança para o bom funcionamento do Ministério do Turismo. O potencial de impacto econômico e social (geração de negócios, empregos, renda e divisas) do Turismo pode ser um diferencial do novo governo.

A Embratur passa a ter um papel fundamental a cumprir na recomposição da imagem e no reposicionamento do Brasil como destino turístico internacional. Alinhada com a política externa brasileira, será estratégica na nova gestão. Entende-se que a mudança no modelo jurídico-institucional da Embratur, ocorrida entre 2019 e 2020, passando de um órgão da administração pública indireta para um serviço social autônomo (MP 907), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, de- veria ter oferecido maior agilidade e eficiência para sua atuação, mas resultou em uma instituição disfuncional e sem fonte financiadora. Recomenda-se a revisão do modelo jurídico e a revisão do contrato com o SEBRAE, hoje a principal fonte de financiamento das ações da instituição.

É fundamental a reconstrução da governança, com a retomada das ações do Conselho Nacional de Turismo (CNT), elaboração de um novo Plano Nacional de Turismo (PNT) e da Política Nacional de Turismo. Igualmente, é necessário reaproximar-se do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Turismo (Fornatur) e dos dirigentes municipais do setor (ANSEDITUR).

Estabelecer diálogo propositivo com o trade turístico, revendo ações relacionadas ao CADASTUR, isenções concedidas ao setor, fomento às atividades econômicas e de qua- lificação de mão de obra.

## DEFESA DA DEMOCRACIA, RECONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA SOBERANIA

CENTRO DE GOVERNO

O Centro de Governo (CdG) reúne o conjunto das unidades da Presidência que atuam na coordenação dos órgãos e entidades do Poder Executivo, direcionando as áreas setoriais para o alcance dos objetivos definidos pelo Presidente. Embora haja muita variação na organização do Centro de Governo entre os países e também ao longo da própria história da Nova República, em geral, algumas funções estão pre- sentes nos diferentes arranjos institucionais e são fundamentais para a coerência da ação governamental.

Por um lado, o Centro de Governo busca garantir a sustentação política e social para a consecução do programa governamental, realizando a coordenação política, a arti-

culação social e a comunicação com a sociedade, além de oferecer mecanismos de transparência e responsividade. Por outro lado, o Centro de Governo precisa garantir os resultados e as entregas de bens e serviços públicos. Nesse sentido, o CdG deve ser ca- paz de definir prioridades, coordenar o processo de produção de políticas públicas (es- pecialmente as prioritárias e as transversais), mediar e equacionar eventuais conflitos, acompanhar e monitorar as ações e programas de governo e oferecer suporte jurídico e político para as decisões do Presidente.

Durante o governo Bolsonaro, foi comprometido o esforço coletivo e cumulativo de construção de um Centro de Governo capaz de promover uma coordenação em rede, de responder às demandas da sociedade e de prover políticas e serviços públicos de qualidade à população do País. Em primeiro lugar, a exoneração e devolução em massa de servidores anteriormente cedidos para a Presidência resultou na redução de capaci- dades e na perda de conhecimento acumulado ao longo de anos. Em segundo lugar, a extinção das instâncias colegiadas de participação e de coordenação das ações gover- namentais dificultou a cooperação intersetorial em torno de políticas e programas de governo. Além disso, inviabilizou-se o processo de escuta e diálogo com a sociedade civil na construção de consensos e soluções para problemas públicos.

O Centro de Governo foi, portanto, seriamente desorganizado, rebaixando a capa- cidade de comando geral da Presidência sobre as suas próprias prioridades progra- máticas, bem como a capacidade de coordenação e articulação das diversas áreas de governo. Isso reduziu o grau de coerência - em termos de eficiência, eficácia e efetividade - intergovernamental e afetou negativamente o desempenho institucio- nal agregado do setor público federal, notadamente as entregas efetivas de bens e serviços públicos à população.

A Casa Civil foi enfraquecida e esvaziada como órgão de coordenação de políticas pú- blicas. A Subchefia de Assuntos Jurídicos, responsável pela análise da produção norma- tiva do Poder Executivo, foi transferida da Casa Civil para a Secretaria Geral da Presidên- cia, fragmentando a função de análise e elaboração de atos normativos. A Secretaria de Assuntos Estratégicos se tornou uma unidade de assessoria direta ao Presidente, atuando de forma descoordenada com as instâncias de planejamento preexistentes. A capacidade de proposição de projetos de lei e de articulação no Congresso caiu a pa- tamares nunca antes vistos. Uma das poucas unidades criadas, a Secretaria de Relações Institucionais passou a se dedicar à liberação de emendas orçamentárias.

Ou seja, o modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e com mais níveis hierárquicos, que cooperam pouco e não dialogam com a sociedade civil. Como resultado, a capacidade de resposta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprome- tida, produzindo impactos graves na vida das pessoas. A acefalia do governo federal resultou no desmantelamento de diversas políticas públicas e no aprofundamento de crises, como a pandemia de COVID-19.

Entre os principais retrocessos do período, destacamos: i) a ausência de um conjunto claro de prioridades compartilhadas em todo o governo; ii) a fragmentação institucio- nal de unidades dentro do CdG; iii) a fragilidade das funções de monitoramento e ava- liação das prioridades do governo e de programas transversais; iv) o enfraquecimento dos canais de diálogo e dos arranjos de governança do governo federal com estados, distrito federal e municípios; v) o desmonte das instâncias de participação social e in- terlocução com a sociedade dentro e fora do CdG; vi) a alta rotatividade de dirigentes e baixo grau de capacidades técnicas e políticas do alto escalão do quadro burocrático nas unidades do CdG; vii) o desmonte da Política Nacional de Participação Social e das suas instâncias e mecanismos institucionais.

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Um dos principais retrocessos institucionais do governo Bolsonaro foi a reunião de grandes ministérios em uma única pasta: o Ministério da Economia. Diversas funções essenciais ficaram enfraquecidas, entre elas as do Planejamento, Orçamento e Gestão, fundamentais para estruturar de modo adequado as ações setoriais, transversais e ter- ritoriais do governo federal.

No que diz respeito ao Planejamento Governamental, os“sistemas”de planejamento fe- deral e nacional foram completamente sucateados, tanto em termos de pessoal como em termos organizacionais (posição rebaixada e hiper subordinada na estrutura de go- verno) e institucionais (fragmentação e burocratização dos processos e precariedade das legislações pertinentes).

O esvaziamento do sistema de planejamento levou ao enfraquecimento de ins- trumentos como o PPA, a estratégia nacional de desenvolvimento, o compromisso com os ODS, os planos de desenvolvimento regional, planos setoriais e demais pro- gramas de promoção do desenvolvimento nacional. As empresas estatais passaram a ser vistas apenas como ativos a serem vendidos para gerar receitas, com perda de importância estratégica para o desenvolvimento do País. Na área internacional, prevaleceu a agenda de representação nos fóruns financeiros internacionais em de- trimento dos demais fóruns.

No que à governança orçamentária, observou-se as seguintes ocorrências: i) aumento da rigidez e insuficiência orçamentária causada sobretudo pela EC 95/2016 do teto de gastos e demais restrições fiscais autoimpostas; ii) diminuição ou empobrecimento da participação, da transparência e da representatividade social e territorial do gasto; iii) maior empoderamento do poder legislativo a partir da implementação de emendas individuais impositivas e das emendas secretas do relator; iv) piora na relação do orça- mento federal com a dimensão macroeconômica, e sobrevalorização das formas finan- ceiras (diga-se, estéreis) de captura dos fluxos orçamentários correntes.

Além disso, foram desarticulados os mecanismos de participação e controle social na formulação e acompanhamento de políticas públicas, bem como na elaboração e exe-

cução do orçamento. Os investimentos públicos caíram brutalmente, seja pela desar- ticulação do planejamento, pela orientação fiscalista do governo ou pela escassez de recursos orçamentários, visto que desde a instituição do teto de gastos os investimen- tos discricionários se tornaram a sua principal variável de ajuste.

Por fim, a gestão pública permaneceu à deriva, distante de uma concepção de Esta- do republicano, democrático e desenvolvimentista. Ao contrário, essa agenda foi for- temente dominada pelas más intenções da PEC 32/2020, que mais atrapalharam que ajudaram a identificar os verdadeiros problemas estruturais do setor público brasileiro, a saber: o autoritarismo, o burocratismo, o privatismo, o fiscalismo e o corporativismo.

Durante o governo Bolsonaro, a gestão pública sofreu com diversas ações de descons- trução e descontinuidade em quase todas as áreas governamentais. Isso se refletiu na desvalorização e escassez generalizada de servidores; em riscos de segurança ciberné- tica e de apagões na agenda de governo digital; na governança precária dos imóveis da União; e no atraso na normatização e preparação dos órgãos públicos para a nova lei de licitações, que entra em vigor em abril de 2023.

As entidades vinculadas – ENAP, IPEA e IBGE – sofreram com o fenômeno do assédio institucional e com cortes orçamentários que chegaram a 50% nos últimos quatro anos, prejudicando as políticas de desenvolvimento dos servidores, bem como a produção de informações fundamentais para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, com o risco de um apagão generalizado de dados e análises.

JUSTIÇA

As políticas de justiça e segurança pública sob o governo Bolsonaro foram marcadas por inúmeros retrocessos. Durante esse período, diversas vezes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública deixou de lado seu papel institucional para se colocar a serviço dos ataques à democracia e às instituições promovidos pelo Presidente da República.

O desmonte das políticas públicas construídas pelos governos anteriores, a ausência de diálogo com a sociedade civil e de políticas nacionais integradas na área de justiça e segurança pública marcaram o Ministério na atual gestão e levaram a retrocessos como o desmonte da política de controle de armas, área na qual muitas das mudanças promovidas pelo Poder Executivo invadiram a competência do Legislativo.

O atual governo foi marcado por uma baixa implementação do Sistema Único de Se- gurança Pública (Susp). O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social apre- sentou várias fragilidades, que foram reforçadas com a falta de valorização do trabalho dos policiais.

As organizações criminosas tiveram um grande crescimento, particularmente na região Amazônica e nas áreas de fronteira, com a explosão de crimes como a extração ilegal de madeira e o garimpo ilegal. Dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em

Tempo Real (Deter), do Inpe, indicaram mais de 10 mil km² de floresta derrubada so- mente em 2022. O mandato de Bolsonaro terminará com um inaceitável aumento de 59,5% da taxa de desmatamento na Amazônia em relação aos 4 anos anteriores.

Já a política prisional foi marcada pelo reconhecimento pelo STF do ‘estado de coisas inconstitucional’ do sistema penitenciário, caracterizado pela violação generalizada de direitos fundamentais dos presos (ADPF 347). O Tribunal determinou a liberação pela União do saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e recomendou a não realização de novos contingenciamentos de seus recursos.

Em relação às políticas de defesa do consumidor, destaca-se o retrocesso com o esta- belecimento do mínimo existencial em 25% do salário mínimo, dificultando a solução do problema do superendividamento.

Para mudar este cenário, e cumprir as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sus- tentável da ONU de n° 16 - “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” - é imprescindível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública volte a ocupar seu papel na defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito, retomando sua responsabili- dade pela promoção do diálogo e da participação, para implementar as políticas de segurança pública e de acesso à justiça que a população espera do Governo eleito em outubro.

TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E CONTROLE

No Brasil, as áreas de transparência, integridade e controle, embora não estejam a cargo de um órgão único de Estado, compõem uma seara que abarca funções da Advocacia Geral da União (AGU), da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Controla- doria Geral da União (CGU), da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e perpassa todos os demais órgãos da administração pública federal no Brasil.

A partir desse entendimento, o eixo principal de atuação consiste em estabilizar e rear- ticular as instituições do poder executivo federal situadas no âmbito da governança jurídica e da promoção da integridade, buscando o resgate dos esforços em prol da transparência como ferramenta indispensável para uma administração eficiente e aberta às contribuições da sociedade civil e da cidadania.

Neste sentido, pode-se afirmar que o governo Bolsonaro, reticente com relação aos preceitos e boas práticas internacionais no campo da transparência, integridade e con- trole, agiu para fragmentar e constranger a ação de órgãos cruciais ao bom desempe- nho desse campo. Até mesmo o relacionamento interinstitucional desses órgãos com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério Público Federal (MPU) padece- ram dos mesmos problemas.

No caso da AGU, em que pese a instituição de um Sistema de Governança Corporativa, verifica-se que diversos temas de alta relevância institucional ainda são decididos sem

debate pelas estruturas de governança da instituição. É importante destacar que o Sis- tema ainda não prevê a participação da PGFN, órgão administrativamente subordina- do ao Ministério da Fazenda, mas tecnicamente atrelado ao Advogado Geral da União. Ademais, as atividades administrativas da AGU têm sido desenvolvidas por servidores cedidos e requisitados de outros órgãos e empresas públicas, portanto, sem vínculo efetivo com a instituição e sem as habilidades e competências necessárias ao apoio dos membros da instituição, situação de risco reconhecida, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União.

Em relação à CGU, merece destaque a implantação de mecanismos efetivos de trans- parência e acesso à informação durante os governos Lula e Dilma, os quais enfrentaram a opacidade e a cultura do sigilo que historicamente predominaram na administração pública. Emanam da CGU iniciativas que encontraram grandes resistências políticas e obstáculos institucionais no governo Bolsonaro, tais como: i) o Portal da Transparência;

1. a Lei de Acesso à Informação; iii) o plano de Dados Abertos do governo federal; iv) a Lei de Conflito de Interesses; v) a Lei Anticorrupção etc., que juntos aprimoraram a execução e o controle dos recursos públicos no país.

A lista de retrocessos nessas áreas inclui interferência e desmantelamento dos órgãos de controle e defesa do Estado; extinção dos conselhos e outros mecanismos de par- ticipação social; recorrentes e conhecidos ataques à LAI; o “Decreto do Sigilo” (Decre- to 9.690/2019), inclusive com a volta do sigilo inibidor da transparência e com o uso indiscriminado e indevido da proteção de dados pessoais. O recurso à imposição de sigilos foi usado como forma de manter ocultas circunstâncias vinculadas à conduta de autoridades e integrantes próximos ao círculo do poder, sob falso pretexto de proteção da segurança nacional e segurança do Presidente da República, seus familiares, apoia- dores e auxiliares diretos.

Já no que tange à CEP/PR e ao COAF, instâncias compostas por membros que neces- sitam de independência político-partidária e autonomia operacional para o bom de- sempenho de suas funções, sabe-se que durante o governo Bolsonaro houve diversos atritos entre as comissões de éticas localizadas nos diversos órgãos e entidades e os novos dirigentes dessas instituições. Com a passar do tempo e com o consequente fim dos mandatos dos conselheiros, as substituições foram realizadas de modo a tor- nar os seus membros mais alinhados com o governo. No que se refere ao COAF, a Lei nº 13.974/2020, que vinculou o COAF administrativamente ao Banco Central do Brasil (BC), alterou o escopo de suas atribuições e de sua estrutura de governança, após in- tegrantes do governo Bolsonaro não terem tido êxito na tentativa de transferência do órgão do antigo Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tais alterações parecem inadequadas e resultam em impactos negativos no funciona- mento do COAF.

Por fim, cabe ressaltar que seguiu sem avanços significativos, durante o governo Bolso- naro, as relações institucionais dos órgãos do sistema nacional de transparência, integri-

dade e controle com o terceiro setor, a participação social e o controle público dos atos e processos de governo em âmbito federal.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O governo Bolsonaro destruiu o que pôde e neutralizou o alcance de todo o sistema nacional de participação social, legado da Constituição de 1988 levado a sério de forma diligente pelos governos Lula e Dilma. O Decreto 9.759/ 2019, pior expressão dessa po- lítica, extinguiu ou mutilou colegiados em todos os órgãos do serviço público.

Nos últimos quatro anos não houve participação social alguma na Presidência da Re- pública. Conferências e fóruns interconselhos foram desmobilizados, plataformas di- gitais foram extintas, consultas e audiências públicas deixaram de ser realizadas, com consequências danosas para as políticas públicas. Casos emblemáticos foram a extin- ção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado em 1993, ou o esvaziamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), criado em 1981. A volta do Brasil ao Mapa da Fome e a uma situação de pária internacional em matéria ambiental são consequências diretas deste desmonte, com graves repercussões para a vida do nosso povo.

O contraponto pode ser verificado, por exemplo, no papel relevante exercido pelo Conselho Nacional de Saúde, ao defender a vida contra o negacionismo que levou a centenas de milhares de mortes por COVID-19, ou pelo Conselho Nacional de Di- reitos Humanos, ao resistir a um governo autoritário e violento. Participação social é essencial para o Estado Democrático de Direito, a qualidade do serviço público e o exercício da cidadania.

Para reverter esse cenário, é preciso resgatar a Secretaria Geral da Presidência da Repú- blica como órgão central da política nacional de participação social, espraiada pelos Ministérios, impulsionando processos de caráter federativo e territorial, com inovações no legado virtuoso do ciclo de governos democráticos pós-Constituição de 1988.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Um dos maiores retrocessos na área foi o esvaziamento administrativo, funcional e de gestão da SECOM. A secretaria perdeu status de ministério, depois foi transferida pelo governo Bolsonaro para o Ministério das Comunicações. Esse sistema reunia as áreas de comunicação dos órgãos da administração direta e indireta, fixando diretrizes e articu- lando ações integradas do Poder Executivo.

A desarticulação atingiu também a área de publicidade, de modo que as campanhas institucionais e de utilidade pública dos ministérios passaram a ser feitas sem a super- visão da SECOM. A babel instalada no setor gerou denúncias e interpelações do Tribu- nal de Contas da União – que determinou recentemente à SECOM que não aplicasse mais recursos publicitários em canais e sites que veiculam fake news. Foram grandes

os prejuízos à sociedade, causados pela desinformação e pela falta de campanhas de utilidade pública, como vacinação infantil e combate ao HIV.

Do ponto de vista orçamentário, a secom fez baixos investimentos publicitários nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, verificando-se crescimento significativo nos últimos dois anos. Ainda assim, o PLOA-2023 reduz em 48% o orçamento da SECOM em relação à LOA 2022.

A EBC foi uma das instituições mais impactadas pelo ciclo de retrocessos do atual go- verno. Bolsonaro, já na campanha eleitoral de 2018, ameaçava extinguir a EBC. Empos- sado, militarizou a empresa e incluiu-a no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e depois no Plano Nacional de Desestatização (PND). Diante da inviabilidade da pri- vatização, e percebendo a utilidade dos canais para sua guerra cultural e projeto de reeleição, passou à fase do aparelhamento. Nomeou gestores de perfil inadequado ou claramente hostis à democracia para a emissora.

A TV Brasil teve sua programação desfigurada, com a descontinuação de muitos programas. A TV governamental NBR, por sua vez, perdeu a identidade própria, tornando-se um subcanal da TV Pública, com a programação interrompida para as transmissões oficiais, que incluíam atos militares e até religiosos. Casos de censura, assédio e perseguição foram registrados nas TVs e nas Rádios, na Radioagência Na- cional e na Agência Brasil. A EBC adotou uma série de práticas antissindicais e che- gou a ser condenada judicialmente por assédio moral coletivo. A Ouvidoria Cidadã e a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública elaboraram dossiês que apontam, entre os temas mais censurados: direitos da população negra e indíge- na, demandas das mulheres negras, investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, e matérias sobre reforma agrária, desmatamento, meio ambiente, mudanças climáticas e referências à ditadura militar. A cobertura da pandemia de COVID-19 sofreu interferência e a EBC foi citada no relatório final da CPI da Pandemia por difusão de conteúdo negacionista.

O canal internacional da TV Brasil foi extinto e a produção própria de conteúdos, bem como as coproduções com produtores independentes, foram drasticamente reduzidos.

RELAÇÕES EXTERIORES

A combinação entre o desmonte de políticas públicas, em nível interno, e o predo- mínio de visão isolacionista do mundo, no nível externo, afetou a imagem do país e prejudicou a capacidade brasileira de influir sobre temas da agenda global.

Ao assumir posturas negacionistas, o Brasil perdeu protagonismo em temas ambien- tais, desafiou esforços de combate à pandemia e promoveu visão dos direitos huma- nos inconsistente com sua ordem jurídica. Na América Latina, tornou-se fator de insta- bilidade. A política africana foi abandonada e pouca atenção foi dada às comunidades brasileiras no exterior.

O estímulo a processos de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos sempre foi uma marca da diplomacia brasileira, além de um preceito constitucional. No governo Bolsonaro, predominou postura diametralmente oposta, que redundou no desmonte da UNASUL, na saída da CELAC e no crescimento de forças favoráveis ao desmantelamento do MERCOSUL enquanto união aduaneira. Ao apostar no isolamento da Venezuela, o Brasil cometeu erro estratégico de transformar a Améri- ca do Sul em palco da disputa geopolítica entre EUA, Rússia e China. De catalisador de processos de integração, o país passou a ser fator de instabilidade regional.

O governo Bolsonaro abandonou o protagonismo em agendas internacionais caras aos interesses de desenvolvimento nacional, como direito à saúde, direito à alimen- tação adequada, igualdade de gênero e racial, e enfrentamento a todas as formas de violência e de discriminação. A mudança no discurso diplomático e a participação de- sastrada em alianças ultraconservadoras caminharam de mãos dadas com o desmonte de políticas públicas domésticas, em especial no que se refere a igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e direito de minorias.

A dívida com organizações internacionais representa grave prejuízo à imagem do país e à sua capacidade de atuação e compromete severamente sua política externa. O Bra- sil deve atualmente cerca de R$ 5,5 bilhões de reais. Se um valor mínimo dessa dívida não for pago ainda no atual exercício, haverá perda de voto em organizações como a ONU, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Orga- nização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras.

# MAPEAMENTO DAS EMERGÊNCIAS FISCAIS E ORÇAMENTO PÚBLICO

período 2016-2022 foi marcado por uma forte deterioração nas finanças públi- cas e no orçamento, a irresponsabilidade do atual governo culminou em um apagão fiscal no final de 2022 e em uma proposta orçamentária para 2023 in-

O

capaz de garantir a manutenção dos serviços públicos essenciais e o funcionamento da máquina pública. Enfrentar esse cenário adverso foi parte do processo de transição governamental.

Com a instituição do Novo Regime Fiscal – EC 95, o crescimento da despesa primária foi limitado, até 2036, à inflação do período anterior. Na prática, mesmo diante de qualquer nível de crescimento real do PIB, a regra implica numa redução da despesa primária em relação ao tamanho da economia, e também independente do comportamento da arrecadação.

Ademais, o teto de gasto se somou a outras regras existentes, criando uma sobreposi- ção que engessou ainda mais o uso da política fiscal para suavizar os ciclos econômicos e viabilizar despesas essenciais do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Como se pôde constatar, o teto de gasto determinou forte redução de investimentos públicos, gastos sociais e em ciência e tecnologia. Desde então, observou-se o esvazia- mento do orçamento público como instrumento do planejamento e financiamento de políticas públicas, bem como da capacidade estatal de processar demandas da socie- dade por serviços essenciais e induzir o crescimento sustentável da economia.

Além disso, o governo Bolsonaro promoveu um desmonte deliberado de políticas pú- blicas, inclusive por meio de expressivos cortes orçamentários. No contexto do acir- ramento do conflito distributivo, a base de apoio do governo no Congresso Nacional aprovou frequentes flexibilizações ao regime fiscal, particularmente no período eleito- ral, de modo que a austeridade passou a ser administrada seletivamente. Inclusive, por meio da edição de atos para desobrigar o governo a aplicar recursos em áreas estraté- gicas como C&T, esvaziando decisões anteriores do Congresso Nacional.

A combinação entre rigidez orçamentária em geral e flexibilização seletiva de regras agregou incertezas ao cenário econômico, ao mesmo tempo em que implicou redu- ção de recursos públicos para áreas essenciais, conforme expresso no projeto de orça- mento para 2023.

O desafio, portanto, consiste em reconstruir e redemocratizar as instituições e normas fiscais e orçamentárias, de modo que elas sejam um instrumento efetivo para o atendi- mento pleno das demandas da sociedade dirigidas ao Estado.

É neste contexto que se coloca a PEC do Bolsa Família, que servirá, no curto prazo, como um instrumento para garantir investimentos e gastos essenciais à população, especialmente a mais vulnerável. Além disso, a medida aponta para a necessidade de revisão e reconstrução das instituições e normas fiscais e orçamentárias do país, com- binando estabilização econômica, sustentabilidade fiscal e redução das desigualdades.

## MAPEAMENTO DAS PRINCIPAIS EMERGÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS

Um dos eixos centrais da transição de governo foi o orçamento público, com a identi- ficação dos principais gargalos e emergências orçamentárias para 2023. De modo ge- ral, constatou-se volume considerável de dotações insuficientes para manutenção de diversos programas, especialmente políticas sociais e investimentos públicos. Sem os R$ 145 bilhões viabilizados pela PEC do Bolsa Família, a população sofreria uma precari- zação adicional dos serviços públicos. O diagnóstico também aponta que vários desses serviços sofreram queda acentuada de recursos desde 2015.

Entre os exemplos mais ilustrativos, convém citar os seguintes, cotejando-se, em ter- mos nominais, a lei orçamentária de 2022 com o projeto de lei orçamentária para 2023:

* 1. - Queda do benefício às famílias em situação de pobreza, de R$ 600,00 para R$ 405,00.
  2. - Os investimentos foram reduzidos de R$ 44,7 bilhões para R$ 22,4 bilhões (sem considerar emendas parlamentares em 2023), de modo que o investi- mento previsto está no patamar mais baixo da série histórica, em torno de 0,2% do PIB.
  3. - O Fundo de Arrendamento Residencial caiu de R$ 665 milhões para R$ 34 milhões.
  4. - A construção de escolas de educação infantil despencou de R$ 111 mi- lhões para R$ 2,5 milhões.
  5. - O Caminho da Escola (aquisição de transporte escolar para educação básica - reduziu de R$ 15,2 milhões para R$ 425 mil.
  6. - O Programa Nacional de Alimentação Escolar está com o per capita con- gelado há cinco anos, mesmo diante da elevada inflação de alimentos.
  7. - O Farmácia Popular (gratuidade e copagamento - caiu de R$ 2,5 bilhões para R$ 1,02 bilhão, prejudicando o acesso de mais de 21 milhões de pes- soas a medicamentos para hipertensão, diabetes, asma e a insumos como fraldas geriátricas.
  8. - A provisão de médicos na atenção primária reduziu-se de R$ 2,69 bilhões para R$ 1,46 bilhão.
  9. - A saúde indígena passou de R$ 1,49 bilhão para R$ 610 milhões.
  10. - A educação e formação em saúde caiu de R$ 1,66 bilhão para R$ 725 milhões.
  11. - O Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres foi reduzido de R$ 2,57 milhões para R$ 25 mil.
  12. - As ações de proteção social básica e especial do SUAS caíram de R$ 908,6 milhões para R$ 48,2 milhões.
  13. - A implantação de equipamentos e de tecnologia social de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos reduziu-se de R$ 61,2 milhões para R$ 2,3 milhões.
  14. - A aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar despen- cou de R$ 679,5 milhões para R$ 2,67 milhões.

Em síntese, a proposta orçamentária original para 2023 inviabiliza a manutenção de programas essenciais ao atendimento das demandas da população por serviços pú- blicos. Em particular, mantida a previsão orçamentária inicial, a principal consequência seria a redução da transferência de renda às famílias em situação de pobreza.

## AÇÕES PARA RECONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO:

PEC DO BOLSA FAMÍLIA

## E AJUSTES PARA PLOA 2023

Neste contexto, foi elaborada a PEC 32/2022 – PEC do Bolsa Família, já aprovada no Senado Federal, com o intuito de adequar o orçamento público ao programa aprovado pela população nas urnas, evitando redução de gastos em áreas essenciais e viabilizan- do a inclusão dos mais pobres no orçamento. Para tanto, a reconstrução do país deve ser iniciada pela garantia de renda aos mais vulneráveis.

A proposta foi debatida pela Coordenação da Transição e membros do Congresso Na- cional. Abaixo uma compilação dos principais pontos aprovados no Senado Federal:

1. - Amplia o teto em R$ 145 bilhões.
2. - Retira do teto de gasto, no máximo, o equivalente a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes de 2021 para a realização de investimen- tos (até R$ 23 bilhões).
3. - A PEC induz a captação de recursos por meio de parcerias em áreas estra- tégicas, com efeito fiscal neutro, viabilizando, por exemplo, projetos federais relacionados à área ambiental e às mudanças climáticas.
4. - Prevê que, até 31 de agosto de 2023, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei complementar com novo regime fiscal. A medida é essencial e está em linha com o programa de governo e as sugestões dos Grupos Técnicos, que apontaram a necessidade de modernizar o atual regime fiscal, substituindo-o por regras que equilibrem a estabilidade macroeconômica, a sustentabilidade fiscal, a inclusão social e o financiamento de gastos com efeitos estruturantes.

Com a perspectiva de aprovação da PEC, a Coordenação da Transição enviou para o rela- tor do orçamento as sugestões de ampliação das programações, buscando concentrar as demandas em despesas capazes de induzir a retomada do crescimento econômico com inclusão social, sendo dotadas de elevados efeitos redistributivos e multiplicadores sobre a renda. Como se pode depreender da Tabela 1, as despesas adicionais são forte- mente inclinadas a gastos sociais, investimentos e C&T. Ademais, consideram a recom- posição de orçamento para permitir o funcionamento do Estado em áreas cruciais.

Tabela 1 – **Demandas da Transição para a LOA**

|  |  |
| --- | --- |
| **Órgão** | **Valor adicional PLOA 2023 (R$)** |
| Ministério da Cidadania | 75.000.000.000 |
| Ministério da Saúde | 22.700.000.000 |
| Ministério da Educação | 10.865.811.998 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 9.500.000.000 |
| Salário Mínimo | 6.800.000.000 |
| Encargos Financeiros da União | 5.600.000.000 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | 4.982.427.220 |
| Ministério do Turismo | 3.703.000.000 |
| Ministério da Economia | 1.756.756.602 |
| Ministério da Defesa | 1.000.000.000 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 933.999.997 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 799.999.992 |
| Ministério do Meio Ambiente | 536.000.000 |
| Ministério do Trabalho e Previdência | 400.600.000 |
| Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 250.000.000 |

continua

|  |  |
| --- | --- |
| **Órgão** | **Valor adicional PLOA 2023 (R$)** |
| Ministério das Comunicações | 126.400.000 |
| Presidência da República | 35.000.000 |
| Banco Central do Brasil | 10.000.000 |
| **Total Geral** | **145.000.000.000** |

Nos termos da PEC, também é importante considerar o valor adicional de até R$ 23 bilhões para investimentos, que se somaria aos investimentos previstos dentro do teto de gastos. Neste sentido, estima-se que seria possível alcançar cerca de 0,7% do PIB em investimentos em 2023, apoiando a recuperação da economia e suavizando as flutua- ções econômicas.

Do ponto de vista macroeconômico, a despesa prevista está concentrada em gastos que podem reverter a expectativa de desaceleração da economia. Ademais, a PEC evita uma queda abrupta do gasto como proporção do PIB, apontando para a manutenção dos patamares de despesa para 2022 e impedindo uma contração fiscal significativa, que reforçaria o cenário indesejável de desaceleração da economia.

Em suma, a PEC 32/2022 e os valores adicionais alocados na lei orçamentária anual, nos termos demandados pela Transição, permitem a recomposição de orçamentos para programas essenciais e a previsão de gastos sociais e investimentos estratégicos que induzirão a retomada do crescimento econômico sustentável com redução em simul- tâneo das desigualdades mais gritantes no momento.

# SUGESTÕES DE MEDIDAS PARA REVOGAÇÃO E REVISÃO

s Grupos da Transição fizeram um trabalho técnico profundo de estudo das cen- tenas de normas produzidas no período de 2019 a 2022, durante o governo Bol- sonaro. Nas diversas áreas de atuação da administração pública federal, foram identificados casos em que a elaboração normativa foi utilizada, por meio da criação ou da revogação de atos, para desmontar políticas públicas, restringir a participação social, enfraquecer os mecanismos de controle social ou obstruir o acesso a direitos indivi- duais, sociais e econômicos. O resultado do estudo dos Grupos Técnicos é extenso e foi

O

detalhado em minutas que subsidiaram a elaboração deste Relatório Final.

Dado o escopo do trabalho da Equipe de Transição, cujo objetivo legal, previsto no art. 2º da Lei nº 10.609, de 2002, trata de diagnosticar as ações de órgãos e entidades que compõem a administração pública federal e oferecer subsídios para os primeiros atos de iniciativa do novo Presidente da República, esta Seção do Relatório Final de Transi- ção apresenta um desafiador esforço de síntese e indicação de destaques.

O rol de revogações e alterações normativas apresentado abaixo reúne situações de especial urgência, com sugestão de providências imediatas de edição de atos pelo Presidente da República, seja já de caráter normativo – promovendo revogações e al- terações, ou de caráter orientador – indicando a necessidade de que alguns órgãos e entidades da administração pública federal elaborem estudos e providenciem nova regulamentação para algumas temáticas de grande relevância.

Essas sugestões serão avaliadas com todo o rigor jurídico e técnico pelos novos minis- tros e ministras e suas equipes e passarão pela avaliação do novo presidente eleito.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES NA ÁREA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ARMAS

A proposta é de revogação de oito Decretos e uma Portaria Interministerial que incenti- vam a multiplicação descontrolada das armas no Brasil, sem fiscalização rigorosa e ade- quada. O descontrole coloca em risco a segurança das famílias brasileiras e, portanto, deve ser revertido pelo Ministério da Justiça, em diálogo com o Ministério da Defesa.

Sugere-se uma revisão rigorosa do conjunto de atos normativos que desmontou a polí- tica pública de controle das armas no país, e a substituição por uma nova regulamenta- ção para a Lei 10826/2003 – Estatuto do Desarmamento, como uma das primeiras me- didas do novo governo. Dessa forma, propõe-se a revogação do Decreto nº 9845/2019, do Decreto nº 9846/2019, do Decreto nº 9847/2019, do Decreto nº 10030/2019, do Decreto nº 10627/2021, do Decreto nº 10628/2021, do Decreto nº 10629/2021, do De- creto nº 10630/2021. Além disso, sugere-se que o Presidente determine a revisão, pelos Ministérios responsáveis, do teor da Portaria Interministerial MJ/MD 1634/2020.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES

NA ÁREA DA POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE

A proposta é de revogação de atos normativos de extrema gravidade, que geraram uma situação descrita como “estado de coisas inconstitucional” em julgamento do Su- premo Tribunal Federal, conforme o voto da Relatora Ministra Cármen Lúcia na Argui- ção de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 760 e na Ação Direta de Inconsti- tucionalidade por Omissão nº 54.

O Pacote Verde, analisado pelo STF, é formado por sete processos judiciais em que são analisados atos do governo Bolsonaro que levaram à atuação estatal deficiente, à des- estruturação da legislação ambiental brasileira, ao enfraquecimento da fiscalização e do combate a crimes ambientais e crimes relacionados aos povos indígenas, à despro- teção do meio ambiente como um todo e, em especial, do bioma da Amazônia. Nas manifestações dos Ministros constantes das decisões já proferidas, a constatação é de que há um quadro estrutural de ofensa massiva, sistemática e generalizada dos direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde e à vida digna.

Nesse contexto, sugere-se uma série de revogações de atos normativos relacionados ao desmonte das políticas públicas ambientais, conforme objetivos destacados a seguir:

### Controlar o desmatamento

**|** Proposta de revogação dos Decretos que abriram espaço para um pro- cesso acelerado de desmatamento ilegal nos diversos biomas brasileiros, inclusive desmanchando o Plano de Ação para Prevenção e Controle do

Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). O PPCDAM foi historica- mente um dos principais instrumentos capazes de controlar desmatamen- to, contribuindo para redução de emissão de gás. (Decreto nº 10.142/2019, Decreto nº 10.239/2019 e Decreto nº 10.845/2021).

### Acabar com a impunidade quanto às multas ambientais

**|** Proposta de revogação de Decretos que anularam multas ambientais, pa- ralisaram o sistema de fiscalização ambiental e criaram um ambiente de perseguição aos fiscais. A perda é de mais de R$ 18 bilhões para os cofres

públicos, conforme questionamento feito pelo STF na ADPF 775. A proposta

é de revogação integral do Decreto nº 9.760/2019 e de parte do Decreto nº 10.086/2022.

### Reverter a autorização para o garimpo ilegal na Amazônia

**|** Proposta de revogação total do Decreto nº 10.966/2022, que liberou o ga- rimpo ilegal na Amazônia a partir de uma regulamentação indevida do que foi chamado de “garimpo artesanal”.

### Retomar o Fundo Amazônia

**|** Proposta de revogação parcial dos Decretos nº 10.223/2020 e nº 10.144/2019, nos pontos em que inviabilizaram a governança do Fundo Amazônia, instrumento de extrema relevância para o controle do desma-

tamento e o fomento a atividades produtivas sustentáveis no bioma. Com isso, há mais de R$ 3 bilhões parados no Fundo, que agora poderão ser utili- zados. A urgência disso decorre inclusive de decisão recente do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 59.

Por fim, quanto à estruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), su- gere-se que o Presidente da República edite um despacho em que orienta o Ministério do Meio Ambiente a proceder imediatamente à revisão do teor do Decreto nº 11.018/2022, para eliminar os retrocessos realizados na estrutura e no funcionamento do Conselho. A medida é essencial para o cumprimento de decisão do STF na ADPF 623, devendo ser elaborada uma nova regulamentação, a partir de amplo diálogo com a sociedade.

## REVISÃO DE ATOS QUE IMPUSERAM SIGILO INDEVIDO DE 100 ANOS

## EM DOCUMENTOS DE ACESSO PÚBLICO

A proposta é de revisão de casos em que houve imposição de sigilo de 100 anos pelo governo Bolsonaro para impedir o conhecimento público de documentos. Os casos revisados serão aqueles contidos em lista apresentada à Equipe de Transição por espe- cialistas e entidades da sociedade civil com expertise na área de transparência.

Sugere-se, a partir do trabalho técnico realizado pelo Grupo da Transição de Transpa- rência, Integridade e Controle, que sejam adotadas as seguintes medidas:

**Medida A** - Despacho do Presidente da República que determina, pelo princípio da autotutela da administração pública, que a Controladoria-Geral da União reavalie as decisões tomadas na lista de casos denunciados como de imposição indevida de sigilo de 100 anos; e

**Medida B** - Despacho do Presidente da República que determina que a Advoca- cia-Geral da União elabore proposta de Parecer Vinculante que indique o escopo de aplicação possível da atual redação da Lei de Acesso à Informação relativa à proteção de dados pessoais.

## REVOGAÇÕES DE ATOS QUE AVANÇAM EM PROCESSOS DE DESESTATIZAÇÃO

A proposta é de revisão da lista de empresas que se encontram em etapas preparató- rias e ainda não concluídas de processos de desestatização.

Sugere-se que o Presidente da República edite despacho orientando os Ministérios res- ponsáveis a revisar os seguintes atos relativos a empresas de grande relevância nacional:

**| Petrobras:** Resolução CPPI 240/2022 (recomenda inserção no PPI);

**| Correios:** Decreto nº 10674/2021 (PND), Decreto n. 10.066/2019 (PPI), Resolução CPPI 168/2021, Resolução CPPI 98/2019;

**| EBC:** Empresa Brasil de Comunicação: Decreto n. 10669/2021 (PND), Decreto n. 10.354/2020 (PPI), Resolução CPPI 169/2021, Resolução CPPI 98/2019;

**| Nuclep:** Nuclebrás Equipamentos Pesados: Decreto n. 10.322/2020 (PPI) e Resolução CPPI 92/2019;

**| PPSA:** Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural: Decreto n. 11.085/2022 (PPI) e Resolução CPPI 224/2022;

**| Conab:** Decreto n. 10767/2021 (PPI); eI).

## REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS QUE PREJUDICAM DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

A proposta é de revisão de atos normativos relacionados aos direitos sociais e econô- micos dos brasileiros, sendo alguns casos com impactos significativos para a população mais pobre, conforme objetivos elencados a seguir:

### Acabar com a obrigação de que agricultores rurais de famílias de bai- xa renda entreguem parte de sua produção para o Governo

**|** Proposta de revogação parcial do Decreto nº 10.852/2021 (art. 76, § 4 e art.77), que regulamentou a contraprestação do “auxílio inclusão produti- va rural”, ou seja, trouxe a previsão de que o governo “tome pra si” 10% da

produção de agricultores de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, que receberam o auxílio, ignorando a situação de insegurança alimentar em que vivem tantas dessas famílias no campo. Como essa retirada de alimentos das famílias vulneráveis já está planejada para janeiro de 2023, a revogação é urgente.

### Recriar o Programa dos Catadores

**|** Proposta de revogação da parte do Decreto nº 10.473/2020 (art. 1º, CCXXXV) que acabou com o Programa Pró-Catador (antigo Decreto nº 7.405/2010).

O Programa reunia ações de apoio a trabalhadores de baixa renda que se dedicam a coletar materiais reutilizáveis e recicláveis, promovendo inclusão social e econômica dessas pessoas e contribuindo para a sustentabilidade. A ação imediata seria de retomada da redação anterior da norma que trata- va dessa política pública.

### Proteger as famílias brasileiras contra superendividamento

**|** Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério da Justiça a revisar o teor do Decreto nº 11.150/2022 (Decreto do Superendividamento), para apontar caminhos de reversão do processo de

superendividamento vivido pelas famílias brasileiras de baixa renda. A me- dida aumentará a segurança jurídica no tema, pois a constitucionalidade do ato está questionada no STF na ADPF 1.005 e na ADPF 1.006.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS CONTRÁRIOS AOS DIREITOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E DA JUVENTUDE

### Derrubar regras ilegais que retiram proteção do adolescente aprendiz

**|** Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministério do Trabalho a revisar o teor do Decreto nº 11.061/2022, que, ao

tratar de aprendizagem profissional, derrubou várias regras de proteção do adolescente. A partir dos debates necessários, deve ser proposta nova regu- lamentação para o tema.

### Acabar com a política pública de educação especial que promove o isolamento social das crianças com deficiência

**|** Proposta de revogação do Decreto nº 10.502/2020 – “Decreto da Exclusão”, uma política preconceituosa que exclui as crianças com deficiência do con-

vívio com as demais crianças nos ambientes escolares, promovendo isola- mento social inaceitável. O ato normativo é inclusive questionado no STF na ADPF 751 e na ADI 6590.

### Recriar o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo

**|** Proposta de revogação da parte do Decreto nº 10.473/2020 (art. 1º, CCLXXII) que acabou com o Plano Nacional voltado à Juventude do Campo (antigo Decreto nº 8.736/2016). O Programa reunia ações de efetivação de direitos e

inclusão produtiva para jovens nos territórios rurais. A ação imediata seria de retomada da redação anterior.

### Avaliar o custo-benefício do Programa Nacional das Escolas Cívico-

**-Militares**

**|** Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministro da Educação a avaliar os resultados da política pública prevista no Decreto 10004/2019 sob critérios técnicos relativos ao custo-benefício, para

definição sobre a dotação orçamentária respectiva e sobre sua continuidade.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES

NA ÁREA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

### Adequar as normas de fomento indireto à realidade da economia da cultura

**|** Proposta de revogação do Decreto n. 10.755/2021, que regula o fomento a ações culturais via mecanismo de incentivo fiscal em âmbito federal. Pre- tende-se criar com agilidade uma nova regulamentação para o mecanismo,

como uma das primeiras medidas do novo governo na área da cultura. Além disso, sugere-se que o Presidente da República edite Despacho orientando o Ministro da Cultura a revisar o teor dos seguintes atos: Instrução Normativa SECULT/MTUR 01/2022, Instrução Normativa SECULT/MTUR 03/2022, Porta- ria SEFIC/SECULT/MTUR 210/2021, Portaria SEFIC/SECULT/MTUR 604/2021,

Portaria SECULT/MTUR 44/2021.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS CONTRÁRIOS

À IGUALDADE RACIAL

O diagnóstico quanto às questões relativas à igualdade racial indica a gravidade dos efeitos do governo Bolsonaro no sentido de desmobilizar a afirmação de direi- tos e impedir processos de reparação histórica. Nesse sentido, sugere-se a revisão de atos normativos de cunho especialmente grave, com os objetivos listados a seguir:

### Retomar a defesa dos direitos e dos territórios das comunidades qui- lombolas

Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente o INCRA e a Fundação Palmares a revisar os seguintes atos normativos:

**|** Resolução INCRA nº 29/2020, que paralisou a política pública de demar- cação de territórios quilombolas e criou um ambiente de perseguição de servidores públicos que atuam nessa área; e

**|** Portaria FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES n. 57/2022, que burocratizou o procedimento de reconhecimento de comunidades quilombolas, sem qualquer escuta dos impactados.

### Valorizar lideranças cujo legado foi negado

**|** Sugere-se a edição de despacho do Presidente da República que oriente a Fundação Cultural Palmares a revisar a Portaria FUNDAÇÃO CULTURAL PAL- MARES n. 189/2020, que excluiu 27 personalidades negras do rol de home-

nageados, tais como: Gilberto Gil, Benedita da Silva, Marina Silva, Elza Soares, Conceição Evaristo, dentre outras figuras de especial relevo.

## REVOGAÇÕES E REVISÕES DE ATOS QUE LIMITAM O DIREITO

DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### Retomar participação social para democratizar os espaços de poder e aumentar o controle social da gestão de recursos públicos

**|** Proposta de revogação do Decreto n. 9759/2019, cujo teor visava a redução da participação social em todo o governo. Além disso, tendo em vista tal revogação, sugere-se que seja editado pelo Presidente da

República um despacho de orientação dos Ministérios para que seja re- visto o teor dos seguintes atos, com elaboração de nova proposta de normatização:

Decreto n. 9883/2019 – colegiado sobre discriminação Decreto n. 9887/2019 – colegiado sobre trabalho escravo

Decreto n. 9894/2019 – colegiado sobre população em situação de rua Decreto n. 10.003/2019 – colegiado sobre crianças e adolescentes

Decreto n. 10.144/2020 e Decreto n. 10.224/2020 – colegiados de meio am- biente

Decreto n. 10.177/2019 – colegiado sobre pessoas com deficiência Decreto n. 10.226/2020 – colegiado sobre juventude

Decreto n. 10.905/2021 – colegiados sobre direitos dos trabalhadores

Portaria n. Min. Saúde 3021/2020 – povos indígenas nas instâncias da ges- tão da saúde

Portaria n. MEC 577/2017 – reduziu a participação de trabalhadores no Fó- rum Nacional da Educação

### Derrubar os entraves para que movimentos populares tenham acesso ao INCRA

**|** Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o INCRA a revisar o teor da Portaria nº INCRA 460/2019. Ao prever regras deliberadamente burocratizadas para o acesso ao prédio do INCRA, os

efeitos produzidos pela Portaria são de impedimento de acesso por uma parte significativa dos movimentos populares que não cumprem as exi- gências indevidas estabelecidas, criando uma barreira para o seu direito constitucional de participação social.

A lista de sugestões de revogações e revisões de atos normativos, elencada nesta seção do Relatório Final da Transição, demonstra o tamanho dos desafios do novo Governo eleito quanto à reconstrução do Estado brasileiro em áreas bastantes sensíveis, cujas políticas públicas são essenciais para a efetivação de direitos da população.

As propostas de providências imediatas contidas na listagem acima podem ser efeti- vadas por meio de um conjunto de atos do Presidente da República nos primeiros dias após sua posse, em formato de Decretos e Despachos formulados por integrantes da Advocacia-Geral da União, em diálogo com as equipes técnicas dedicadas a cada temá- tica da administração pública federal.

# PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS MINISTÉRIOS

Presidente Lula foi eleito com uma ampla plataforma política, que envolve, en- tre tantos compromissos, a superação da pobreza e da fome no Brasil, a melho- ria da qualidade da educação básica, a redução drástica do desmatamento da

O

Amazônia, o fomento à produção de alimentos, a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura e a promoção dos direitos da cidadania. Para alcançar esses grandes objetivos, o primeiro desafio do governo eleito é reorganizar a estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, de forma a reverter o processo de desmonte do Estado e criar as bases para a reconstrução das políticas públicas. Esta seção apresenta a propos- ta de estrutura ministerial para o governo federal, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Nos últimos anos, assistimos a uma ação deliberada de desmonte do Estado Brasileiro, que se traduziu na completa desorganização da máquina pública com riscos para a manutenção dos serviços públicos essenciais. Esse processo foi orientado pela ideia de redução do papel do Estado no desenvolvimento econômico, ambiental e social do País. Os efeitos dessa visão foram agravados pela incompetência do governo Bolsonaro no desenho, coordenação e implementação de suas políticas e pela condução desas- trosa da gestão pública em praticamente todas as áreas de atuação governamental. A consequência foi o comprometimento de políticas de Estado essenciais para o desen- volvimento econômico, a preservação ambiental, a promoção e garantia de direitos, a inclusão e justiça social, o exercício da democracia, e o diálogo e participação social.

Diante da extensão e gravidade dos problemas identificados pelos grupos técnicos que contribuíram na elaboração deste relatório de transição, o novo governo eleito terá pela frente o desafio de retomar e consolidar o processo de construção democrática do Estado Brasileiro, inaugurado com a Constituição de 1988.

Para assegurar o êxito da plataforma eleitoral consagrada pelo voto popular nas elei- ções de 2022, é fundamental reconstruir o Estado Brasileiro. Nem grande nem peque- no, ele deve ter a dimensão e a complexidade necessárias ao enfrentamento dos inú- meros desafios que terão lugar nos próximos quatro anos. Longe do debate “Estado

Mínimo x Estado Máximo”, a questão chave é dotar o Estado de recursos, instrumentos, estruturas e arcabouço institucional condizentes com o seu papel estratégico no de- senvolvimento do País.

O Estado moderno deve incorporar arranjos institucionais de governança e de imple- mentação de políticas que envolvam tanto o setor público quanto o setor privado, a academia e as organizações da sociedade civil, gerando inovação, ganhos de eficiência e qualidade nas entregas à população. Deve também ser transparente e aberto à par- ticipação e ao controle social. Ao mesmo tempo, precisa preservar as funções estatais, inovar na gestão, ganhar agilidade e manter um corpo qualificado de servidores públi- cos capazes de dar continuidade à ação estatal e de resistir às investidas autoritárias de governos anti-democráticos.

Com base nessa visão, as prioridades estratégicas do novo governo devem demandar um extenso rol de iniciativas, tais como: a) reorganização e fortalecimento dos órgãos centrais de coordenação e acompanhamento das ações de governo; b) reestruturação da Administração Federal, especialmente de seus Ministérios com vistas a aumentar a capacidade de implementação de políticas públicas; c) aperfeiçoamento dos meios e instrumentos de gestão pública; d) inovação e melhoria na qualidade dos serviços públicos; e) retomada e ampliação do diálogo e da participação social.

## NOVA DINÂMICA DE CENTRO DE GOVERNO

É por isso que a nova estrutura do Governo Federal recupera o desenho do Centro de Governo (CdG), estabelecido durante os primeiros mandatos do Presidente Lula. O Centro de Governo precisa ser capaz de coordenar o conjunto das ações governamen- tais, com clara definição de prioridades, e envolver a sociedade, o Poder Legislativo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no processo de formulação da agenda nacional e de construção das políticas públicas.

Ao longo dos últimos anos, o Centro de Governo foi desorganizado, havendo um rebai- xamento da capacidade de coordenação da Presidência com relação às suas priorida- des programáticas. Isso afetou negativamente a atuação institucional do setor público federal, especialmente as entregas de bens e serviços à população.

O modelo de coordenação governamental em rede foi substituído por um modelo disfuncional, com ministérios enormes e com mais níveis hierárquicos, que coope- ram pouco e não dialogam com a sociedade civil. Com isso, a capacidade de respos- ta do Estado às crises e às demandas sociais foi severamente comprometida, geran- do impactos graves na vida das pessoas, a exemplo do que se observou durante a Pandemia de COVID-19.

A extinção das instâncias colegiadas de participação e de coordenação de programas governamentais dificultou ainda mais a cooperação intersetorial em torno de ações de governo e bloqueou qualquer possibilidade de escuta e diálogo social. Um dos prin-

cipais retrocessos nesse âmbito foi o desmonte da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e de suas instâncias e mecanismos institucionais.

Para reverter esse quadro, o novo Centro de Governo prevê uma Presidência forte, ca- paz de recuperar e ampliar a capacidade de coordenação das políticas setoriais e trans- versais. A Casa Civil vai recuperar suas funções originais, incluindo a análise jurídica das proposições, e sua capacidade de coordenação de governo. A Secretaria-Geral volta a ser o órgão de diálogo com a sociedade civil, restabelecendo a participação social como método de governar. A Secretaria de Relações Institucionais assume a coorde- nação política e a articulação com os entes federados e a representação parlamentar no Congresso Nacional. A Secretaria de Comunicação Social retorna à Presidência da República, fortalecendo a comunicação do Presidente com o conjunto da sociedade.

Além disso, a Presidência voltará a contar com os seus órgãos de assessoramento par- ticipativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Consea e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - CDES, conhecido como Conselhão. Da mesma maneira, na Esplanada como um todo, serão reativados os conselhos de participação social e demais mecanismos de interação com organizações, lideranças e movimentos sociais.

## NOVA ESTRUTURA DE MINISTÉRIOS

Para reforçar o compromisso com a diversidade, as antigas Secretarias Especiais dos Go- vernos Lula I e II serão transformadas em ministérios, com estrutura adequada e maior relevância político-institucional. Serão criados os Ministérios das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Igualdade Racial e, pela primeira vez, o Ministério dos Povos Indígenas. Com isso, busca-se dotar as pautas da diversidade de meios que favoreçam a promoção dos direitos e das políticas voltadas a essas populações. Cabe- rão a esses ministérios a coordenação da agenda e das ações transversais e setoriais relativas às suas áreas de atuação, de forma a reverter processos de exclusão muitas vezes reforçados nas próprias políticas públicas.

O Ministério da Economia, hoje com uma estrutura inchada e disfuncional, será de- composto em quatro unidades ministeriais com finalidades específicas. O Ministério do Planejamento e Orçamento recupera a sua função essencial de planejar as ações do Estado, além de apoiar a execução das políticas públicas por meio da destinação de recursos para sua execução e do monitoramento e avaliação contínua das ações de governo. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Ino- vação é recriado para promover o processo de reindustrialização do País e a dinami- zação econômica, ao mesmo tempo que promove a transição para uma economia verde e descarbonizada, baseada em inovação e novas tecnologias, com impacto socioambiental positivo.

Para melhorar a qualidade dos serviços públicos e racionalizar o uso de recursos pela máquina pública, será criado o Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos.

Um dos focos do Ministério será a busca por novos meios para inovar na gestão, melho- rar o atendimento público e prover bens e serviços de qualidade para a população. Para isso, ele atuará no aumento dos serviços digitais de forma a ampliar o acesso e melhorar a experiência dos usuários desses serviços, com agilidade, simplicidade e maior alcan- ce das políticas públicas. Em outra frente, o Ministério cuidará da gestão e do desen- volvimento de pessoas, promovendo a melhoria de produtividade e o bem-estar dos servidores, com benefícios para toda sociedade. Por fim, a pasta irá atuar na prestação de serviços compartilhados para os demais ministérios, eliminando estruturas redun- dantes e garantindo maior economia nas contratações de bens e serviços pelo novo governo.

Assim, o Ministério da Economia poderá se concentrar na condução da política eco- nômica, priorizando as agendas macro e microeconômica, tendo como prioridade o controle da inflação, a melhoria do ambiente de negócios, a promoção do investi- mento, a geração de emprego, o controle da execução financeira e a racionalização tributária. Entre os desafios da pasta, estão o desenho de uma proposta de Refor- ma Tributária e uma nova regra fiscal que garanta estabilidade e previsibilidade aos agentes econômicos e ao mesmo tempo permita impulsionar o desenvolvimento sustentável do País.

No novo arranjo, o Ministério do Meio Ambiente recupera a sua capacidade de não apenas proteger nossos biomas, biodiversidade e recursos renováveis, mas também de promover o desenvolvimento socioambiental do País, com base na utilização racional desse imenso potencial para uma economia verde e limpa. Entre os avanços nessa área, está a reafirmação do compromisso do novo governo com a redução do desmatamen- to e com a preservação dos recursos naturais da Amazônia e de outros biomas, bem como com o desenvolvimento de uma matriz energética limpa e com o combate ao aquecimento global.

Além disso, a Cultura, o Desenvolvimento Agrário, o Esporte, a Previdência, o Trabalho, as Cidades e a Pesca voltarão ter suas pastas próprias, refletindo a prioridade conferida a essas áreas pelo novo governo. A Cultura voltará a ser valorizada e promovida com a devida centralidade que deve ter na construção da identidade nacional. Da mesma forma, a produção de alimentos pela agricultura familiar voltará a ser apoiada pelo go- verno por meio de crédito, fomento e assistência técnica. O Esporte passará a contar com uma estrutura que permita o apoio a atletas profissionais e amadores e ao espor- te de base. A Previdência e o Trabalho também voltarão a ter estrutura e meios para a promoção de garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, aposentados, pensionistas e beneficiários dos sistemas previdenciários. O Ministério das Cidades, por sua vez, irá promover políticas para tornar as cidades mais inclusivas, sustentáveis e di- nâmicas, por meio de políticas de mobilidade, saneamento e habitação.

Já a área social será reforçada para que os compromissos assumidos pelo Presidente se- jam cumpridos: superar a fome, melhorar a qualidade da educação básica e fortalecer o Sistema Único de Saúde. Para isso, serão reforçadas as áreas de assistência e desenvolvi-

mento social e os sistemas de saúde e educação. A pandemia evidenciou ainda mais a importância de um Estado capaz de coordenar a resposta para grandes crises. Quando isso falta, a população sofre. Ficou clara a importância do SUS, da Fiocruz, do Instituto Butantã, dos institutos de pesquisa brasileiros, do Sistema Único da Assistência Social, do INSS, das instituições de ensino e pesquisa, e de tantas outras organizações públicas que se envolveram na resposta à crise decorrente da COVID-19.

No caso da governança pública, será conferida a ela a dimensão estratégica necessária para garantir as condições indispensáveis à atuação governamental em todas as áreas. Além das instâncias ministeriais e de coordenação de governo indispensáveis à im- plementação de ações transversais, o novo governo contará com ministérios setoriais cujo papel é liderar e viabilizar, em suas respectivas de atuação, as políticas públicas emanadas da Constituição de 1988 e aquelas que fazem parte dos compromissos pro- gramáticos do novo governo eleito.

Mesmo no caso dos ministérios que já existiam e que foram mantidos pelo novo governo eleito, houve uma clara orientação no sentido de dotá-los de estruturas adequadas aos desafios programáticos e institucionais concernentes às suas respectivas áreas de atua- ção, dentro do esforço de reorganização da Administração Pública Federal e de reversão do desmonte do Estado Brasileiro. Alguns desses ministérios tiveram as suas denomina- ções alteradas, de maneira a refletir as diretrizes e prioridades do novo governo eleito.

Enfim, a nova estrutura ministerial ou organizacional do Poder Executivo Federal guar- da relação estreita com uma visão do País e com um projeto de desenvolvimento na- cional liderado pela coalizão política que, em contexto eleitoral democrático, assume a condução do governo brasileiro. Para concretizar os compromissos chancelados pelo voto popular e para as funções necessárias a um Estado Nacional contemporâneo, che- gou-se à seguinte configuração ministerial:

### Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos

**|** Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

**|** Ministério da Igualdade Racial

**|** Ministério das Mulheres

**|** Ministério dos Povos Indígenas

**|** Ministério do Trabalho e Emprego

**|** Ministério da Previdência Social

**|** Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome

**|** Ministério da Saúde

**|** Ministério da Educação

**|** Ministério da Cultura

**|** Ministério do Esporte

**|** Ministério das Cidades

### Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática

**|** Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

**|** Ministério do Meio ambiente

**|** Ministério da Economia

**|** Ministério dos Transportes

**|** Ministério de Portos e Aeroportos

**|** Ministério de Minas e Energia

**|** Ministério das Comunicações

**|** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**|** Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação

**|** Ministério do Turismo

**|** Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

**|** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**|** Ministério da Pesca e Aquicultura

### Defesa da Democracia e Reconstrução do Estado e da Soberania

**|** Casa Civil da Presidência da República

**|** Secretaria-Geral da Presidência da República

**|** Secretaria de Relações Institucionais

**|** Secretaria de Comunicação Social

**|** Gabinete de Segurança Institucional

**|** Advocacia-Geral da União

**|** Ministério do Planejamento e Orçamento

**|** Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos

**|** Controladoria-Geral da União

**|** Ministério da Justiça e Segurança Pública

**|** Ministério das Relações Exteriores

**|** Ministério da Defesa

É importante ressaltar que o esforço para a criação dos ministérios indicados aci- ma foi realizado com base na racionalização de estruturas preexistentes, sem criar cargos ou gerar novos gastos ao erário. Buscou-se também contemplar, na medida do possível, as demandas apresentadas pela sociedade civil durante o processo de transição de governo. E apesar das fortes restrições, essa nova estrutura governa- mental reflete o trabalho colaborativo realizado pelos diversos grupos técnicos, com os ajustes necessários para que o número total de cargos não fosse alterado e para que, ao mesmo, fossem asseguradas as condições indispensáveis à boa atuação de todas as áreas governamentais.

# CONCLUSÃO

entrega deste relatório ao Presidente eleito marca uma virada de página de nos- sa história recente, que não deve ser jamais esquecida. O extremismo e sua vio- lência são incompatíveis com a democracia. Com a abertura de um novo ciclo político, o Brasil do Amanhã começa a ser construído. A bússola que nos orienta são as Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil e a Carta para o

A

Brasil do Amanhã, apresentadas durante as eleições.

Concluímos assim o maior e mais complexo processo de transição já realizado no País, em todos os tempos, de forma democrática, plural, participativa, com rigor técnico e parcimônia no uso dos recursos públicos. No momento histórico em que a democracia foi posta à prova e os mecanismos de participação social desarticulados e desacredita- dos, inovamos no processo de transição governamental com a abertura para o amplo diálogo com a sociedade.

A reconstrução e a transformação do País é um grande desafio e uma obra de muitos. Teremos quatro anos de intenso trabalho e dedicação total para recompor o Estado e as políticas públicas, para mudar para melhor a vida da população e para voltar a culti- var a esperança e a alegria de nossa gente.

Realizaremos em 1º de janeiro de 2023, em Brasília, a maior cerimônia de posse presi- dencial de todos os tempos. E sua excelência, o Povo, irá festejar no Festival do Futuro a vitória mais importante da democracia nos últimos tempos.

Ao longo dos últimos meses, vimos a esperança voltar a brilhar nos olhos do nosso povo. A esperança de uma vida melhor em um País mais justo, inclusivo e solidário. Um País que necessita de um governo que volte a olhar com carinho e cuidado para a nossa gente, especialmente para quem mais necessita. Um País que também precisa de paz, democracia e diálogo. É com a força do nosso legado e os olhos voltados para o futuro que estamos preparados para iniciar um verdadeiro governo de reconstrução e transformação do Brasil.

### Coordenador-Geral do Gabinete de Transição Governamental

Geraldo Alckmin

### Coordenação Executiva

Floriano Pesaro

### Coordenação de Articulação Política

Gleisi Hoffmann

### Coordenação de Organização da Posse

Rosângela Lula da Silva

### Coordenação de Grupos Técnicos

Aloizio Mercadante

# GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

trabalho do Gabinete de Transição Governamental representa o esforço de mi- lhares de pessoas, que contribuíram com sua inteligência, experiência, vivência e dedicação para que este trabalho fosse desenvolvido.

O

A seguir, listamos os nomes das pessoas que trabalharam nos Grupos Técnicos, nas Coordenações do Gabinete e na estrutura do Centro Cultural do Banco do Brasil - re- presentantes da sociedade civil, servidores e empregados públicos, parlamentares, po- liciais federais, seguranças, garçons, copeiras, auxiliares de serviços gerais - aos quais, em meu nome e em nome do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva, agradeço, de coração, pelo enorme esforço de construir, em tão pouco tempo, um relatório tão pro- fundo e extenso do desafio que teremos pela frente nos próximos anos.

GABINETE DO COORDENADOR-GERAL DO GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

**Coordenador de Transição Governamental** Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho **Assessoria Especial**

**Assessor Especial**

Pedro Henrique Giocondo Guerra Adalnio Senna Ganem

**Assessoria de Assuntos Jurídicos Assessor de Assuntos Jurídicos** Márcio Elias Rosa

**Assessoria de Apoio Assessor**

Alessandro Chagas Rosa Pedro Lamoso

Ana Regina Costa de Araújo

**CTEG - V**

Miriam Aparecida Belchior Paulo Bernardo Silva

João Luiz Silva Ferreira

**CTEG - IV**

Fábio Rafael Valente Cabral Vinicius Carnier Colombini Daniella Fernandes Cambauva Cassius Antônio Da Rosa Maria Helena Guarezi

Wagner Caetano Alves De Oliveira José Barroso Pimentel

Inês da Silva Magalhães Luis Carlos Guedes Pinto

Márcia Helena Carvalho Lopes Margarida Cristina de Quadros Valéria de Oliveira

José Geraldo Torres da Silva

**CTEG - I**

Gilson Alves Duarte

Luiz Roberto Martins de Barros

EQUIPE DE PRESIDENTE ELEITO

**Assessoria do Presidente Eleito**

Cláudia Troiano Jose Chrispiniano

Marco Aurelio - Marcola José Rezende Júnior Cezar Alvarez

Cilene Antoniolli

Betiza Coelho de Souza Mires Costa

Ana Regina C. de Araújo

**Assessoria de Comunicação Coordenação**

Ricardo Stuckert Claudio Kabene

Daniella Fernandes Cambaúva Mariana Zoccoli

Magno Romero Ruy Coelho Thiago Silva George Gregory Thiago Ming Mariana Gurgel

**Segurança Institucional** General Gonçalves Dias Capitão Valmir Moraes

Marco Aurélio De Andrade Lima Azevedo

Wagner Caetano Elias Reis

Misael da Silva Moura

**Equipe de Apoio** Evanyr Bezerra Joana D´arc

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

**Coordenador Executivo**

Floriano Pesaro

**Assessor Especial**

Fabio Rafael Valente Cabral

**Assessoria de Administração**

**Chefe de Assessoria de Administração**

Reinaldo Chaves Gomes Wilmar Lacerda

Chica Carvalho

**Equipe do Administrativo**

Davino Márcio Souto Flávia Martins Marques

Gabriel Lopes Gonçalves Dias Mari Lucas

Maria do Carmo Pereira da Silva Maria José Brasil

Monica Sacramento Costa Valda Hilda da Rocha Do Carmo

Maria da Conceição Nogueira de Azevedo Martins

Adriane Cleide de Souza Gomes

**Chefe do Apoio Administrativo aos Grupos de Trabalho** Marcelo Pontes

Maria da Solidade de Oliveira Costa

**Equipe do Apoio Administrativo aos Grupos de Trabalho**

Daniella de Souza Vasconcelos Gabriela Olímpia de Assis Jéssica Italoema da Silva Moura Lucas de Lima Guimarães Lucas Leonam de Lima

Salles Junio Lima Nascimento Sara Daniela Barbosa de Souza

**Chefe de Atos Normativos** Juliana Muniz Fernandes de Queiroz **Equipe de Atos Normativos**

Ana Cristina de Figueiredo Barros Maria Isabel da Silva Sales

Natália Viana Reis Nicole Gondim Porcaro

**Chefe da Gestão da Informação**

Valmir Dantas

**Gestão da Informação**

Alex de Sousa Araújo

**Chefe do Credenciamento** Leandro de Borja Reis Cerqueira **Equipe de Credenciamento** Elisangela Maria Pontes de Souza. Nilton Santana Oliveira.

Tarcizo Ramos da Silva.

**Chefe de Logística** Benoni Dias Covatti **Equipe de Logística** Jose Wilson

Alcivan A. de Araujo Gilson Alves Duarte Frank Varela de Moura

Arilson Cavalcante Pereira Carlos Alberto de souza Gilberto Tristâo Ferreira

Luis Roberto Martins de Barros

**Assessoria de Orçamento**

**Chefe da Assessoria de Orçamento**

Norberto Temoteo de Queiroz - Coordenador

**Equipe de Orçamento**

Antonio Fucio

Rossi da Silva Araujo

Fernando José Carvalho de Oliveira Caio Leal de Araújo

**Assessoria de Comunicação Social Chefe da Assessoria de Comunicação Social**

Ricardo Amaral

**Equipe da Assessoria de Comunicação Social**

Ana Luísa Noblat

Andreia Cordeiro de Souza Cristina Charão Marques Flávia Filipini

Raquel Sepúlveda

**Assessoria de Cerimonial Chefe do Cerimonial**

Max Antonio Passos D’ Oliveira **Equipe do Cerimonial** Gláucia da Silva Limeira

Maria Eugênia Ribeiro Miraci Lopes

Thaís Veríssimo Pinheiro Simone Zerbinato

**Assessoria de Segurança Institucional Chefe da Segurança Institucional** Andrei Augusto Passos Rodrigues

**Chefe da Segurança de Área**

Pedro Magalhães Roncisvalle

**Equipe de Segurança Institucional** Alexandre Guimarães Malheiro de Oliveira Bernardo Varney Alexe Costa Azeredo Lopes Correa

Camilla Caputo Tejo Borges Daniel Esteves Kim

Elias Pereira Moura

Renata Scheiner Moares de Lucena Sandro Azevedo de Souza

COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

**Coordenadora**

Gleisi Helena Hoffmann

**Assessores**

Amanda Vitoria Lopes Moreira da Silva Cristian Jesus da Silva

Tania Maria de Oliveira

**Apoio**

Aveline Gomes Dayane Hirt

Eduardo de Oliveira Bastos Gabriel Santos

Jean Keiji Uema João Paulo

Luiz Roberto Martins de Barros

COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA POSSE

**Coordenadora**

Rosângela Lula da Silva - Janja

**Assessores**

André Cortez

Caio Flávio de Noronha Cassius Antonio Rosa Célia Maria Alves

Claudinei Pimentel Mota (Pirelli) Claudio Rocha

Fabrício Araújo Prado Fernando Luis Lemos Igreja Flávio Abraão Paes Leme Gabriela Mendes

Gabriella Gualberto Faria Gilberto Carvalho Gustavo de Biase

José Laelson de Oliveira Márcio Tavares dos Santos Mário Edson Gonçalves Dias Mauro Furlan

Neudicleia Neres De Oliveira Rogério Carvalho

Warley Barbosa Yuri Soares

COORDENAÇÃO

DE GRUPOS TÉCNICOS

**Coordenador**

Aloizio Mercadante Oliva **Assessoria especial** Marcos Rogério de Souza William Vella Nozaki **Assessores**

Aline Damasceno Ferreira Schleicher Amanda Vitoria Lopes Moreira da Silva Danilo da Silva Molina

Danilo Marasca Bertazzi

Elton Bernardo Bandeira de Melo Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves Janira Trípodi Borja

Lucas Ramalho Maciel Marcilandia de Fátima Araújo

Maria Paula Amorim de Barros Lima Pedro Mäder Gonçalves Coutinho Roberto Seara Machado Pojo Rego Rubens Diniz Tavares

Valmir Dantas Bruno Moretti

Carlos Alberto de Souza Eugênio Vilela

Fernando Jose Carvalho Henrique Chaves Faria Carvalho Ioná Malerba Gabrielli

José Celso Pereira Cardoso Jr. Marco Antonio de Oliveira

COORDENAÇÃO JURÍDICA

**Coordenação Geral** Jorge Messias **Assessoria Jurídica** Adriana Maia Venturini Cesár Dutra Carrijo Clarice Costa Calixto Aline Veloso dos Passos

André Augusto Dantas Motta Amaral André Luiz Macagnan Freire

Carolina Yumi de Souza

Carlos Henrique Naegeli Gondim Fernanda Coimbra Santiago

Francisco Alexandre Colares Melo Carlos Guilherme Benages Alcantara

Gustavo Caldas Guimarães de Campos Isabela Marques Seixas

João Paulo de Faria Santos Júnior Divino Fideles Luciana Hoff

Marcilândia de Fátima Araújo

Maria Paula Amorim de Barros Lima Mariana Barbosa Cirne

Mônica de Oliveira Carsartelli Roberta Lima Barreto Monteiro Rodolfo de Carvalho Cabral Victor Epitácio Cravo Teixeira

**Apoio**

Natalia Reis

Nicole Goldim Porcaro Maria Isabel da Silva Sales

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

**Coordenador** Ricardo Batista Amaral **Assessoria**

Ana Luisa Noblat De Aguiar Andreia Cordeiro De Souza Flavia Filipini

Raquel Sepúlveda Cristina Charão Marques

Kerison Arnóbio Lopes Santos

CONSELHO POLÍTICO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

Antonio Luíz Paranhos Ribeiro Leite de Brito Carlos Siqueira

Daniel Sampaio Tourinho Eliziane Pereira Gama Melo Felipe Antonio do Espirito Santo Guilherme Ítalo Costa Queiroz Jader Fontenelle Barbalho Jefferson Coriteac

José Luíz de França Penna

José Renan Vasconcelos Calheiros Juliano Medeiros

Luciana Barbosa de Oliveira Santos Wesley Ederson Diógenes Nogueira Wolney Queiroz Maciel

CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**Coordenação Executiva**

Edson Carneiro da Silva

Josué Augusto do Amaral Rocha Julia Barbosa de Aguiar Garcia Kelli Cristine de Oliveira Mafort Raimundo Vieira Bonfim

Ronald Ferreira dos Santos Simone Ferreira Nascimento Ticiana Studart Albuquerque **Assessoria Técnica**

Tânia Oliveira

**Assessoria Jurídica e Administrativa**

Ana Melo Moraes Carla de Paiva Bezerra

Diego Carmona Scardone Marcelo Fragozo dos Santos Nara Magalhães Maubrigades Renato Simões

**Assessoria Jurídica**

João Paulo de Faria Santos **Equipe de monitoramento** Fernanda Machiaveli

**Integrantes da Plenária**

Aldenora Gomes González - Frente Nacional em Defesa do SUAS - Segmento Usuários Aristides Santos - Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura - CONTAG Beatriz Costa Barbosa - Coalizão Direitos na

Rede

Carlos Alencastro Cavalcanti - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCMR

Carmen Silvia Maria da Silva - Plataforma pela

Reforma do Sistema Político

Cicero Felix dos Santos - Articulação do Semiárido (ASA)

Cristiano Schumacher - Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM

Daniel Seidel - Rede Brasileira de Justiça e Paz Darci Frigo - Conselho Nacional de Direitos

Humanos

Débora Rodrigues - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Denildo Rodrigues de Moraes - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ

Eliane de Moura Martins - Movimento de Trabalhadores por Direitos - MTD

Francisco Auri Alves Júnior - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - CONTRAF

Franklin Felix de Lima - Associação Brasileira de Organizações não governamentais - ABONG

Geovana Mendonça Lunardi Mendes - Fórum Nacional Popular de Educação

Getúlio Vargas Junior - Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM

Gilberto Batista Campos - Convergência Negra Ivanei Farina Dalla Costa - Movimento dos

Atingidos por Barragens - MAB

Jade Beatriz - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES

Jarbas Vieira da Silva Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM

José Antonio Moroni - Plataforma pela Reforma do Sistema Político

Josineide Costa - Movimento de Pequenos Agricultores - MPA

Julio Barbosa de Aquino - Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS

Junia Rocha Bessa - Comitê Nacional da Lei Paulo Gustavo

Karina Aparecida Figueiredo - Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Kátia Cacilda Pereira Lima - Rede Brasileira de Orçamento Participativo

Kleber Luiz dos Santos - Movimento de Luta das vilas, bairros e favelas - MLB

Kleber Luiz Santos dos Santos - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Leandro Artur Anton - Comitê Nacional dos Pontos de Cultura

Leonardo Avritzer - Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação

Leonardo Koury Martins - Frente Nacional em Defesa do SUAS - Segmento Trabalhadores

Luciana Cristina Furquim Pivato - Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

Marcela Peixoto - Movimento Camponês Popular - MCP

Márcio Astrini - Observatório do Clima Maria Emília Pacheco - Fórum Brasileiro de

Soberania e Segurança Alimentar - FBSSAN Maria Martilene - Movimentos de Pescadoras e

Pescadores - MPP

Maureen Cristina Martins dos Santos - Carta de Belém

Milton dos Santos Rezende - Central Única dos Trabalhadores - CUT Brasil

Mônica de Alkmim Moreira Nunes - Movimento Nacional de Direitos Humanos

- MNDH

Nilza Valeria Zacarias do Nascimento Oliveira - Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Noeli Taborda - Movimentos de Mulheres Camponesas - MMC

Ormezita Barbosa de Paulo - Conselho Pastoral de Pescadores - CPP

Pedro Pontual - CEAAL Brasil - Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe

Raimundo Nonato Pereira da Silva - Rede de Comunidades de Povos Tradicionais do Brasil

Renato Sérgio de Lima - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Ricardo de Moura - Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro - CENARAB

Rosana Teresa Onocko Campos - Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO Sidnei Antonio Euzebio Pita - União Nacional

por Moradia Popular - UNMP

Simmy Larrat - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT

Ubiratan de Souza - GT Democracia e Participação - FPA (NAPP Estado, Democracia e Instituições)

Vanja Andréa Santos - União Brasileira de Mulheres - UBM

Veronica Chaves Salustiano - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD

Wagner de Melo Romão - Rede Democracia e Participação

Zélia Amador - Coalizão Negra por Direitos

GRUPO TÉCNICO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**Coordenação** Carlos Fávaro Evandro Gussi Irajá Abreu

Joe Valle Kátia Abreu

Luis Carlos Guedes Pinto Neri Geller

Silvio Crestana

Tatiana Deane de Abreu Sá Carlos Tito Marques Cordeiro **Integrantes**

Antônio Jorge Camardelli Arno Jerke Júnior

Carlos Ernesto Augustin Clara Pedroso Maffia

Cósam de Carvalho Coutinho Dalton Gomes Martins Eduardo de Souza Martins Fernando Olinto Meireles Gereissat Rodrigues Almeida Gerson Luiz Mendes Teixeira José Carlos Vaz

Manoel Moacir Costa Macêdo Marcelo Medina Osório Marcio Portocarrero

Miguel Ivan Lacerda de Oliveira Renato Cunha

**Voluntários** Carolina Pereira Jailson Nascimento Rodrigo Zani

Wanderley Paulo da Silva

**Relator**

Luiz Antonio Gonçalves Rodrigues de Souza

**Assessor Administrativo** Marina Godoi de Lima **Equipe de monitoramento** Lucas Maciel Ramalho **Assessor Jurídico**

André Dantas

GRUPO TÉCNICO

DE CENTRO DE GOVERNO

**Coordenação**

Cristian Jesus da Silva

Fernanda Machiaveli M. de Oliveira Jaques Wagner

José Guimarães Lindbergh Farias Márcio Macêdo

Pedro Helena Pontual Machado Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes Swedenberger do Nascimento Barbosa **Integrantes**

Alexandre de Ávila Gomide

Aline Damasceno Ferreira Schleicher Elton Bernardo Bandeira de Melo José Celso Cardoso Junior

Marco Antonio de Oliveira Pedro Luiz Costa Cavalcante Vicente Trevas

**Relatora**

Fernanda Machiaveli M. de Oliveira

**Assessora Administrativa**

Aline Damasceno Ferreira Schleicher

**Equipe de monitoramento**

Janira Borja

GRUPO TÉCNICO DE CIDADES

**Coordenação**

Afonso Bandeira Florence Carmem Silva Ferreira

Ermínia Terezinha Menon Maricato Evaniza Lopes Rodrigues

Geraldo Magela Pereira Guilherme Castro Boulos Hildo Augusto da Rocha Neto Inês da Silva Magalhães Jilmar Augustinho Tatto

João Henrique Campos José Di Filippi Júnior

José Leônidas de Menezes Cristino Joseildo Ribeiro Ramos

Luizianne de Oliveira Lins Márcio Jerry Saraiva Barroso Márcio Luiz França Gomes Maria Fernanda Ramos Coelho Moema Isabel Passos Gramacho Nabil Georges Bonduki

Natália Bastos Bonavides Rodrigo Neves Barreto Waldenor Alves Pereira Filho **Relator**

Rafael Carlos de Oliveira

**Integrantes**

Adriano Constantino Aercio Barbosa de Oliveira Bruno de Freitas Siqueira Caio César Loureiro Moura Carina Serra Amancio

Carlos Alberto Valente Viana Carolina Baima Cavalcanti Clarice Coppetti

Edmilson Brito Rodrigues Eleonora Lisboa Mascia Elton da Silva Gontijo Ermes Ferreira Costa Neto Ernani Ciríaco de Miranda Gilmar Avila

Glêdson da Silva Brito Jailton Zanon da Silveira

Jane Teresinha da Costa Diehl João Gabriel Cabral Meira e Silva João Vicente Augusto Neves José Queiroz de Lima

José Roberto de Oliveira Martins Julia Lins Bittencourt

Lúcia Maria Mendonça Santos Luís Gustavo Vieira Martins Márcia Kumer

Marcos Toscano Siebra Brito Maria Aparecida Lobato Monteiro Mário Wilson Pedreira Reali

Paolo Colosso

Paulo Valério Silva Lima Pedro Freire de Oliveira Rossi

Raphael Sebba Daher Fleury Curado Renato Nunes Balbim

Renato Barandier Júnior Renato Boareto

Reynaldo Nunes de Morais Ricardo de Gouvêa Corrêa Roberto Ricomini Piccelli Ronaldo José Lacerda Sérgio Antônio Gonçalves Silmara Vieira da Silva Silvano Silvério da Costa Sinoel Batista

Tales Fontana Siqueira Cunha Wagner dos Santos Carneiro Wladimir Antonio Ribeiro **Assessora Administrativa** Júlia Pera de Almeida **Assessor Jurídico**

João Paulo de Faria Santos **Equipe de monitoramento** Janira Trípodi Borja

Roberto Pojo

GRUPO TÉCNICO

DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Coordenação**

Alexandre Navarro Garcia André Leandro Magalhães Carlos Renato Lisboa Francês Celso Pansera

Expedito Neto Glaucius Oliva

Henrique Donin de Freitas Santos Ildeu de Castro Moreira

Ima Célia Guimarães Vieira Iraneide Soares da Silva Leo de Britto

Leone Peter Correia da Silva Andrade Luis Manuel Rebelo Fernandes

Luiz Antônio Rodrigues Elias Ricardo Campos

Ricardo Magnus Osorio Galvão Sergio Machado Rezende

**Integrantes**

Amanda Sobreira Lima de Souza Anderson Gomes

Andreia Ingrid Michele do Nascimento Gizele Santos Cruz Soares

Joelmo Jesus de Oliveira

Larissa Gabrielle Vieira de Souza Larissa Beltramim

Lucia Carvalho Pinto de Melo

Marcelo Alexandre Andrade de Almeida Márcio Portes de Albuquerque

Mariana Paulino Mazza

Osorio Coelho Guimarães Neto Petrônio Noronha de Souza e Samuel Fayad

**Relatoras**

Léa Contier de Freitas Leila de Morais Verena Hitner Barros

**Assessora Administrativa**

Elisa Volker **Assessor Jurídico** Victor Cravo

**Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

GRUPO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO

**Coordenação** Alessandra Orofino Cézar Santos Alvarez Jorge Bittar

Helena Martins Paulo Bernardo Silva **Integrantes**

Alan Gulart Camargo André Figueiredo Andréa Xavier da Silva Ariene dos Santos Lima Áureo Ribeiro

Beth Costa Bia Barbosa

Fábio Lúcio Koleski José de Sousa Paz Filho Manoela Salem Miklos Max Monjardim

Murilo César Oliveira Ramos Nelson Akio Fujimoto

Nina da Hora

Octavio Penna Pieranti Orlando Silva

Pedro Ribeiro Telles Renata Vicentini Mielli Rui Falcão

**Relatora**

Helena Martins

**Assessora Administrativa** Wanessa Queiroz de Souza Oliveira **Assessor Jurídico**

Victor Epitácio Cravo Teixeira **Equipe de monitoramento** Roberto Seara Machado Pojo Rego

GRUPO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Coordenação**

André Luís Gaspar Janones Antônia Soares Pellegrino Flávio Silva Gonçalves Florestan Fernandes Junior Helena Maria de Freitas Chagas Hélio Marcos Prates Doyle

João Caldeira Brant Monteiro de Castro Laurindo Lalo Leal Filho

Manuela Pinto Vieira d’Ávila Octávio Costa

Tereza Cruvinel

Viviane Ferreira da Cruz

**Integrantes**

Emir Simão Sader

Flávia Filipini Ferreira Borges Flávio Luiz César

Juliana Cézar Nunes Julimar Gonçalves

Luiza de Carvalho Sigmaringa Seixas Osmar Bria

Rafael Angeli

Taís Ladeira de Medeiros

**Coordenador Executivo**

João Caldeira Brant Monteiro de Castro

**Relatora**

Maria Carolina Prado Lage **Assessora Administrativa** Thaísa Pires de Faria **Assessor Jurídico**

Victor Epitácio Cravo Teixeira **Equipe de monitoramento** Janira Trípodi Borja

GRUPO TÉCNICO DE CULTURA

**Coordenação** Antônio Marinho Áurea Carolina Juca Ferreira Kleber Lucas Kleber Mendonça Lucélia Santos Márcio Tavares

Margareth Menezes Manoel Rangel

**Integrantes** Alexander Patez Galvão Alexandre Santini

Carolina Abreu de Albuquerque Carolina Guimarães Starling de Souza Christiane Montes Ramírez

Débora Ivanov Deryk Vieira Santana Desirée Ramos Tozi

Eulícia Esteves da Silva Vieira Evelaine Brennand

Fabiano Piúba

Glênio Cerqueira de França Henilton Menezes

Jackson Raymundo Jéferson Assumção João Pontes

Joel Santana Juana Nunes

Leandro de Abreu Souza Jaccoud Lindivaldo Junior (Junior Afro) Luciana Palmeira da Silva Cardoso Marcela Chieregatti Machado Maria Marighella

Oscar Manoel da Costa Gonçalves Paulo Ricardo Zilio

Pedro Vasconcellos Rafael Barros Gomes Telma Saraiva dos Santos Thiago Rocha Leandro Tiago Cantalice

Tião Soares Úrsula Vidal Xauí Peixoto

Yuri Soares Franco

**Relator**

Marcos Alves de Souza

**Co-Relator** Leonardo Lessa **Colaboradores** Adriana Schmidt Dias

Alagba Mariwo Balbino Daniel de Paula- Omo Alessandra Ribeiro

Altaci Rubim Américo Córdula Ana Lúcia Pardo Anari Braz

Andrey Schlee Rosenthal Angela Gutierrez

Angelo Côrrea

Bernardo da Mata Machado Carla Dozzi

Carlúcio Baima CarolIna Ruas Cecilia Londres Célia Corsino Claudia Baeta Leal

Cláudia Márcia Ferreira

Danilo Moura Desirée Tozi Deyvesson Gusmão Eliana Bogéa

Fábio Henrique Lima De Almeida Fernanda Guedes

Fernanda Ferreira Camargo Gabriel Portela

Gislaine Valério Lima Guilherme Varella

Ile Agboula Inti Queiroz

Ivana Cavalcante

Iyá Egbe Vanda Machado

Joana Carmen do Nascimento Machado Joana Corrêa

Joana Munduruku João Roberto Peixe Junia Bessa

Jurema Machado Leandro Anton Leonardo Germani Lia Motta

Luis Vinicius Luisa Cela Luiz Freire Maíra Ribeiro

Maíra Torres Corrêa Manuela Carneiro Marcelo Bones

Marcelo Ricardo Ferreira Márcia Almeida

Márcia Arcuri Márcia Sant’Anna

Melian Vigano Gaspar Michelle Arroyo Natascha Penna Rejane Nóbrega Roberta Martins Rozane Dalsasso

Sandra Magalhães Correia Tainah Jorge

Tony Bezerra Vera Zaverucha Viviane Martins

**Assessor Administrativo** Edmilson Pereira **Assessoria Jurídica** Patrícia Souza

Clarice Calixto

**Equipe de monitoramento**

Gabriella Oliveira

**Grupo de Acompanhamento Parlamentar**

Deputada Benedita da Silva (PT) Deputada Jandira Feghali (PCdoB) Deputado Marcelo Calero (PSD) Deputado Túlio Gadelha (Rede)

GRUPO TÉCNICO

DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

**Coordenação Executiva** Pedro Francisco Uczai **Relatora**

Elisângela dos Santos Araújo

**Coordenação**

Célia Hissae Watanabe Elisângela dos Santos Araújo Givanilson Porfirio da Silva João Batista dos Santos

José Josivaldo Oliveira

Luiz Henrique Gomes de Moura Maria Josana de Lima Oliveira Miguel Soldatelli Rossetto Gomm Pedro Francisco Uczai

Robervone Severina de Melo Pereira do Nascimento

Vanderley Ziger **Parlamentares** Célio Alves de Moura

Elvino José Bohn Gass

Ubirajara do Pindaré Almeida Souza (Bira do Pindaré)

**Integrantes**

Alexandre Henrique Bezerra Pires André Luiz Bomfim Ferreira

Araê Claudinei Lombardi

Carlos Mário Guedes de Guedes Cássio Alves Pereira

Dione do Nascimento Torquato Elisabeth Maria Cardoso Ernesto Pereira Galindo Fernando do Amaral Pereira Franciléia Paula de Castro Humberto Thome Pereira Jéssica da Silva Brito

Leonardo Penafiel Pinho Lidiane Taverny Sales

Luís Henrique Silva de Sousa

Michela Katiuscia Calaça Alves dos Santos Saiane Moreira dos Santos

Samuel de Albuquerque Carvalho Sarah Luiza de Souza Moreira Sebastião Machado Oliveira

Silvio Isoppo Porto Valdir Mendes Barranco

**Colaboradores e colaboradoras**

Acácio Zuniga Leite Aline Oliveira da Silva Allan Razera

Alonso Batista dos Santos Ana Gabriela Moreira Pudenzi

Ana Maria dos Santos Guimarães

Analine Almeida Specht Arthur Reis Rimoldi Bárbara Loureiro Borges Caio França

Camila Guimarães Guedes Camila Batista Marins Carneiro

Cesar Fernando Schiavon Aldrighi Cláudia de Souza

Clenio Nailto Pillon

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio Daniel Turíbio Rech

Débora Nunes Lino da Silva Élcio de Souza Magalhães Ernesto Santana dos Reis Geovanni Medeiros Costa Gerson Teixeira

Gilson Alceu Bittencourt Hur Ben Correa da Silva Igor Teixeira

Isabelle Alline Lopes Picelli Ivi Aliana Carlos Dantas

Ivo Lourenço da Silva Oliveira Jeiéli Laís Borges dos Reis João Daldegan Sobrinho João Luiz Guadagnin

José Heder Benatti

Josilene Maria dos Santos Magalhães Julia Dalla Costa

Kelvin Nicolas Soares Barbosa Laura Lyrio Gonçalves

Leonardo Taveira Lemos de Oliveira Letícia Rangel Tura

Lidiane Carvalho Amorim de Sousa Dourado Loroana Coutinho de Santana

Ludmilla Luciano de Carvalho Luis Roberto Carrazza

Luis Rodrigues

Luísa Martins Fernandes Luiza Borges Dulci Maíra Lima Figueira

Manoel Vital de Carvalho Filho

Marcus Vinicius Boente do Nascimento Marenilson Batista da Silva

Milton Bernardes

Nilton Luís Godoy Tubino Patricia Ravallet

Paula Tereza de Souza e Silva Philipe Alves Rolemberg Caetano Quener Chaves dos Santos Rafael Dias

Raquel Gammardella Rizzi Regilane Fernandes da Silva Reginaldo Alves de Souza Renata Leite

Ricardo Brambila Bressan Rita Dicácia

Rogério Augusto Neuwald

Romário Farney Pinheiro de Oliveira Ronaldo de Lima Ramos

Sandro Pereira Silva Sany Mota Fontes Sávio Silveira Feitosa Selma Lúcia Lira Beltrão Sérgio Antônio Görgen Tarcila Martins Portugal Valter Bianchini

Vilênia Venâncio Porto Aguiar Waldyr Stumpf Junior

Zaré Augusto Brum Soares

**Assessor Administrativo**

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**Relatora**

Iracema Ferreira de Moura

**Assessor Jurídico**

Junior Divino Fideles

**Equipe de monitoramento**

GRUPO TÉCNICO

DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Coordenação**

Senador Camilo Sobreira de Santana Esther Bemerguy de Albuquerque Governador Helder Zahluth Barbalho Jonas Paulo de Oliveira Neres

Deputado Leandro Antônio Grass Peixoto Senador Otto Roberto Mendonça de Alencar Raimunda Nonata Monteiro

Senador Randolph Frederich Rodrigues Alves Tânia Bacelar de Araújo

**Integrantes Parlamentares** Deputado Denis Bezerra

Deputado Dionilso Mateus Marcon Deputado Gervásio Agripino Maia Deputado José Ricardo Wendling Deputado Júlio César de Carvalho Lima Deputada Marília Valença Rocha Arraes de Alencar

Deputado Milton Coelho da Silva Neto Deputado Newton Cardoso Júnior Deputado Paulo José Carlos Guedes Deputado Rafael Huete da Motta Senador Rogério Carvalho Santos **Colaboradores Permanentes**

Adão Francisco de Oliveira Adolfo da Costa Oliveira Neto Adriana Melo Alves

Carlos Jeha Kayath

Fernando de Aquino Fonseca Neto Inácio Cavalcante Melo Neto Inaldo Seixas Cruz

Irani Braga Ramos

José Ilário Gonçalves Marques Júlio Flávio Gameiro Miragaya Kátia Paulino dos Santos Leandro Freitas Couto Leonardo Leite de Souza

Luiz Euclides Barros Feio Maurílio de Abreu Monteiro Paulo Roberto Lamac Junior Raphael Sodré Cittadino Sérgio Cadó Prado

Vanessa Graziotin Viviane Moura Bezerra Leonardo Leite de Souza

**Colaboradores Eventuais** Adovaldo Dias de Medeiros Filho Adroaldo Quintela Santos Alexandre Resende Tofeti

Aline dos Santos Souza

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa Ana Luiza Pereira da Silva

Ana Maria Navaes da Silva Antônio Luitgards Moura Antonio Wilson Lelis Costa Aristides Monteiro Athadeu Ferreira da Silva Bruno Ferreira da Paixão Carlos Renato de Carvalho Cassi Ladi Reis Coutinho

Célio Fernando Bezerra Melo Dalgoberto Coelho de Araújo Eliane Libânio Brasil de Matos Geraldo Majella Bezerra Lopes Gisela Damm Forattini Glauber Piva Gonçalves Guilherme Venancio Santana Hildeberto Rodrigues da Silva Ilário Marques

Inocêncio Renato Gasparim Ivanildo Luciano da Luz

Jéssica Italoema da Silva Moura Joaquim Cartaxo Filho

Jorge Abrahão de Castro

José Aildo Sabino de Oliveira Junior José Alberto de Almeida

Jose Farias Gomes Filho

José Leonardo Costa Monteiro José Wilson Galdino

Juliana Veríssimo Pacheco Larissa Oliveira Constant Barros

Lautemyr Xavier Cavalcanti Canel Leonardo Chequer Leão de Mello Lidiane César Oliveira

Luiz Geraldo Sciam Bastos Marcos Garcia Pinto

Marcus Aurelius Aragão Veras Maria da Gloria Batista de Araujo

Maria Sílvia Rossi

Moema Pereira Rocha de Sá

Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho

Paulo Santos Pantoja Júnior Pedro Paulo Zahluth Bastos Plácido Cardoso de Melo Júnior

Raimundo Moreira de Almeida Neto Raquel Cristina Batista Vieira Pontes Rodolfo Araújo de Moraes Filho Sergio Caetano Leite

Ubajara Berocan Leite Tania Paula Santana

Teresa Maria Barbosa de Oliveira Thiago Lima Oliveira

**Relator**

Ricardo Karam

**Assessor Administrativo** Luciano Maduro Alves de Lima **Assessor Jurídico**

João Paulo de Faria Santos **Equipe de monitoramento** Roberto Pojo

GRUPO TÉCNICO

DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Coordenação**

André Quintão Silva

Isabela Giordano Gil Moreira Márcia Helena Carvalho Lopes Patrus Ananias

Simone Nassar Tebet Reinaldo Takarabe

Renato Sérgio Jamil Maluf

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

**Integrantes**

Adriana de Souza de Lima Adriana Veiga Aranha

Ana Lígia Gomes

Anna Karla da Silva Pereira Bruna Cristina Neves Carnelossi Carolina Gabas Stuchi

Clara Carolina de Sá Denise Rartmann Colin Edgilson Tavares de Araújo Edneusa Oliveira

Eliane Aquino Custódio Erick Brigante Del Porto Eutalia Barbosa Rodrigues Iêda Maria Nobre de Castro Janine Mello dos Santos José Crus

Jucimeri Isolda Silveira Kenia Figueiredo Laura Muller Machado

Leandro Teodoro Ferreira

Letícia Bartholo de Oliveira e Silva Lilian dos Santos Rahal

Lurian da Silva

Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata

Marcílio Marquesini Ferrari Marcos Aurélio Lopes Filho Margarete Cutrim Vieira Margareth Dalaruvera

Maria Aparecida Ramos de Meneses Maria Luíza Amaral Rizzotti

Maria Valdênia Santos de Souza

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha Paulo Januzzi

Paulo Rocha

Raul Ristow Krauser

Renato Francisco dos Santos Paula Rodrigo Morais Lima Delgado Rômulo Paes

Rosilene Rocha

Simone Aparecida Albuquerque Shirley Samico

Telma Maranhos Gomes Vinícius de Oliveira Botelho

**Grupo de Acompanhamento Parlamentar**

Ana Carolina Moura Melo Dartora Dulce Ferreira Pagani Miranda

Tereza Nelma da Silva Porto Viana Soares Washington Luiz Cardoso Siqueira **Relatora**

Camile Marques Sahb **Assessor Administrativo** Vitor Leal Santana **Assessor Jurídico**

João Paulo de Faria Santos **Equipe de monitoramento** Janira Borja

GRUPO TÉCNICO

DE DIREITOS HUMANOS

**Coordenação**

Eliane Aquino Custódio Emídio de Souza Janaina Oliveira

Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva Margarida Cristina de Quadros

Maria do Rosário Nunes Maria Vitória Benevides

Rubens Linhares Mendonça Lopes Sílvio Luiz de Almeida

**Subgrupo técnico de criança e adolescente**

Ariel de Castro Alves Isabella Henriques

Maria Luiza Moura Oliveira Wellington Pereira da Silva

**Coordenação Executiva** Maria do Rosário Nunes **Relator**

Emídio de Souza

**Integrantes**

Ana Cristhina de Oliveira Brasil Azilton Ferreira Viana

Bruno Renato Nascimento Teixeira Carlos David Carneiro Bichara Caroline Dias dos Reis

Denis Soares dos Santos Duda Salabert Rosa

Eric Sousa Moura

Érica Pimentel de Sant´Ana Dourado Gabriel dos Santos Rocha

Gil Ferreira da Silva Neto João Alves de Souza Júnior Juliet Neves Matos

Laíssa da Costa Ferreira

Luis Alberto Silva dos Santos Marcelo Uchoa

Mary Celia Vaz Cruz

Mauricio da Silva de Moraes Junior Miriam Garcez Marroni

Neusa Pivatto Nilmário de Miranda Paulo Illes

Reimont Luiz Otoni Santa Barbara Renato Simões

Rita Cristina de Oliveira Taliria Petrone Soares Tássia Rabelo de Pinho Tathiane Aquino de Araújo Vicente de Paula Faleiros Vinicius de Lara Ribas Rejane Ribeiro Dias

**Colaboradores Voluntários**

Alex Reinecke de Alvarenga Andrey Roosevelt Chagas Lemos Any Carmem de Ávila Moraes Augusto Oliveira Pereira

Bruno da Rosa Lumertz Bruno Monteiro

Carlos Cesar D´elia Danilo Silva

Denis Rodrigues da Silva Eduardo Martins Chíxaro Eli Maria Marques de Lara Flávio de Sousa Silva Gabriel Silva Ribeiro Hiago Olendes Guimaraes Ivanilda Figueiredo

Jackson Douglas Alves Feitosa Julia Marinho Rodrigues Juliana Leme Faleiros

Julio Pinheiro Cardia Laura Fernanda Zacher

Leopoldo Vieira Teixeira Luciana Trindade de Macedo Luiz Fernando Alves Botelho

Marcela Münch de Oliveira e Silva Marina Basso Lacerda

Maristella Victor de Matos Michelle Guimarães dos Santos Nadine Monteiro Borges

Priscila Pamela Cesário dos Santos Sandra Sato

Symmy Larrat Brilho de Carvalho Telia Negrão Tonhozi

**Assessor para Relatoria** Mauricio da Silva de Moraes Junior **Assessora para Coordenação** Tássia Rabelo de Pinho

**Assessor Jurídico**

Rodolfo

**Assessora Administrativa** Teresa Labrunie Calmon Soares **Assessor Jurídico**

Rodolfo de Carvalho Cabral **Equipe de monitoramento** Eugênio Andrade Vilela dos Santos Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

GRUPO TÉCNICO DE ECONOMIA

**Coordenação**

André Lara Resende Guilherme Santos Mello Nelson Henrique Barbosa Filho Pérsio Arida

**Relator**

Fábio Franco Barbosa Fernandes **Assessora Administrativa** Kathyana Dantas Machado Buonafina **Assessores Jurídicos**

Fernanda Santiago Gustavo Caldas

**Equipe de monitoramento**

Lucas Ramalho

GRUPO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO

**Coordenação Executiva** José Henrique Paim Fernandes Luiz Cláudio Costa

Maria Teresa Leitão de Melo

**Coordenação**

Alexandre Alves Schneider Alice Mazzuco Portugal

Ana Cristina de Lima Pimentel Antonio Cesar Russi Callegari

Antônio Idilvan de Lima Alencar Claudia Maria Costin

Cláudio Alex Jorge da Rocha Daniel Tojeira Cara

Danilo Jorge de Barros Cabral Fátima Cleide Rodrigues da Silva Getúlio Marques Ferreira

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho José Clodoveu de Arruda Coelho Neto Karin Adriane Hugo Lucas

Macaé Maria Evaristo dos Santos Maria Alice Setúbal

Maria Aparecida da Silva Bento Mônica Sapucaia Machado Paulo Gabriel Soledad Nacif Priscila Cruz

Reginaldo Veras Coelho Ricardo Marcelo Fonseca

Rosa Neide Sandes de Almeida Tabata Amaral

**Integrantes**

Alexandre André dos Santos Alexandre Martins Vidor

Ana Cristina Gonçalves de Abreu Souza Anita Gea Martinez Stefani

Carina Vitral Costa Carlos Augusto Abicalil Claudia Pereira Dutra Cleunice Matos Rehem Danilo de Melo Souza Diogo Jamra Tsukumo Gastão Dias Vieira Gregório Durlo Grisa Irineu Mario Colombo

Jaana Flávia Fernandes Nogueira João Bernardo Bringel

Jonas Dezidoro da Silva Filho Juliana Daudt Brizola

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa Madalena Guasco Peixoto

Maria Amélia Gomes de Souza Reis Maria Selma de Moraes Rocha Marta Wendel Abramo

Rita de Cássia de Freitas Coelho Rodrigo Connor Dindo

Walisson Maurício de Pinho Araújo Yann Evanovick Leitão Furtado Zara Figueiredo Tripodi

**Demais colaboradores** Aléssio Trindade de Barros Ana Estela Haddad

Ana Inoue

Ana Paula Pereira

Anna Helena Altenfelder Caetano Siqueira

Cleber Pacheco Cleuza Repulho

Daniel de Aquino Ximenes Denis Mizne

Eliezer Pacheco Gabriel Barreto Corrêa Haroldo Corrêa Rocha João Marcelo Borges José Francisco Soares Lara Simielli

Lucas Fernandes Hoogerbrugge Luis Fernando Masonetto Marcelo Bregagnoli

Mariza Abreu Natacha Costa

Olavo Nogueira Filho Paula Louzano Ricardo Henriques Rodrigo Luppi Ronaldo Mota Thiago Tobias Vanderson Berbat Vinicius Wu

Weber Sutti

**Relator**

Binho Marques

**Equipe de relatoria**

Anita Gea Martinez Stefani Jaana Flávia Fernandes Nogueira João Bernardo Bringel

Marta Wendel Abramo **Assessora Administrativa** Loyane de Sousa Tavares **Assessor Jurídico**

Rodolfo de Carvalho Cabral **Equipe de monitoramento** Lucas Ramalho Maciel

GRUPO TÉCNICO DE ESPORTE

**Coordenação** Aliel Machado Bark Ana Beatriz Moser

Edson Antônio da Silva (Edinho Silva) - Coordenador Executivo

Gislene Alves do Amaral José Luiz Ferrarezi

Leila Gomes de Barros Rego (Leila do Vôlei) Marcelo Medeiros Carvalho

*Maria Isabel Barroso Salgado Alencar (in memoriam)*

Marta de Souza Sobral Mizael Conrado de Oliveira Nádia Campeão

Raí Souza Vieira de Oliveira Verônica Silva Hipólito **Integrantes**

Emerson Márcio Vitalino

Fernando Marinho Mezzadri Flávio de Campos

Isadora Louzada Hugueney Lacava Delmont Shirley Torres de Araújo

**Relator**

Rogério da Veiga

**Colaboradoras e colaboradores voluntários**

Adilson Monteiro Alves

Ailton Fernando Santana de Oliveira Alícia Klein

ANATORG

Augusto César Leiro Rios Cássia Damiani

César Carrijo

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte FENAPAF

Fórum dos Secretários Estaduais de Esporte Gabinete do Deputado Aliel Back

Gabinete da Senadora Leila Barros Lino Castellani

Luiz Felipe Santoro Marcos de Souza e Silva

Observatório da Discriminação Racial no Futebol

Ricardo Leyser

Vicente Costa Pithon Barreto

**Assessor Administrativo**

José Armando Fraga Diniz Guerra

**Assessor Jurídico** Guilherme Benages Alcantara **Equipe de monitoramento**

Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

GRUPO TÉCNICO

DE IGUALDADE RACIAL

**Coordenação colegiada**

Douglas Belchior Givânia Maria da Silva Iêda Leal de Souza

Janice Ferreira da Silva (Preta Ferreira) Martvs das Chagas

Nilma Lino Gomes Thiago Tobias

Yuri Santos Jesus da Silva **Coordenadora executiva** Nilma Lino Gomes **Integrantes**

Daiana Santos

Dandara Tonantzin Silva Castro Eloi Ferreira de Araújo

Gabriela Cruz da Silva Lima Henrique Cardoso Oliveira Isabelle Aline Lopes Picelli Lívia Duarte Puty

Luis Gustavo Magnata Silva

Maria Inês da Silva Barbosa Matilde Ribeiro

Nestor José Maria Neto Maria Olivia Santana

Roberto Carlos da Silva Borges Tiago Cantalice da Silva Trindade Valneide Nascimento dos Santos Valéria de Oliveira

**Relator**

Artur Sinimbu Silva **Colaboradoras e colaboradores voluntários**

Altair Lira

Artur Antônio dos Santos Araujo Bárbara Oliveira Souza

Carmen Cira Lustosa da Costa Clara Marinho Pereira

Dalila Fernandes de Negreiros Daniella de Souza Vasconcelos Elton Bandeira

Eugênio Vilela

João Cláudio Pompeu José Pedro da Silva Neto Juliana Cézar Nunes

Laura Aparecida da Silva Santos Luana Lazzeri Arantes

Lucas de Lima Guimarães Magali Silva Santos Naves Marcos Willian Bezerra de Freitas Maria Isabel da Silva Sales

Mário Lisboa Theodoro Rafael Rocha Viana

Renísia Cristina Garcia Filice Ronaldo Crispim Sena Barros Roseli Oliveira e Silva

Rui Leandro da Silva Santos Sales Augusto dos Santos

Sheila Cristina Tolentino Barbosa Silvany Euclênio Silva

Tarcízio Roberto da Silva Tatiana Dias Silva **Assessor Administrativo**

Maria Aparecida Chagas Ferreira

**Assessor Jurídico**

Fernanda Cimbra Santiago **Equipe de monitoramento** Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

GRUPO TÉCNICO

DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

**Coordenador Executivo** Mauro Borges Lemos **Coordenação**

André Ceciliano André Passos Cordeiro

Domingos Leonelli Eduardo Serrano Fernando Pimentel Germano Rigotto Jackeline Rocha Jackson Schneider

José Cerqueira de Santana Neto José Henrique da Silva

Luciano Coutinho Marcelo Ramos Mariano Laplane Paulo Feldmann Paulo Okamoto Rafael Lucchesi

Sidney Ricardo de Oliveira Leite Tatiana Conceição Valente Uallace Moreira Lima

Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos

**Integrantes**

Denis Scaramussa Pereira Felipe Augusto Machado

Fernando Lourenço Nunes Neto João Alberto de Negri Margarete Maria Gandini

Rafael de Sá Marques Samy Kopit Moscovitch **Voluntários**

Gustavo Antônio Galvão dos Santos Pedro Garrido da Costa Lima **Relatora**

Carolina Martins de Aragão **Assessora Administrativa** Viviane Aparecida da Silva Varga **Assessor Jurídico**

Gustavo Caldas

**Equipe de monitoramento**

Lucas Ramalho

GRUPO TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA

**Coordenação Executiva**

Miriam Belchior

Maurício Muniz Barreto de Carvalho

**Coordenação**

Alexandre Silveira de Oliveira Fernandha Batista da Silva Gabriel Muricca Galípolo José Geraldo Torres da Silva

Marcus Benício Foltz Cavalcanti Maria do Carmo Rebouças da Cruz Maurício Muniz Barreto de Carvalho Miriam Belchior

Paulo Roberto Severo Pimenta Vinícius Marques de Carvalho **Integrantes**

Acir Marcos Gugarcz

Alexandre Cesar Discioli André Almeida Morais Andréa Vieira Andreis Arilson Maroldi Chiorato

Carlos Antônio Rocha de Barros Edilázio Gomes da Silva Júnior Eduardo Dutra Brandão Cavalcante Fábio Vasconcellos

Francisco Martins Henrique Fontana Júnior

Hermes Lomanto Vaz Sampaio Hideraldo Luiz Caron

João Paulo Bittar Hamú Nogueira José Augusto da Fonseca Valente José Benito Priante Júnior

Mauro Santos Silva Ogarito Borgias Linhares Roberto Nami Garibe Filho

Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior

**Relatora**

Miriam Belchior

**Assessor Administrativo** André Luiz Lara Resende Saraiva **Assessor Jurídico**

André Luís Macagnan Freire **Equipe de monitoramento** Roberto Seara Machado Pojo Rego

GRUPO TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

**Coordenação**

Andrei Augusto Passos Rodrigues

**Integrantes**

Andrei Augusto Passos Rodrigues Antonio Felipe de Almeida Gonçalves Clesio Leão de Carvalho

Vladimir de Paula Brito

Oficial de Inteligência Matrícula 909092 Oficial de Inteligência Matrícula 909107 Oficial de Inteligência Matrícula 910152 **Equipe de monitoramento**

Janira Trípodi Borja

Grupo Técnico de Justiça e Segurança Pública

**Coordenação-Executiva** Flávio Dino de Castro e Costa **Relator-Geral**

Marivaldo de Castro Pereira

**Relatorias**

Andrei Augusto Passos Rodrigues Camila Caldeira Nunes Dias Caroline Proner

Cristiano Zanin Martins Gabriel de Carvalho Sampaio Jacqueline Sinhoretto

Márcio Fernando Elias Rosa Marco Aurélio de Carvalho Marivaldo de Castro Pereira

Marta Rodriguez de Assis Machado Luiz Paulo Teixeira Ferreira Pierpaolo Cruz Bottini

Sheila Santana de Carvalho Tamires Gomes Sampaio Wadih Nemer Damous Filho **Parlamentares**

Senador Fabiano Contarato Senador Omar Aziz Deputada Adriana Accorsi Deputado Fábio Trad

Deputado Jones Barbosa de Moura Deputado Tadeu Alencar Deputado Valtenir Pereira **Integrantes**

Abdael Ambruster Alberto Cantalice

Benedito Domingos Mariano Bruna Roberta Wessner Longen Daniel Henrique Costa de Barros Elizeu Soares Lopes

Estela Aranha Fabricio Silva Rosa

Flavio Emiliano Moreira Damião Soares Isabel Seixas de Figueiredo

Jaqueline de Oliveira Muniz João Octacilio Silva Neto Lênio Luiz Streck

Luciano Antonio da Silva Paris Borges Barbosa Patricia Nunes

Pedro Paulo Chaves Mattos Reinaldo Monteiro da Silva Renato Oliveira Ramos

Roberto Uchôa de Oliveira Santos Rodrigo Farias

Ronaldo Teixeira da Silva Silvia Alyne Soares de Sousa Silvio Serrano Nunes

**Consultores, colaboradores voluntários e autores de propostas**

Ademir Dias Cardoso Junior

Adriana Cristina Duarte de Vasconcelos Alberto Kopittke

Alberto Toron Alessandra Teixeira Amanda Pimentel

Ana Helena de Oliveira Pessoa Ana Luiza Villela de Viana Bandeira Ana Valeska Duarte

André Giamberardino

Antônio Carlos de A. Castro (Kakay) Antonio Felipe de Almeida Gonçalves Antonio Henrique Campello

Arnobio Rocha Arthur Prado

Bárbara Diniz Caldeira Bárbara Suelen Coloniese Bheron Rocha

Bruno Langeani Bruno Rotta Almeida

Bruno Salles Pereira Ribeiro

Caio Henrique de Mendonça Incrocci Carolina Ricardo

Cláudio Pereira de Souza Neto Clesio Leão de Carvalho Christiane Russomano Freire Conrado Gontijo

Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos do Ceará (CEDDH)

Cristiano Maronna Daniel Hirata Daniel Josef Lerner Daniela Teixeira

Danilo Santa Cruz Coelho Dayo de Araújo Silva Côrbo Diego Barbosa da Silva Djeff Amadeus

Dora Cavalcanti Dudu Ribeiro

Eliakin Tatsuo Yokosawa Santos Eric Souza Moura

Érica Meireles

Fernando Hideo I. Lacerda Fabrício Silva Brito

Filipe Lopes

Gabrielle Nascimento Gilson Chagas

Giovanna Paliarin Castellucci Gisela Simona Viana de Souza Gleidy Braga Ribeiro

Graziela Rocha

Gregório Antonio F. de Andrade Helder Ferreira

Helena de Rezende Helena Rodrigues Humberto Freire de Barros Ingrid Farias

Izadora Gama Brito Joana Monteiro João Marcos Buch

João Vitor Rodrigues Loureiro Joel Luiz Costa

José Maria Vieira Junior José Vitor Pereira Neto Julia Maia Goldani Juliana Pereira

Karine Vargas

Laboratório de Gestão de Políticas Penais do Depto de Gestão de Políticas Públicas da UnB (LabGEPEN)

Laila Ferreira Hossain Leo Pinho

Leon de Souza Lobo Garcia Leonardo Augusto Silva Fontes Leonardo Racy

Lorena Tamanini Rocha Tavares Luciana do Amaral Alonso Martins Luisa Ferreira

Luiz Augusto Pessoa Nogueira Luiz Eduardo Navajas Telles Pereira Luiz Flávio Franco Silva

Luiz Roberto Ungaretti de Godoy Luzia Paula Moraes Cantal Manuela da Silva Amorim Marcela Cardoso

Marcelo Feller Marcelo Gomes Sodré Marcelo Turbay Márcio Moreno Marcos Rolim

Marcus Edson de Lima Margarete Pedroso Maria Carolina Schlittler

Mariangela Sarrubbo Fragata Marília Fernandes R. de Macedo Marina Dias

Marina Lacerda e Silva Marlene Inês da Rosa Matheus de Barros Mauricio Fiore

Mayara de Souza Gomes

Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT

Michele dos Ramos Miriam Balestro

Núcleo de Apoio à Política Pública da Fundação Perseu Abramo (NAPP)

Nara de Araújo Nathália Oliveira Nuredin Allan

Orlando Batista da Silva Neto Pastoral Carcerária Nacional Patrícia Gabia

Patrick Mariano Pedro Martínez

Priscila Pamela C. dos Santos Priscilla Rocha

Rafael Schincariol Renata Deiró

Renato Afonso Gonçalves Renato Campos de Vitto Renato Sérgio de Lima Ricardo Morishita

Rinaldo de Souza Ritienne Karina Soglio Rivana Ricarte Roberta Fernandes

Roselle Adriane Soglio Rubens Casara Santiago Tobón

Sidnelly Aparecida de Almeida Silvia Amélia Fonseca De Oliveira Silvia Virginia Silva de Souza Sofia Bordin Rolim

Spencer Chainey Tiago de Lima Almeida Valdecy Urquiza Júnior Vanessa Menegueti

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira Vera Lucia Araújo

Victor Lugan Rizzon Chen Walkiria Zambrzycki Dutra Walter José Faiad de Moura **Assessores Administrativos** Fabiane Azevedo Guimarães Ricardo Lins Horta

**Assessora Jurídica**

Carolina Yumi de Souza **Equipe de monitoramento** Janira Trípodi Borja

GRUPO TÉCNICO DE JUVENTUDE

**Coordenadora**

Nádia Beatriz Martins Garcia

**Relator**

Jiberlandio Miranda Santana

**Integrantes**

Bruna Chaves Brelaz Bruna Paola Castro Lima Camila Bazachi Jara

Flávio Eduardo da Silva Assis Gabriel Medeiros de Miranda Gustavo Henrique Lobo da Gama Helena Wendel Abramo

Jessy Dayane Silva Santos Kelly dos Santos Araújo Luiza Foltran Aquino Marcus Vinícius Barão Rocha

Miguel Ângelo Monteiro Andrade Neilson Amaral Marques

Nilson Florentino Júnior Sabrina Oliveira Santos Tiago Augusto Morbach **Colaboradores**

Alberto Albino dos Santos Aline Passos de Oliveira Ana Jade Beatriz Martins Ana Júlia Pires Ribeiro

André Luiz da Silva Sobrinho Beatriz Calheiro

Daniel Augusto Araújo Gonçalves Holanda Daniel Pontes

Daniella Monteiro da Silva Diogo Magno Rocha Santana Eliane Ribeiro Andrade Fabrícia Goetsch Barbosa Gabriel Medina

Giovana Mondardo Giovani Culau Guilherme Bianco Henrique Sabino

Jailma Lopes Dutra Serafim Jefferson Ferreira Lima

João Filipe Santos da Silva Xavier Júlio Brizzi Neto

Laura Soares Sito Silveira Lucas Ferreira do Nascimento Lucas Pretti Cypreste Lucileine da Silva Souza

Marcone Ribeiro do Nascimento Filho Mayara Oliveira torres da Silva

Mayara Raquel Alves Fernandes Mônica Bufon Augusto

Murilo Parrino Amatneeks Murilo Pina Bluma

Nádia Beatriz Martins Garcia Pereira Ninã Victor Ferreira Cardoso

Pablo Junio Alves Vitalino

Paulo Ovídio Andrade De Melo Júnior Pedro Vellinho Corso Duval

Regina Célia Reyes Novaes Renan Lira Matos Cadais Rennan Leta da Silva Pereira Robson Araújo Batista Rodrigo Poletto

Rogean Vinicius Santos Soares Ronald Luiz dos Santos Samuel Staczewski

Severine Carmem Macedo Tatiana de Jesus Pereira Ferreira Verônica Michelle Gonçalves Victor Ricciardi Rocha

Yann Evanovick

**Assessor Administrativo** Fábio Kobol Fornazari **Assessor Jurídico** Rodolfo Cabral

**Equipe de monitoramento**

Gabriella Oliveira

GRUPO TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE

**Coordenação**

Jorge Ney Viana Macedo Neves

**Integrantes**

Alessandro Lucciola Molon Alexandre Araújo Costa Alexandre Silva Saraiva

Ana Paula Leite Prates Arnaldo Jordy FIgueiredo Bruno Pagnoccheschi Carlos Alberto Araújo Netto Carlos Minc Baumfeld

Célio Studart Barbosa

Clarissa Costalonga e Gandour Cricielle Aguiar Muniz

Edel Nazaré Santiago de Moraes Fernando Antônio Lyrio Silva Francisco Gaetani

Gabriel Henrique Lui Gilberto Câmara

Humberto Luciano Schloegl Isabela Rahal Rodas Messias Izabella Mônica Vieira Teixeira Jair Schmitt

João Carlos Paolilo Bacelar Filho João Paulo Capobianco

Jorge Gomes de Oliveira Brand José Carlos Lima da Costa Marcos Paulo Barbosa Tavares

Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima Marilene Corrêa da Silva Freitas

Marcus Vinicius da Silva Alves Mauro Oliveira Pires

Naiara Raiol Torres Nilto Ignácio Tatto

Paulo Emílio Dantas Nazaré Raul Silva Telles do Valle Renata Soares Piazzon Roberto Cabral Borges

Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça Silvana Vitorassi

Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo Tânia Maria de Souza

Tasso Rezende de Azevedo Vanessa Negrini

Wellington Lourenço de Almeida

**Relator**

Pedro Ivo de Souza Batista

**Assessor Administrativo**

Henrique de Vilhena Portella Dolabella

**Assessora Jurídica**

Mariana Barbosa Cirne **Equipe de monitoramento** Lucas Ramalho Maciel

GRUPO TÉCNICO

DE MINAS E ENERGIA

**Coordenação Executiva** Maurício Tolmasquim **Relatores**

Rodrigo Leão (Relator Geral) Giles Azevedo (Relator de Minas)

Jean Paul Prates (Relator de Petróleo, Gás e Biocombustíveis)

Nelson Hubner (Relator de Energia Elétrica)

**Integrantes** Anderson Adauto Cristian Raul Juchum Deyvid Bacelar

Delvechio de Sousa Pereira Fernando Ferro

Guto Quintela Ícaro Chaves Isabela Martins Luciano Boico

Magda Chambriard Robson Sebastião Fórmica Sinésio Campos

Telton Correia William Nozaki **Colaboradores** Adhemar Palocci

Aurélio Pavão de Farias Carlos Zarattini Denilvo de Morais João Ramis

José Sergio Gabrielli de Azevedo José Maria Rangel

Luis Fernando Paroli Santos Odair Cunha

Wagner Cabral

Danilo Ferreira da Silva Edna Martins

**Assessor Administrativo**

Carlos Hoffman

**Assessor Jurídico**

André Luis Macagnan Freire **Equipe de monitoramento** Roberto Pojo

GRUPO TÉCNICO DE MULHERES

**Coordenação** Aava Santiago Anielle Franco Anne Moura

Aparecida Gonçalves

Daniela Mote de Souza Carneiro Eleonora Menicucci de Oliveira Erika Kokay

Lídice da Mata

Maria Helena Guarezi Roberta Eugênio Roseli Faria

Sandrali de Campos Bueno Vilma Reis

**Integrantes**

Ana Paula Siqueira

Analine Almeida Specht

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha Camila Fidelis Maia

Camila Rocha Firmino

Cristiana Santos de Araújo Almeida Déborah Amorim de Souza Carvalhido Edneide Arruda Pereira

Elaine de Melo Xavier Gabriela Oliveira de Andrade Irina Abigail Teixeira Storni

Loreny Mayara Caetano Roberto Marcelle Decothe da Silva

Maria José Morais Costa Miguelina Vechio Misiara Cristina Oliveira Niege Pavani Rodrigues

Olgamir Amancia Ferreira Renata Leite

Vera Lucia Lemos Soares Vivian Oliveira Mendes **Relatora**

Ana Clara Ferrari Nascimento

**Voluntárias**

Clara Carolina de Sá

Giovanna Pinto Lemos da Silva Iriny Lopes

Janaína Oliveira Luana Pinheiro Ludmilla Lima Barreto

Maria do Carmo Godinho **Assessora Administrativa** Eliana Graça

**Assessora Jurídica**: Fernanda Cimbra Santiago **Equipe de monitoramento**

Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves

GRUPO TÉCNICO DA PESCA

**Coordenação**

Altemir Gregolin

Antônia do Socorro Pena da Gama Carlos Alberto da Silva Leão

Carlos Alberto Pinto dos Santos Cristiano Wellington Noberto Ramalho Ederson Pinto da Silva

Flávia Lucena Frédou

João Felipe Nogueira Matias

**Integrantes**

Adayse Bossolani

Agnaldo Hilton dos Santos Carlos Cesar de Mello Junior Carolina Doria

Danielle de Bem Luiz Dauro Leme do Prado Edvando Soares de Araujo

Enox de Paiva Maia Fábio Bernardino

Flávio Diniz Gaspar Lontro Francisco Medeiros Josana Pinto da Costa José Airton Félix Cirilo Luís Gustavo Cardoso Maria José Pacheco

Mario Luis Gomes Soares Marizélia Carlos Lopes Marly Lucia da Silva Ferreira Nilmar Silva da Conceição Nilton Rodrigues

Regis Portari

**Relator**

João Felipe Nogueira Matias

**Voluntárias**

Antônio José Mota Bentes

Antonio Marco de Jesus dos Santos Apoliano Oliveira do Nascimento Beatrice Padovani

Catia Antonia da Silva Clarindo Pereira dos Santos Cleberson Carneiro Zavaski Cleusa dos Remédios Rocha Dioniso de Souza Sampaio Felipe Weber

Gustavo Goulart Moreira Moura Josafa Maciel

José Carlos Tavares Silva José Edinaldo Rocha da Silva Kena Azevedo Chaves

Lúcio Ângelo

Marcus Vinicius Boente do Nascimento Natália Tavares de Azevedo

Paulo Travassos

Rafael Paiva de Oliveira Diaz Sérgio Winckler da Costa Samela Cristina da Silva Bonfim Tatiana Walter

**Assessor Administrativo** Rafael Martins Dias **Assessora Jurídica** Mariana Cirne

**Equipe de monitoramento**

Lucas Maciel

GRUPO TÉCNICO

DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

**Coordenação**

Antônio Correia de Lacerda Élvio Lima Gaspar

Esther Dweck Enio Verri

Márcio Gimene Márcio Pochmann **Relator**

Rodrigo Alves Teixeira

**Parlamentares**

Carlos Mauro Benevides Filho Israel Matos Batista

Pedro Paulo Carvalho Teixeira Renildo Vasconcelos Calheiros **Integrantes**

Adauto Modesto Junior Alexandre Ribeiro Motta Barbara Marina de Oliveira Camila Porto Fasolo

Carlos Kléber de Souza Chaves Celina Pereira

Cilair Rodrigues de Abreu Ciro Avelino

Clara Maria Guimarães Marinho Pereira Cláudio Alberto Castelo Branco Puty Cristina Kiomi Mori

Eduardo Rodrigues da Silva Edy Cesar dos Passos Junior Elvio Lima Gaspar

Emílio Chernavsky Felipe Drumond Francisco Gaetani Helena Wajnman Lima José Luiz Oreiro Juliane Espírito Santo

Juliano Pimentel Duarte Leandro Couto

Luanna Sant’Anna Roncaratti Lúcio Fábio Araújo Guerra Manuel Bonduki

Marcela Coelho Monteiro Marilene Ferrari Lucas Alves Filha Míriam Barbuda Fernandes Chaves Paulo Marques

Pedro Helena Pontual Machado Rodrigo Ortiz D’Avila Assumpção Virgínia Bracarense

**Assessora Administrativa**

Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos

**Assessora Jurídica**

Patrícia Lima Sousa

**Equipe de monitoramento**

Roberto Seara Machado Pojo Rego

GRUPO TÉCNICO

DE POVOS INDÍGENAS

**Coordenação**

Ailson dos Santos

Antônio Fernandes de Jesus Vieira Benki Piyãko

Célia Nunes Corrêa

Davi Kopenawa Yanomami Eunice Antunes

João Pedro Gonçalves da Costa Joenia Batista de Carvalho Juliana Cardoso

Kleber Luiz Santos dos Santos - Coordenador Executivo

Luiz Henrique Eloy Amado Márcio Augusto Freitas de Meira Marivelton Rodrigues Barroso Ricardo Weibe Nascimento Costa Sônia Bone de Souza Silva Santos Tapi Yawalapiti

**Integrantes**

Adriana Soares Carvalho

Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Braulina Aurora

Clovis Moreira Saldanha Cristiano Marioto

Dionedison Demecio Cândido Elaine Jacome dos Santos Labes Eliésio da Silva Vargas Marubo Eriverto Vargas (Beto Marubo) Hone Riquison Pereira Sobrinho Jerry Adriane Santos de Jesus Juliana Tupinambá

Leonardo Lenin Covezzi do Val dos Santos Luzia Silva Matos

Marcos dos Santos Marcos Vesolosquzki Maria Augusta Assirati Naldo Tembé

Paulino Montejo Silvestre Quenes Silva Gonzaga Raimundo Nonato Pereira Silva Tani Rose Ribeiro

Tereza Arapium Ubirajara Sompré **Relatora**

Lucia Alberta Andrade de Oliveira

**Colaboradores**

Adriana Fernandes Carajás Ana Paula Sabino

Andrea Bavaresco Andrea Bitencourt Prado Arthur Nobre Mendes Felipe Labruna Fernando Viana

Flávio Leão Bastos

Frederico Augusto Barbosa da Silva Isabella Cristina Lunelli

Janete Carvalho Leila Saraiva Leonardo Otero Lohana Chaves Lucas Cravo

Luciene Gallo Guarani Kaiowá Maira Smith

Marcela Menezes Marta Azevedo Maurício Serpa Terena Miranda Zoppi

Mônica Machado Carneiro Nathali Germano

Pedro Duarte Ricardo Verdum Roberta Amanajás Sara Gaia

Vera Oliveira

**Assessora Administrativa** Luana Machado de Almeida **Assessores Jurídicos** Carlos Gondim

Junior Fideles

**Equipe de monitoramento**

Gabriella Oliveira

GRUPO TÉCNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Coordenação**

Eduardo Fagnani – coordenador Alessandro Antônio Stefanutto Fabiano Silva dos Santos

Jane Lucia Wilhelm Berwanger José Barroso Pimentel

Luiz Antônio Adriano da Silva

**Integrantes**

Alberto Carlos Freitas Alegre Deomar Adriano Gmach

Deputada Federal (eleita) Maria Arraes Deputado Federal Ricardo Silva Evandro José Morello

Filipe Nogueira da Gama Francisco José Freire Ribeiro Gustavo Beirão Araujo

José Ricardo Pontes Borges Leandro Brito Lemos

Luiz Antônio Adriano da Silva Paulo Vitor Nazario Sermann Pedro Luis Totti

Renata Gomes Alcoforado Ricardo Pena Pinheiro

Sérgio Augusto da Rosa Montardo Sérgio Roberto Hall Brum de Barros Tiago Adami Siqueira

Tonia Andrea Inocentini Galleti

**Relatora**

Jane Lucia Wilhelm Berwanger **Assessora Administrativa** Natália Ferreira Weber

**Assessora Jurídica**

Aline Veloso dos Passos **Equipe de monitoramento** Gabriella Oliveira

GRUPO TÉCNICO DE RELAÇÕES EXTERIORES

**Coordenação** Aloysio Nunes Ferreira Audo Faleiro

Celso Amorim Cristovam Buarque Mônica Valente Pedro Abramovay Romênio Pereira **Integrantes** Adriana Abdenur Alessandra Nilo Ana Lobato Arlindo Chinaglia Fátima Mello

Karine de Souza Silva Maria Elisa Teófilo de Luna

Maria Regina Soares de Lima Maria Silvia Portela de Castro Michel Szurkalo

Pedro Silva Barros Saulo Kalunga Silvio Albuquerque **Apoio Técnico**

Antonio Cottas de Jesus Freitas Bruno Henrique Neves Silva Bruno Santos de Oliveira

Ciro Eduardo Ferreira Fabiana Radtke Schwarz Frederico Assis

Juliana Cardoso Benedetti Juliana de Moura Gomes Livia Oliveira Sobota

Marcelo Almeida Cunha Costa Marcelo Costa

Marcelo Zero

Pedro Marcos de Castro Saldanha Rafaela Rodrigues

Roberta Maria Lima Ferreira Victoria Balthar de Souza Santos **Relator**

Audo Faleiro

**Assessor Administrativo**

Frederico de Morais Andrade Coutinho

**Assessora Jurídica**

Isabela Marques Seixas **Equipe de monitoramento** Janira Borja

GRUPO TÉCNICO DE SAÚDE

**Coordenaç**ão Arthur Chioro **Integrantes**

Alexandre Rocha Santos Padilha Ana Paula de Souza Lima Arthur Chioro

Bruno Souza Farias

Daniel Ricardo Soranz Pinto Dimas de Paiva Gadelha Júnior Fernando Zasso Pigatto Francisco José D’Angelo Pinto Humberto Sérgio Costa Lima Ismael Alexandrino Junior Jorge Jose Santos Pereira Solla José Eduardo Pereira da Costa José Gomes Temporão

Lúcia Regina Florentino Souto Luciano Ducci

Ludhmila Abrahão Hajjar Maria do Socorro de Souza Miguel Srougi

Nísia Verônica Trindade Lima Regina Fatima Feio Barroso Roberto Kalil Filho

Weliton Fernandes Prado

**Relator**

José Gomes Temporão Adriano Massuda (co-relator) **Equipe de apoio**

Adriano Massuda

Alethele de Oliveira Santos Allan Nuno Alves de Sousa Alzira Jorge

Ana Estela Haddad Ana Lucia Pontes

Ana Paula Menezes Soter Andrea Ventura

Angelita da Rosa Antonio Alves de Sousa Carla Domingues Eduardo Jorge

Elaine Giannotti

Eliane Aparecida da Cruz Fausto Pereira dos Santos Fabiana Damasip

Felipe Proenço

Florentino Junio Araujo Leonidas Giliate Cardoso Coelho Neto Hêider Aurélio Pinto

Helaine Carneiro Capucho Heloísa Guzzi

Hermano Albuquerque de Castro Ilano Barreto

Jean Uema

Janaina Pontes Karen Costa Ivo Bucareski

Lenildo Dias de Morais Liliane Penello

Lumena Almeida Castro Furtado Márcia Aparecida do Amaral Marcia Castro

Maria Abritta Mozart Salles

Nésio Fernandes de Medeiros Junior Patrícia Jaime

Paulo Bonilha

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira Pedro Ivo Sebba Ramalho Rafaela Pacheco

Roberta Barreto

Wanderson Kleber de Oliveira Silvana Souza da Silva Pereira Thiago Lopes Cardoso Campos Vinícius Ximenes

**Assessor Administrativo**

Leandro Safatle **Assessora Jurídica** Aline Veloso

**Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO

**Coordenação**

Adilson Araújo

André Bojikian Calixtre Clemente Ganz Lúcio Fausto Augusto Júnior Laís Wendel Abramo Miguel Eduardo Torres Patrícia Vieira Trópia Ricardo Patah

Sandra Márcia Chagas Brandão Sérgio Aparecido Nobre **Integrantes**

Afonso Antunes da Motta Alessandra Silva Gadelha

Antonio Fernandes dos Santos Neto Daniel da Silva Bento Teixeira

Daniel Gomes de Almeida Davi Zaia

Davidson de Magalhães Santos Edson Carneiro Da Silva

Eneida Vinhaes Bello Dultra José Gozze

José Ribeiro

Marcelo de Oliveira Panella Marilane Oliveira Teixeira

Manoel Messias Nascimento Melo

Moacyr Roberto Tesch Auersvald Nilza Pereira De Almeida

Rogério Correia de Moura Baptista Tatiana Dias Silva

Vicente Paulo da Silva

**Relator**

Sandra Márcia Chagas Brandão

**Equipe Consultiva** Adriana Barbosa Adriana Marcolino

Alessandro Rodrigues da Silva Álvaro Egea

Ana Carolina Moura Ana Flávia Marx Ana Nice Martins

Antônio Almerico Biondi Lima Antônio Lisboa

Antônio Megale

Artur Henrique da Silva Santos Bia Gasud

Beatriz Pereira dos Santos Bruna Matos de Carvalho Caio Magri

Carlos Fábio Carolina Tokarski Cesar Mello Claudia Patah Clovis Scherer

Creuza Maria Oliveira Darlene Testa

Denize Campello Eduardo Maia

Eduardo Martinho Rodrigues Elaine Neves

Fabio Tibiriçá Bom Fernanda Giorgi

Fernando Augusto Moreira Lopes Fernando Caldas Giorgi

Francisco Canindé Pegado Gabriel Monteiro

Gilberto Alvarez Giusepone Júnior Giselle dos Anjos

Helena Abramo João Cayres José Dari Krein

José Eymard Loguércio Juliana Benedetti

Léa Marques

Leonardo Penafiel Pinho Lidiane Araújo

Luana Pinheiro Luciana Barretto

Luciano de Oliveira Toledo Luiza Batista Pereira Madalena Margarida da Silva Magda Barros Biavaschi

Magnus Henrique de Medeiros Farkatt

Marcelo Prado Ferrari Manzano Marcelo Weishaupt Proni Marcos Perioto

Maria Maeno Mario Rogério Matilde Ribeiro

Mércia Consolação Silva Nasser Ahmad Allan Neide Aparecida Neuriberg Dias

Nilton Vasconcelos Patricia Toledo Pelatieri Paula Montagner Paulo Oliveira

Ramiro Castro Rita Pinheiro Rodolfo Vilela Sandro Lunard

Sandro Pereira Silva Silvana Abramo M. Ariano Silvia Portela

Solange Sanches do Prado Tasciano Solari

Vitor Araújo Filgueiras **Assessor Administrativo** Alessandro Ferreira dos Passos **Assessor Jurídico**

Mônica de Oliveira Casartelli **Equipe de monitoramento** Lucas Ramalho Maciel

GRUPO TÉCNICO

DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE

E CONTROLE

**Coordenação**

Ailton Cardozo da Silva Júnior Antônia Eliana Pinto

Claudia Aparecida de Souza Trindade Cléucio Santos Nunes

Eugênio José Guilherme de Aragão

Jorge Rodrigo Messias (Coordenador Executivo) Juliano José Breda

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho Luiz Carlos da Rocha

Manoel Caetano Ferreira Filho

Mauro de Azevedo Menezes (Relator) Paulo Henrique Saraiva Câmara

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira.

**Integrantes**

Alencar Santana Braga

Bernardo Antonio Machado Mota Bruno Espiñeira Lemos

Carlos Camilo Góes Capiberibe

Diogo Luiz da Silva Elvira Mariane Schulz Flávio Rezende Dematté

Henrique Balduíno Machado Moreira Lais de Figueiredo Lopes

Luciana Hoff

Marcio Camargo Cunha Filho Raphael Sodré Cittadino

Rui Magalhães Piscitelli

Sebastião Helvecio Ramos de Castro. **Colaboradores eventuais** Leopoldo Vieira Teixeira

Ivan Tuyosii Mori Kakimoto

**Relator**

Mauro de Azevedo Menezes **Assessor Administrativo** Diogo Luiz da Silva **Assessores Jurídicos**

Francisco Alexandre Colares Melo Carlos Mariana Barbosa Cirne

**Equipe de monitoramento**

Janira Trípodi Borja

GRUPO TÉCNICO DE TURISMO

Coordenação

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho Marcelo Ribeiro Freixo **Integrantes**

Arialdo de Mello Pinho Carina Thomaz Camara

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho Marcelo Ribeiro Freixo

Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy Orsine Oliveira Junior

Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto

**Parlamentares**

André Carlos Alves de Paula Filho Felipe Augusto Lyra Carreras

Luis Henrique de Oliveira Resende Wolney Queiroz Maciel

José Carlos Becker de Oliveira e Silva

**Frente Ampla**

Alexandre Pereira Silva Paulo Roberto Lamac Junior Toni Sando de Oliveira Vicente José de Lima Neto **Relator**

Jaqueline Gil

**Assessor Administrativo** Eva Patrícia Alvares Lopes **Assessor Jurídico**

André Dantas

**Equipe de monitoramento**

Roberto Pojo

SERVIDORES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Alessandra Pinto de Andrade Alexandre Silva Almeida Aline Aparecida P. Silva Andréia da Silva de Almeida

Antonio Jose de Sena Bomfim Bruna Renata Cavalcante de Barros Brunna Bonino Barbosa Nunes Cleidson Antônio Pacheco Silva Clovis Doberstein de Magalhães Débora Ribeiro Mendes Teixeira Denise Aparecida Xavier Dos Santos Donato Pereira Das Virges

Edilene Gomes da Rocha Elaine Monteiro Alvarez

Eliane de Fátima Lisboa Martins Elmo Jose de Alburquerque Fabiana Conceicao Bezerra Silva Fernanda Gomes Carneiro Fernando Pereira Faria

Gabriella Nascimento Santos Georgia Evelin Sales

Gianne Amorim Pereira Portugal Glayce Maria Fernandes Paiva Guilherme de Souza Rocha Hernando Soares Araujo

Laís Regina Ghelere Martins Fortes Lilian Teles Ferreira

Lívia Maria Pontes Vieira Loli Lizana Maria Strazer Lima Lucimar Maria da Silva Marcelina da Silva Rezende Marcio Greick Borges da Silva Marco Mendonça Becker Maria Feitosa de Meneses

Mariana Prado Franceschi de Andrade Marlene Antonelli

Rebeca Pires de Miranda Araujo Rejane Bião Ramalho

Renata Souza Santos Rosângela Patrício da Silva Sebastião Carlos de Souza Lima Sheila Maria Soares Fernandes Simone Nascimento

Tarcísio Lucas Soares Paiva Tatiana Torres Mello

Victor Wakim Baptista Viviane Madureira Serra Wellington Costa Teixeira

EQUIPE DE APOIO

**Recepcionistas** Cladys Pereira Gomes Esvanilda Martins Costa

Geralice Guedes de Souza Guiomara dos Santos Vieira Jonatha Nunes Laurindo Marilene da Silva Sousa

Rejane Moreira da Silva Xavier Endrgio Renata Lopes de Oliveira

**Garçons**

Ana Cassia Borges da Silva Antonio José Santos Junior Diego Rodrigues de Sousa Douglas da Silva Machado Edson Ramos dos Santos Geovane Oliveira Brito Lourivaldo de Medeiros Barros Nicolas Ferreira da Silva

Pedro da Silva Almeida Romulo José de Paula Ronivaldo da Silva Costa Valdir Martins da Mota **Copeiras**

Franciney Maciel de Sousa Ilcia Chagas dos Santos Jesuina Teixeira da Silva

Maria do Livramento Macedo dos Santos Rafael Nycolas de Lima Vasconcelos Wesley Alexandre Gomes da Silva

POLÍCIA FEDERAL

**Coordenação**

Andrei Augusto Passos Rodrigues

Ademir Dias Cardoso Junior

Adriana Cristina Duarte de Almeida Vasconcelos Antonio Felipe de Almeida Gonçalves

Clesio Leao de Carvalho Eduardo Navajas

Guilherme Monseff de Biagi Gustavo Paulo Leite de Souza Helena de Rezende Humberto Freire de Barros Laila Ferreira Hossain

Luciana do Amaral Alonso Martins Luiz Eduardo Navajas Telles Pereira Orlando Batista da Silva Neto Rinaldo de Souza

Roberto Reis Monteiro Neto Rodrigo Morais Fernandes William Marcel Murad

BANCO DO BRASIL

**Vice-Presidente do BB**

Enio Mathias Ferreira

**Assessora de Vice-Presidente**

Viviana Maciel Vieira Bastiani

**Diretor de Infraestrutura**

Gustavo Garcia Lelis

**Coordenadora de Infraestrutura**

Luciana Elias Rezende

**Coordenador de Segurança**

Marcos Alexandrino

**Engenharia** Marcos Vinholi Vladimir Gomes

Richard Anderson de Souza Elias Nogueira

Fernanda Mendonça Jonatas Gurgel

Aline Mendes Erica Mendonça Fabricia Santiago Marcos Vianna Samuel Jesus Diego ROdrigues Ary Lex Frederico Zuppa Hoguio Carvalho Inárcio de Araujo Richard Sousa Tiago Henrique

Thales de Oliveira Wendell Medeiros Alessandra Freire Djanara Silva Robson Rocha

**Diretor de TI**

Rodrigo Mulinari

**Coordenador de TI**

Ubirajara de Alburqueque Melo e Leite

**TI**

Celso da Silva Franco Celso da Silva Franco Demetrius Nery Correa; Antônio Mozela Giovani Briani

Luciano Moreira Mattão Renato Lago

Daniel Bento dos Santos Leidson Gomes de Souza

**Comunicação**

Giovani Nobile Dias

**Gerente Geral CCBB**

Fernanda Gasque

**Administração CCBB**

Bárbara Costa Bárbara Burnier

Joana Darc Beserra dos Santos Matheus Gregorio Vinhal e Silva

**Equipe de Segurança do CCBB**

Adinelson Rodrigues Gomes Ado da Silva Couto Alexandre Luiz Ribeiro Alexandro Mendes Brasileiro Alvino de Paiva Machado Ana Paula de Jesus Anderson Madeira Schreiner Antonio Soares Santos Neto Carlos de Oliveira Lima

Carlos Eunizio Magalhaes Pereira Carlos Pereira de Oliveira

Carlos Sérgio Silva Pinto Claudia Mara Oliveira Santos Cristiano Martins Vargas Diana Cristina Dias dos Anjos Diomar Pereira Guimaraes Edmar Pereira Braga Eduardo Pereira de Sousa Erick Silva de Paiva

Flavia Rodrigues Coelho Flávio Antônio da Silva Geraldo Ferreira Silva Gilberto de Jesus Dos Santos Janilson Cirilo de Oliveira João Joaquim Caires Joleydes Sousa Nascimento José de Sousa Nascimento Jose Harinodo Alves Vieira Josivaldo Jose dos Santos Junior Ribeiro da Silva Leandro Binacett

Marcelo dos Anjos Aguiar Maia Marcos Aurélio Vieira de Carvalho Mikaella Pereira da Silva

Raphael da Cunha Coelho Renato Maurício Queiroz Samuel Rodrigues

Tiago Danilo de Souza Pereira

**Equipe de Manutenção e Limpeza do CCBB** Alexandre Pereira da Silva Adabio Oliveira da Silva Adao de Moura Sobrinho Ademar Souza da Rocha Adriana Martins Fraga

Antonio Anderson Abreu de Carvalho Ariane de Almeida Silva

Aucy de Jesus Macedo Daniela Gonzaga da Silva

Eliene Pereira Reis Elimar Oliveira Rosa Elizabeth Felix da Silva

Eugenio Tavares da Corte Neto Flavia Moura Bastos

Floraci dos Santos Alexandre Francinete da Silva Alves Francisca Das Chagas Pinto Vale Gilvan Tavares da Corte

Igor Lima de Oliveira Ivoneide Dias Ribeiro

Jailma Rodrigues de Oliveira Jair Almeida da Silva Jennifer da Gama Leite Juliana de Jesus Lisboa Kassya Gabriella Lima Soares Leonila de Araujo Mendes Lucilene Alves Pereira Lucineide Rodrigues

Luiz Romario da Silva

Marcia Andreia de Melo Costa Marcia Gregorio da Silva Marcos Flavio de Aquino Lima

Maria dos Anjos de Nunes de Araujo Maria Angelica Almeida da Cunha Maria Betania Costa E Silva

Maria Das Dores Catarina da Silva Maria de Lourdes Oliveira dos Santos Maria de Lourdes Silva

Maria Luciene Ribeiro da Silva Marta Aurelia Arruda Das Chagas Milton Prospero de Sousa Renata Pereira da Silva

Rodrigo Cavalcante de Loiola Roseni Souza Pacheco Sebastiana Pereira da Conceicao Silvio Santos Nascimento Solange Pereira dos Santos Lauro Sonia Maria Albuquerque Tatiane Marques de Araujo Teresa Maria da Silva

Ulysses da Costa Cardoso Welerson de Souza Sampaio Costa William dos Santos Confessor Willian Bezerra da Silva

### Projeto gráfico e editoração eletrônica

Caco Bisol **Revisão** Rogério Chaves